UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELA SILVEIRA DE PAULA RAVAGNANI

Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e
potencialidades

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO – SP

2015

GABRIELA SILVEIRA DE PAULA RAVAGNANI

Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Guanaes
Lorenzi

versão corrigida

RIBEIRÃO PRETO – SP

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Paula-Ravagnani, Gabriela Silveira de

Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares:
desafios e potencialidades. Ribeirão Preto, 2015.

144 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração:
Psicologia.

Orientadora: Guanaes-Lorenzi, Carla

1. Terapia Familiar. 2. Terapia Familiar Sistêmica.
3. Construcionismo social. 4. Produção do conhecimento.

Paula-Ravagnani, Gabriela Silveira de.

Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao Lucas, cujo amor me
acompanha em cada palavra
que escrevo.

Aos sempre amados Paulo,
Sandra e Indiara, meu porto
seguro para a vida inteira.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, à Professora Carla Guanaes Lorenzi, pela confiança, dedicação e alegre parceria que desenvolvemos ao longo destes anos. Contar com seu apoio e seu encorajamento foi fundamental para que eu trilhasse meus caminhos ao longo do Mestrado, tornando-a parte de minhas conquistas.

Aos meus pais amados, Paulo e Sandra, que, além de me darem a oportunidade da vida, também me acompanharam, me apoiaram e me sustentaram de todas as maneiras pelas quais um ser humano pode e precisa ser sustentado.

À minha amada irmã Indiara, companheira de jornada, companheira de vida. Que me ensinou que na vida é preciso foco na busca pelas realizações desejadas, mas que também é preciso com a vida brincar, sorrir, dançar e cultivar a leveza dos dias felizes. Ao Francer, que completa nossa família com vivacidade e otimismo, tornando-se uma terna companhia para nós, que caminhamos ao seu lado.

Ao Lucas, meu marido querido, para quem é difícil encontrar palavras para agradecer, porque palavras fogem quando nos dirigimos àqueles que amamos tão profundamente. Obrigada por dividir comigo as manhãs, tardes e noites da vida que vivemos à dois.

À Professora Sheila McNamee, pelo acolhimento durante todo o período em que trabalhamos juntas, pelo envolvimento em nossos encontros e pelos momentos de dedicação à este trabalho, em que juntas criávamos ideias, caminhos e futuros possíveis para esta pesquisa.

Aos Professores Emerson Raser e Rosana Rapizo, por se juntarem à nós para dialogar, criar e ampliar as ideias que aqui apresentamos. Nossas conversas são parte deste trabalho, e a isso seremos sempre gratas.

Aos integrantes de nosso grupo de pesquisa, LAPEPG, onde sempre pude contar com o apoio e a companhia de pessoas queridas e engajadas: Thais, Ricardo, Marília, Malu, Pedro, Marcus, Mariana, Giovanna, Gabriela Martins e Luiza.

Em especial, às minhas *roommates*, Marília e Giovanna, pelos meses vividos nos Estados Unidos, onde dividimos descobertas, estudos, desafios, passeios e tantos outros momentos. Nossas vivências transformaram estes dias em uma experiência de aprendizados e enriquecimentos que sempre irão me acompanhar.

À todos aqueles da minha querida família – as grandes famílias Silveira e de Paula – que me apoiaram nestes anos de dedicação à vida acadêmica, que tantas vezes custou minha

ausência nas divertidas festas e viagens de família. Em especial, à Gisele, Washington e Gabriel, de quem muitas vezes foi mais difícil me separar – o que torna nossos reencontros ainda mais calorosos e afetuosos.

À minha segunda família, Silvana, Dona Nilda, Paula e Mariana, pelas palavras de força e encorajamento durante a realização deste Mestrado.

À irmã de longa data, Livia, porque nossos encontros me abastecem, me aquecem, me alegram, me tranquilizam e me ensinam que o carinho e as afinidades profundas são a sustentação de relações duradouras.

À Maria Elisa, que viu as conversas de uma menina transformarem-se nas palavras de uma mulher. Serei sempre grata à você, cujo carinho, afinidade e confiança me inspiram e me alegram.

À Professora Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo, que me ensinou não apenas a prática de pesquisa, mas também o carinho, apreço e dedicação a esta atividade.

Aos participantes da pesquisa, pela disponibilidade em fazer parte de nosso projeto e pelo envolvimento em nossas conversas. Em especial, àqueles que me receberam de forma calorosa e carinhosa, transformando esta pesquisa em uma experiência da qual sempre me lembrarei com muito afeto e gratidão.

À Universidade de New Hampshire, por me receber como pesquisadora visitante em 2013.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que financiou não apenas esta pesquisa e minha formação docente, mas financiou também um sonho. Além disso, me ensinou a importância do compromisso com a excelência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento inicial da pesquisa, permitindo que desde o início eu me dedicasse exclusivamente a este trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP, agradeço todo o apoio institucional recebido, que foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

E, finalmente, agradeço à Lucy, minha companheirinha das manhãs e tardes em que o melhor a fazer era espairecer, descansar e caminhar por ruas e parques que me distraíam e inspiravam.

RESUMO

Paula-Ravagnani, G. S. (2015). Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

O campo da terapia familiar tem se desenvolvido a partir de diferentes contribuições teóricas e epistemológicas. Um dos desenvolvimentos recentes da terapia familiar tem se dado a partir da emergência do movimento construcionista social em ciência, levando, dentre outras mudanças, a uma maior ênfase nos processos de comunicação no contexto terapêutico. Considerando a crescente utilização das contribuições do construcionismo social pelos profissionais brasileiros envolvidos na prática clínica, consideramos relevante compreender como tem se dado essa transmissão de conhecimentos do campo teórico para o campo clínico. Assim, o objetivo deste estudo qualitativo é investigar a difusão do discurso construcionista social entre um grupo de terapeutas familiares brasileiros, focando em como este se constitui em um aporte útil para sua prática clínica. Foram entrevistados 14 terapeutas familiares, do sexo masculino e feminino, psicólogos, cuja atividade profissional atual envolve o trabalho com famílias, e possuem responsabilidade docente em institutos de formação em terapia familiar. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas literalmente e na íntegra. A análise das informações foi realizada a partir das propostas construcionistas sociais em ciência. Parte do processo de análise e discussão dos resultados foi realizada em conjunto com a Prof^a. Sheila McNamee, Ph.D., durante um estágio de pesquisa na Universidade de New Hampshire. Na análise das entrevistas, focamos em dois eixos de discussão. Primeiramente, discutimos o que os participantes descrevem como sendo o construcionismo social, evidenciando as principais ideias e conceitos do construcionismo que norteiam sua prática e seu posicionamento como terapeutas. No segundo eixo, discutimos de forma crítica e reflexiva três maneiras distintas pelas quais os participantes aplicam as ideias construcionistas na prática, enfatizando implicações, possibilidades e limites que advêm deste uso. Ao longo de toda discussão dos resultados, articulamos a análise proposta com aspectos da difusão do construcionismo entre os participantes. Concluímos, a partir deste estudo, que a difusão do construcionismo social está atrelada às formas pelas quais os terapeutas atribuem utilidade aos conceitos teóricos descritos na literatura. Além disso, a sensibilidade ao construcionismo social é um aspecto da prática clínica que oferece diferentes formas dos terapeutas relacionarem-se com as abordagens do campo da terapia familiar, trazendo convites à prática da auto-reflexividade por parte dos terapeutas. (FAPESP)

Palavras-chave: Terapia familiar. Terapia familiar sistêmica. Construcionismo social. Produção do conhecimento.

ABSTRACT

Paula-Ravagnani, G. S. (2015). *The dissemination of social constructionist discourse among family therapists: challenges and potentialities*. Master Thesis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

The field of family therapy has been developed based on different theoretical and epistemological contributions. One of the recently developments of family therapy has taken place based on the contributions of the social constructionist movement in science, leading to an emphasis on the communication processes in the therapeutic context. Considering this increasingly expansion of social constructionists' ideas among professionals involved in clinical practice, it is important to know how theoretical knowledge has been incorporated into professional midst. The aim of this study is to investigate dissemination forms of social constructionist discourse among a group of family therapists, focusing on how these ideas are a useful contribution for their clinical practice. We interviewed 14 family therapists, men and women, psychologists, who work with family counseling, and are responsible for teaching social constructionism in family therapy training institutes. All interviews were recorded and literally transcribed. The analysis was carried out based on social constructionism's contributions for research practice. Part of this analysis process was developed in partnership with Professor Sheila McNamee, Ph.D., at the University of New Hampshire, during a research internship. We have divided the meanings made with our participants in two major pillars: Firstly, we discuss the participants' definition of social construction, highlighting its main ideas and concepts that guide their clinical practice. Secondly, we critically and reflexively discuss three forms by which our participants apply social constructionism in their practice, emphasizing implications, possibilities and constraints that emerge as a consequence. Throughout these discussions, we articulate our analysis with aspects of dissemination of social constructionism's ideas among the participants. We conclude that the propagation of social constructionist's ideas is tied to the utility that family therapists attach to the theoretical contributions of social constructionism. Also, the sensitivity to social constructionism's ideas offers the professionals specific forms by which they can relate to other approaches in family therapy practice. In this sense, this study enhance the importance of self-reflexivity as a quotidian practice of the family therapist. (FAPESP)

Keywords: Family therapy. Systemic family therapy. Social constructionism. Knowledge production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Aspectos teóricos analisados na prática clínica dos participantes	64
Quadro 2. Síntese das informações discutidas acerca do posicionamento dos terapeutas em seus atendimentos com famílias	86
Quadro 3. Síntese das informações discutidas na segunda dimensão da análise	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATEF	Associação Brasileira de Terapia Familiar
APA	American Psychological Association
COJ	Centro de Orientação Juvenil
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
LAPEPG	Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais
NPS	Revista Nova Perspectiva Sistêmica
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Prólogo	21
1. Introdução	25
1.1. Situando o campo da terapia familiar	27
1.2. Aproximações entre construcionismo social e terapia familiar.....	33
1.3. Compreendendo a identidade: self narrativo e teoria do posicionamento.....	39
1.4. Situando o objeto de pesquisa em relação ao campo.....	42
2. Método	45
2.1. Delineamento teórico-metodológico	47
2.1.1. A pesquisa qualitativa.....	47
2.1.2. A investigação construcionista social.....	49
2.1.3. Aspectos éticos	51
2.1.4. Participantes da pesquisa	52
2.1.5. Procedimentos de constituição do <i>corpus</i> da pesquisa.....	55
2.1.6. Procedimentos de análise do <i>corpus</i>	56
3. Resultados e Discussão	61
3.1. Criando uma versão útil dos conceitos construcionistas	63
3.1.1. Construção social da realidade	64
3.1.2. Caráter performático da linguagem	68
3.1.3. Relativismo moral	72
3.1.4. Eu Relacional.....	79
3.1.5. Terapia focada nos recursos da família	82
3.2. Construcionismo e trajetória profissional: implicações deste encontro	87
3.2.1. O terapeuta como facilitador de conversas.....	89
3.2.2. O terapeuta sensível ao caráter aplicado do conhecimento	95
3.2.3. O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens	102
3.2.4. O posicionamento conciliatório.....	103
4. Conclusão	121
Referências	127
Apêndices.....	135

PRÓLOGO

O campo da terapia familiar é tenso e rico. Tendo em vista suas múltiplas correntes, abordagens, escolas, teóricos e profissionais, vemos que constitui-se em um terreno de divergências e congruências. Esta riqueza me coloca em postura de respeito pelas práticas que o compõem e pelas pessoas que o constroem.

Na verdade, eu me sinto bem pequena quando olho para tudo isso que foi e tem sido a terapia familiar no Brasil. O quanto os profissionais da área já discutiram, propuseram, modificaram, transformaram, aprenderam, ensinaram. Algumas destas ideias nasceram, floresceram e se transformaram antes mesmo que eu, Gabriela, tenha nascido. Olhar a partir desta perspectiva só pode, para mim, ser motivo de profunda admiração por todos aqueles que acompanharam a trajetória destas ideias – eu realmente os reverencio como pessoas importantes na minha própria trajetória de aprendiz-de-terapeuta. E para compreender este meu lugar e suas implicações na pesquisa que hoje apresentamos, precisamos voltar um pouco no tempo.

Em 2012, recém-formada e finalizando uma formação de três anos em intervenções sistêmicas em distintos contextos, procurei Carla Guanaes-Lorenzi e pedi-lhe para ser minha orientadora de Mestrado. E o que aconteceu (por coincidência, destino, ou qualquer outro nome que podemos escolher) é que havia a possibilidade de participar do processo seletivo através de um projeto de pesquisa envolvendo o campo da terapia familiar. Para mim, essa oportunidade soou imediatamente como um presente – eu poderia me envolver na prática de pesquisa e realizar o Mestrado estudando um tema que me é muito caro: a terapia familiar. Então, iniciei esta pesquisa acompanhada, principalmente, pelo entusiasmo. E me envolvi em um contexto que já existia antes da minha chegada.

Esta pesquisa faz parte de um projeto que está sendo desenvolvido em uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP – RP) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU – MG), cujo objetivo é investigar a difusão do construcionismo social dentre a comunidade de psicólogos brasileiros. À frente deste projeto estão o Prof. Dr. Emerson Rases (UFU) e a Prof^a. Dr^a. Carla Guanaes-Lorenzi (USP-RP), os quais estão realizando suas investigações entre psicólogos que trabalham no meio acadêmico e também entre aqueles envolvidos com a prática clínica.

Nossa pesquisa investiga o contexto da prática clínica. Conversamos com terapeutas familiares que, além de trabalharem com atendimentos clínicos, também podem ser

considerados como agentes de difusão das ideias construcionistas sociais, uma vez que são professores em institutos de formação em terapia familiar e responsáveis pelo ensino das ideias construcionistas. Dentre os nossos participantes, também selecionamos um profissional que possui expressiva quantidade de publicações na Revista Nova Perspectiva Sistêmica, as quais envolvem discussões sobre o construcionismo e, por esta razão, também o consideramos como um agente de difusão destas ideias.

Com o foco voltado para compreender maneiras pelas quais o construcionismo tem se difundido dentre a comunidade de profissionais, propusemos conversas com estes terapeutas a respeito de suas trajetórias profissionais, a prática clínica e a utilidade das ideias construcionistas no cotidiano de atendimento a famílias. Este aspecto é importante porque configurou posicionamentos específicos nos momentos de nossas entrevistas – afinal, fomos *nós* quem escolhemos falar de construcionismo com eles e referenciar suas práticas a partir destas ideias. Neste sentido, nós os posicionamos como terapeutas sensíveis às contribuições do construcionismo na construção de suas práticas como terapeutas. Reconhecemos a possibilidade de, em outros contextos, nossos participantes definirem-se enquanto terapeutas a partir de marcos teóricos distintos, que talvez nem tenham sido abordados em nossas entrevistas.

Utilizando este aspecto da pesquisa (que talvez pudéssemos nomear de tensão) como companheiro de trabalho e recurso para o exercício de nossa reflexividade, criamos a análise que aqui é apresentada. Partindo do entendimento da entrevista como um momento de produção de sentidos, em que descrições da realidade tornam-se possíveis e norteiam as relações e os posicionamentos das pessoas em sua interação, consideramos que nossa análise não é um “retrato fiel” dos entendimentos que os participantes têm do construcionismo social – tampouco retrata fielmente quais são os norteadores de sua prática clínica. Consideramos nossa análise como uma descrição possível dos momentos interativos vividos com os participantes, criada a partir do entendimento que construímos sobre nossas conversas. Não são descrições definitivas, imutáveis ou corretas em si mesmas.

Outro aspecto importante que configura a relação com esta pesquisa envolve a etapa de realização das entrevistas. Com estes terapeutas tive momentos de conversas ricas, muitas vezes profundas e certamente inspiradoras, sobretudo para mim, que almejo ser um dia uma terapeuta familiar tão sensível e engajada como são estes que entrevistei. Alguns dos participantes me receberam em suas salas de atendimento, locais de trabalho e até mesmo em suas casas de maneira tão afetuosa e aconchegante, que tornaram esta etapa da pesquisa um momento muito prazeroso, do qual recordo com especial apreço.

Tal respeito e admiração pelos participantes fizeram com que esta pesquisa despertasse em mim, a um só tempo, gratidão e necessidade de superação de alguns desafios – e agora voltamos ao meu lugar de aprendiz-de-terapeuta que falávamos no início. Como eu, pesquisadora-estudante e aprendiz sobre a terapia familiar, poderia analisar as conversas com essas pessoas cujos anos de prática às vezes superam minha própria idade? Como poderia me sentir segura para fazer as análises que propomos? Como transitar entre os lugares de pesquisadora-analista e terapeuta-aprendiz (porque, afinal, as entrevistas foram momentos em que eu aprendi diversas coisas interessantes com os participantes)? Dilemas desta natureza me acompanharam ao longo de todo o processo, e caminhar lado-a-lado com estes desafios tornou-se mais fácil para mim à medida que fui (e ainda estou) compreendendo duas coisas: o que é a prática de pesquisa e como ser uma pesquisadora-reflexiva (e uso o hífen porque considero ser possível atuar como pesquisadora sem ter a reflexividade como prática). Assim, ao posicionar-me como analista das entrevistas não me coloquei no lugar de quem faz julgamentos de valor, avalia o certo e o errado, ou, como diz o ditado, separa o joio do trigo. De fato, coloquei-me em uma postura de análise das possibilidades, limites, definições, posicionamentos ou, em uma palavra, das relações.

E no que se refere ao estudo destas relações, algumas considerações são importantes. Se, por um lado, é importante compreender as relações do ponto de vista dos participantes – afinal, temos um objeto de pesquisa, alguns participantes que a ele estão relacionados e buscamos algumas respostas – também contamos com o contexto da prática de pesquisa e com a nossa forma de encarar, entender e realizar esta prática. Assim, assumindo que a análise de diferentes formas de relação é o que melhor descreve nosso trabalho, entendemos que isto ocorreu de duas maneiras distintas e concomitantes. Primeiramente, as relações que mais facilmente recorreremos para pensar a análise desta pesquisa são aquelas entre os participantes e a proposta da pesquisa; participantes e pesquisadoras; participantes e o construcionismo social; participantes e o campo da terapia familiar; construcionismo social e a prática da terapia familiar.

Todavia, outras relações que também consideramos de suma importância para a apresentação da pesquisa como está hoje (porque, como aqueles que estão na área de pesquisa sabem, se houvesse mais tempo as coisas seriam diferentes ao final) foram aquelas entre as pesquisadoras e a proposta desta pesquisa em particular; pesquisadoras e a prática de pesquisa em geral; pesquisadoras e participantes (agora considerando parâmetros diferentes); pesquisadoras e suas redes de pertencimento como psicólogas e terapeutas; pesquisadoras e o campo da terapia familiar.

Assim, me sentindo acompanhada (e nem sempre acolhida, porque houve dias em que as coisas ficavam confusas) por estes diferentes parâmetros de análise percorri, durante um ano todo, os caminhos de análise da pesquisa.

Ao longo deste ano, vivi uma outra experiência muito rica e prazerosa. No período entre setembro e dezembro de 2013, pude realizar um estágio de pesquisa com a Prof^a. Sheila McNamee, Ph.D, na Universidade de New Hampshire, Estados Unidos. Foi uma experiência enriquecedora, tanto do ponto de vista acadêmico quanto cultural e pessoal. Além de iniciar a análise do *corpus* da pesquisa, também participei de duas disciplinas ministradas pela Prof^a. McNamee no Departamento de Comunicação. Estas vivências acadêmicas engradeceram minhas possibilidades de diálogo com autores, teorias e ideias do construcionismo social. Além disso, esses meses incríveis e gratificantes me permitiram entrar em contato com vozes que sempre me acompanharão no diálogo com a vida e com os saberes que construo.

E é através desta história (que às vezes parece ser mais longa do que os três anos que de fato a compõem) que apresentamos nossa pesquisa. Fruto de muitas conversas, de vozes presentes e presentificadas, de relações de afeto, de momentos desafiadores. Na trajetória trilhada até aqui, vemos que muito aprendemos, e muito ainda temos a aprender.

Assim, para situar o leitor, vamos descrever como estão organizados os capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo, composto por uma introdução ao tema da pesquisa, apresentamos alguns aspectos relativos ao desenvolvimento histórico do campo da terapia familiar. Também discutimos as premissas centrais do construcionismo social e suas formas de inserção no campo da terapia familiar. No segundo capítulo, apresentamos a proposta metodológica utilizada nesta pesquisa. São descritos o delineamento teórico-metodológico do estudo, os critérios de inclusão dos participantes, aspectos éticos e os procedimentos de análise do *corpus* da pesquisa. No terceiro capítulo, apresentamos a análise e discussão dos resultados, que são realizadas a partir de duas dimensões de análise distintas. No quarto e último capítulo, apresentamos as considerações finais e as conclusões a que chegamos após finalizar a discussão de nosso *corpus*. A parte final da dissertação é composta pela lista de referências bibliográficas e os apêndices do texto.

Então, para o leitor que conosco se aventura pelos caminhos desta pesquisa, desejamos que tenha uma boa conversa!

1. Introdução

O campo da terapia familiar é certamente palco de inúmeros investimentos por parte daqueles que o compõem. Muitos são os estudos que o investigam sob diferentes prismas, diversos são os autores que contribuem para os debates e os estudos na área, e grande é a contribuição dos terapeutas familiares que, através de sua prática cotidiana, engrandecem o rol das descrições possíveis acerca do trabalho com famílias na contemporaneidade.

Neste contexto, ansiamos por também contribuir com os desenvolvimentos deste campo. Na tentativa de enriquecer as já existentes produções científicas a respeito da terapia familiar, elaboramos esta pesquisa esperando que ela suscite no leitor novas questões, dúvidas, dilemas e talvez algumas respostas em relação a esta prática que acompanha as relações humanas na busca por gerar transformações. Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar a difusão do discurso construcionista social dentre um grupo de terapeutas familiares, focando em como estas contribuições se tornam um aporte útil para sua prática clínica.

Para contextualizar o campo de estudo desta pesquisa, realizamos uma revisão de literatura que apresentamos neste capítulo. O texto está organizado da seguinte maneira: primeiramente, apresentamos um breve histórico da terapia familiar; em seguida, tecemos considerações sobre as aproximações possíveis entre o movimento construcionista social e o campo da terapia familiar; e, por fim, apresentamos a justificativa e os objetivos de nosso estudo.

1.1. Situando o campo da terapia familiar

As primeiras propostas no campo da terapia familiar se consolidaram a partir da década de 50, cujo contexto de estudos mais expressivo foram os Estados Unidos e alguns países europeus, tendo se difundido mundialmente a partir de então. Todavia, Hintz e Souza (2009) afirmam que os estudos pioneiros sobre terapia familiar datam do início do século XX, mais especificamente a partir do relato freudiano do atendimento do pequeno Hans, o qual foi realizado através do pai e provocou mudanças em toda a família. As autoras afirmam que a partir de então surgiram diversos estudos apontando a necessidade de haver uma intervenção com a família como forma de dar suporte ao atendimento individual.

A partir da década de 50, cresceram os desenvolvimentos da terapia familiar como tal, contando com a contribuição de diferentes grupos de estudiosos (Hintz & Souza, 2009). O

objetivo destes estudos era ampliar o foco individual dominante nas práticas psicoterápicas e no campo da saúde mental, deslocando a atenção do indivíduo para as relações familiares (Rapizo, 2002).

Segundo Grandesso (2009), a terapia familiar constitui-se como um campo interdisciplinar, tendo em vista a grande diversidade de profissionais dedicados ao seu estudo e sua prática. Para a autora, as diferentes abordagens surgiram sem um sistema de crenças compartilhado, o que resultou em desenvolvimentos teórico-conceituais diversos. As correntes que se constituíram mais fortemente no campo foram as psicanalíticas e aquelas embasadas nos pressupostos da teoria sistêmica. Neste trabalho, serão privilegiadas as correntes com enfoque sistêmico, visto que são os desenvolvimentos desta corrente que, sob uma perspectiva histórica, contribuíram para a introdução das ideias construcionistas no campo da terapia familiar.

Segundo Gomes e Levy (2009), as correntes psicanalíticas se desenvolveram a partir dos conceitos propostos por Sigmund Freud, Melanie Klein, Donald Winnicott, José Bleger, Enrique Pichon-Rivière, e os estudos com famílias de pacientes esquizofrênicos realizados nas décadas de 40 e 50. As propostas teóricas psicanalíticas para o atendimento de famílias substituíram o modelo de atendimento individual de membros de uma mesma família por diferentes terapeutas pelo atendimento de todo o grupo familiar por um único terapeuta. Esta mudança explicita a compreensão de que seria necessário focalizar o funcionamento inconsciente da família – como é enfatizado pelas perspectivas americanas e inglesas – ou para as configurações vinculares da família, como enfatizam as perspectivas francesas e latino-americanas (Gomes & Levy, 2009).

O desenvolvimento das correntes sistêmicas se deu concomitantemente às evoluções ocorridas na teoria cibernética e também a partir da proposição da teoria geral dos sistemas, por Ludwig von Bertalanffy (Vasconcellos, 2009). Em 1948, o matemático Norbert Wiener cunhou o termo *cibernética* para referir-se ao campo do conhecimento dedicado ao estudo da comunicação e do controle, criando seus contornos como uma teoria voltada para os sistemas em geral que visava superar a fragmentação da ciência e ultrapassar as fronteiras disciplinares. A cibernética foi considerada uma teoria sistêmica por deslocar o foco dos elementos componentes de qualquer complexo a ser estudado, para as relações entre estes elementos (Vasconcellos, 2009).

Em 1968, Ludwig von Bertalanffy, um biólogo austríaco, propôs a teoria geral dos sistemas, em que apresenta princípios gerais aplicáveis a diferentes tipos de sistemas, e transcende fronteiras disciplinares. Segundo Vasconcellos (2009), a cibernética e a teoria

geral dos sistemas possuem a mesma proposta para o campo da ciência, embora apresentem tendências diferentes – enquanto a primeira é mecanicista (voltada para o estudo das máquinas), a segunda é organicista (com foco no estudo dos seres vivos).

O contato da cibernética com as ciências sociais originou, na década de 50, a terapia sistêmica de família. A principal mudança que este contato propõe ao campo da terapia familiar é permitir olhar a família como um sistema, no qual os membros interagem entre si de forma recíproca e interdependente. Assim, o trabalho do terapeuta transcende o olhar individual, para considerar a totalidade da dinâmica familiar. Como consequência, o foco é deslocado do sintoma apresentado para as relações que o produzem e sustentam (Rapizo, 2002).

O percurso histórico da cibernética tem sido dividido entre cibernética de primeira ordem e cibernética de segunda ordem, cada qual contribuindo de maneiras específicas ao desenvolvimento do campo da terapia familiar sistêmica.

Na cibernética de primeira ordem, os sistemas são considerados como “um todo ordenado que mantém relações recorrentes entre seus componentes e que mantém o equilíbrio através de regulação e correção do desvio, ativado por erro” (Rapizo, 2002, p. 39). Esta definição implica que a organização dos sistemas ao longo de sua história visa à sua conservação e está baseada na estabilidade dos mecanismos que ocorrem no interior dos mesmos.

Rapizo (2002) afirma que, na terapia familiar, essa compreensão sustenta a noção de família como um sistema que busca a homeostase, ou seja, que tende a buscar o equilíbrio, mantendo o sintoma como parte do seu funcionamento e resistindo aos processos de mudança. Assim, o objetivo da terapia é induzir uma crise na família, rompendo a homeostase e permitindo que os membros da família se reorganizem de forma que não necessitem mais do sintoma.

A prática clínica traduz estes pressupostos a partir de uma atividade diretiva e interventiva, visando à resolução de problemas específicos no sistema. O terapeuta planeja ativamente as estratégias e intervenções, operando sobre o sistema familiar a partir de uma postura externa a este. Isto implica que, na cibernética de primeira ordem, o terapeuta considera a si mesmo como um sistema separado da família, sendo que suas visões acerca do sistema familiar são consideradas neutras e objetivas. Em consonância com este pressuposto, aquilo que ocorre entre os membros da família no momento do encontro terapêutico é considerado um processo cujos aspectos independem da influência do terapeuta sobre eles (Rapizo, 2002).

Teoricamente, este posicionamento se baseia no pressuposto da objetividade corrente nas formas tradicionais de compreensão da ciência, segundo o qual as descrições da realidade são vistas como independentes daqueles que a descrevem, assegurando que a prática científica e profissional sejam neutras e objetivas (Rapizo, 2002; Vasconcellos, 2009).

As principais correntes deste período foram as terapias estratégicas, desenvolvidas a partir das contribuições de Jay Haley e das pesquisas realizadas no Mental Research Institute (MRI), que influenciaram a criação do Grupo de Milão (Selvini-Palazzoli, Cecchin, Boscolo & Prata, 1986), e a terapia estrutural, desenvolvida por Salvador Minuchin (Minuchin, 1982).

A cibernética de segunda ordem se desenvolveu a partir da década de 70, devido, sobretudo, às contribuições do físico austríaco Heinz Von Foerster para o campo. Este autor cunhou o conceito de sistema observante, o qual implica que, ao realizar suas observações sobre o mundo, o observador passa a incluir a si mesmo como elemento crucial das descrições que faz dos fenômenos e objetos. Neste sentido, o observador torna-se parte dos sistemas que observa (Rapizo, 2002). Segundo Vasconcellos (2009), as propostas de Heinz Von Foerster e suas influências sobre outros autores da época marcam o “giro de auto-referência da cibernética”, uma vez que esta assume que seus conceitos, antes aplicados apenas aos sistemas observados, devem ser aplicados a ela mesma.

Assim, a cibernética enquanto campo do conhecimento toma a si mesma como objeto de estudo, deixando de ser uma teoria e passando a ser uma epistemologia, visto que seus esforços se voltam para o estudo das perguntas sobre o conhecer e sobre o sujeito que conhece (Rapizo, 2002). É interessante pontuar que esta mudança epistemológica acompanha discussões mais amplas correntes no âmbito da ciência, em que a prática científica passa a ser atravessada por questionamentos e reflexões acerca da possibilidade de objetividade e neutralidade, por parte do pesquisador, ao realizar seus estudos e observações acerca de objetos e fenômenos.

Estas propostas da cibernética de segunda ordem são elementos que embasam o pressuposto construtivista e marcam a relevância deste para o campo da terapia familiar. Vasconcellos (2009) descreve o pressuposto construtivista como centrado no entendimento de que a realidade é uma construção que ocorre no espaço da intersubjetividade e está pautada em consensos, sendo que é apenas a partir das conversações que as pessoas podem falar daquilo que tomam como sendo o real para elas.

As mudanças propostas pela cibernética de segunda ordem sustentam grandes alterações na prática clínica. A partir de então, a terapia passa a ser considerada como uma rede de conversações em torno de um problema, a qual busca a construção de um contexto

onde são exploradas possibilidades e restrições para as mudanças. O terapeuta é considerado um participante ativo na reconstrução de significados e seu interesse se volta “para os processos de construção da realidade e identidade familiar, para os significados gerados no sistema, incluindo nele o terapeuta” (Rapizo, 2002, p. 99). Estas contribuições para o campo da terapia familiar começam a dar forma a novas abordagens no campo, as quais vão se desenvolvendo e estruturando a partir da década de 80. Grandesso (2000) nomeia tais abordagens da terapia familiar sistêmica como conversacionais, dialógicas ou narrativas – também comumente denominadas como construcionistas ou pós-modernas.

A partir da década de 80, também aumenta o interesse pelas propostas da hermenêutica – um ramo da interpretação textual – e suas possibilidades de contribuição para o contexto terapêutico. No campo da terapia familiar, as primeiras incursões teóricas no estudo da hermenêutica foram feitas, segundo Schnitman e Fuks (1996), por Harlene Anderson e Harold Goolishian, dois autores de grande influência no campo até os dias atuais. Como consequência destas novas propostas, um número crescente de terapeutas familiares foi abandonando as metáforas dos sistemas para compreender e descrever seus atendimentos, e começaram a utilizar linguagens mais relacionadas ao processo conversacional. Este novo momento de transição tem sido descrito na literatura como uma “virada interpretativa”, e expressa a centralidade que a conversação adquire nas abordagens de terapia familiar assim orientadas, focando, sobretudo, “os círculos intersubjetivos do diálogo” (Hoffman, 1998, p. 14). Neste sentido, as proposições do movimento construcionista social passaram a ser úteis para se entender e atuar na prática da terapia familiar (McNamee & Gergen, 1998).

A terapia familiar no Brasil

No que se refere ao contexto brasileiro, apresentaremos alguns marcadores que influenciaram a criação e desenvolvimento do campo da terapia familiar no país, priorizando eventos e acontecimentos que marcam o campo de forma mais ampla no contexto nacional. Neste sentido, será necessário deixar de fora de nossas descrições algumas especificidades que, ainda que ofereçam um panorama mais completo deste desenvolvimento histórico, extrapolam nosso objetivo de contextualização do campo.

Aun (2012) indica que algumas iniciativas pioneiras marcam o início do desenvolvimento do campo da terapia familiar no contexto brasileiro. A criação do Centro de

Orientação Juvenil (COJ) do Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde, em 1946, no Rio de Janeiro, mantinha o atendimento do grupo familiar como parte da proposta de trabalho clínico da equipe multidisciplinar que compunha o COJ. Esta proposta trouxe para o panorama brasileiro a possibilidade de ampliação de ações voltadas para famílias em contextos de atuação de diferentes profissionais.

A autora afirma que a prática da terapia familiar, que já se ampliava em alguns países, despertou o interesse de alguns psicanalistas brasileiros que, na década de 70, começaram a descrever a terapia familiar como parte relevante dos tratamentos propostos nos contextos de atendimento clínico (Aun, 2012).

Hintz e Souza (2009) afirmam que, ainda na década de 70, a Pastoral da Igreja Católica teve grande importância no incentivo da terapia de casal e família, sobretudo após a aprovação da lei do divórcio no Brasil, em 1977. Neste período, houve grande encorajamento de trabalhos em todo o território nacional que visassem à prevenção do divórcio e a manutenção da unidade familiar. Assim, foi estimulada a abertura de centros de atendimento a famílias e casais em diversos estados do país. Segundo as autoras, a maior parte destes centros utilizava a teoria sistêmica como principal referencial teórico (Hintz & Souza, 2009).

Desse modo, a década de 80 foi um período de expansão da terapia familiar como opção de tratamento e esta prática começou a ganhar espaço em diversas instituições brasileiras, tornando mais denso o grupo de profissionais envolvidos com a elaboração prática e teórica destas atividades (Hintz & Souza, 2009). Entre os anos de 1976 e 1987, foram formalizados os primeiros grupos de estudos, formação e atendimento em terapia familiar em diversas regiões, sistematizando e solidificando o desenvolvimento do campo no país (Aun, 2012). Nesta década também foram criadas as primeiras revistas com temáticas relacionadas à terapia familiar e com periodicidade regular: a Revista “Família. Temas de Terapia Familiar e Ciências Sociais”, criada pela Fundação Projeto Diferente, em Fortaleza; e a Revista “Nova Perspectiva Sistêmica”, criada pelo Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro.

A partir de 1988, quando foi realizado o I Encontro Brasileiro de Terapia Familiar, em Salvador, passaram a ser realizados diversos Encontros e Congressos que contribuíram para a criação de contornos mais precisos para o campo no contexto brasileiro. Atualmente, os Congressos Brasileiros de Terapia Familiar são realizados a cada dois anos, de forma alternada com os Encontros de Formadores Brasileiros. A partir de 2004, passaram a ser realizados os Encontros de Pesquisadores, também com periodicidade bienal, os quais promovem espaços onde os profissionais podem compartilhar práticas de pesquisa.

Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), e a partir de então outros estados brasileiros criaram as associações regionais de terapia familiar. Atualmente, existem treze associações regionais ativas, com sede em diferentes cidades do país.

No tocante à prática profissional, Aun (2012) aponta uma diferenciação no direcionamento das propostas dos terapeutas familiares ao longo dos anos. Segundo a autora, desde o início da sistematização da terapia familiar no país, os profissionais estenderam seus trabalhos para âmbitos mais amplos do que a família, passando a integrar preocupações com as redes sociais que a envolvem e propondo reflexões e práticas em contextos que excedem o núcleo familiar e integram também as comunidades.

No que se refere à trajetória da terapia familiar no Brasil como um todo, Hintz e Souza (2009) ressaltam que a promoção de encontros e a criação dos núcleos e institutos de formação são formas de expressão da busca dos profissionais por fundamentações teóricas articuladas com a prática. Neste domínio, as autores também pontuam a utilização integrada, pelos profissionais da área, de diferentes teorias e perspectivas no atendimento das famílias. Neste sentido, a partir de uma predominância da teoria sistêmica como o principal norteador teórico, são utilizadas também as contribuições do construtivismo, psicodrama, psicanálise, existencialismo, psicologia corporal e construcionismo social. A seguir, nosso interesse se volta para as formas pelas quais o construcionismo social tornou-se um aporte útil no campo da terapia familiar.

1.2. Aproximações entre construcionismo social e terapia familiar

Situar uma definição única do construcionismo social não tem sido objeto de consenso dentre os autores construcionistas. A própria origem do movimento não possui contornos precisos, e alguns autores indicam que a publicação, em 1985, do artigo *O movimento do construcionismo social na psicologia moderna*, de Kenneth Gergen, marca a entrada do movimento na Psicologia.

O movimento construcionista social em ciência, também denominado por Gergen (1985) como um “corpo de conhecimentos”, um “movimento contemporâneo” ou, ainda, uma “consciência compartilhada”, é definido pelo autor como uma perspectiva preocupada em

(...) compreender os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo a si mesmas). Busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão vir a existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido. (p. 266)

Assim, é uma perspectiva sensível à temporalidade – como os discursos foram produzidos, como eles estão presentes nos intercâmbios sociais atualmente, e como podem ser problematizados e modificados a partir da análise crítica e reflexiva de suas implicações. Constitui-se também em uma concepção crítica ao *status quo*, pois que, nas palavras do autor, o construcionismo social “atua como uma espécie de crítica social” (Gergen, 1985, p. 301) ao colocar em dúvida as concepções do mundo dadas como certas.

Rasera e Guanaes (2006), em um artigo que traz reflexões sobre o processo de produção do conhecimento científico a partir de uma perspectiva construcionista social, organizam, baseados em Bakhtin, os quatro eixos centrais sobre os quais se apoiam a proposta da construção social.

Em primeiro lugar, estão considerações sobre o processo de construção social da realidade, o qual implica que formas de descrição desta não podem ser determinadas *a priori* – qualquer descrição está pautada em normas e convenções que a sustentam como legítima e possível em determinado contexto. Em segundo lugar, estão considerações a respeito dos objetos do mundo. Estes não existem de forma independente do conhecimento que se tem sobre ele, e aquilo que consideramos como um objeto é resultado de convenções sociais e práticas que o legitimam e constituem como tal.

Um terceiro ponto são as considerações acerca da neutralidade. A ciência tradicional considera que os sujeitos podem produzir conhecimentos de forma neutra, ou seja, sem que haja influência de suas crenças e valores na sua visão do objeto. Na perspectiva da construção social, não há possibilidade de neutralidade na construção do conhecimento, visto que tanto sujeito quanto objeto são socialmente construídos. Então, o que tomamos como sendo a realidade emerge a partir de uma inserção em contextos sociais e normativos que circunscrevem nossa produção de sentidos sobre o mundo.

O quarto e último eixo sobre o qual se estrutura a proposta construcionista, segundo os autores, diz respeito à noção de verdade. Enquanto na ciência tradicional parte-se do pressuposto de que a verdade pode ser atingida através da aplicação correta e rigorosa dos métodos de investigação e observação, o pressuposto desta perspectiva aponta a impossibilidade de se chegar a uma verdade única e imutável. O que consideramos como

“verdade” está sempre circunscrito ao sujeito que fala, o tempo histórico que está inserido e as condições de produção deste discurso – em outras palavras, está atrelado a *quem fala, quando fala, onde fala, e para quem* este discurso é dirigido.

Assim, a proposta do movimento construcionista social nos domínios da epistemologia diferem-se daquela da ciência tradicional. As afirmações do construcionismo acerca do que podemos conhecer são respondidas a partir das relações que as pessoas estabelecem entre si em seus intercâmbios cotidianos. O conhecimento é construído nas relações entre pessoas através de práticas discursivas. Assim, essas possibilidades de construção estão circunscritas pelas convenções compartilhadas nas comunidades discursivas às quais pertencemos, não sendo, portanto, determinadas por condições objetivas ou subjetivas (McNamee, 2010).

Esta epistemologia é o ponto de partida de diversas transformações no campo da terapia em geral, e da terapia familiar em particular. A partir de agora, nosso interesse recai na forma como estes entendimentos foram articulados com o campo da terapia familiar, e como esta aproximação altera a prática e o papel do terapeuta familiar.

Contribuições do construcionismo para a prática terapêutica

Neste item, trataremos das propostas de aproximação entre o construcionismo social e a prática clínica em terapia familiar. É importante ressaltar que estas contribuições não dão forma à uma “abordagem construcionista”, tal como falamos em uma abordagem psicanalítica ou cognitivo-comportamental, e sim há a proposta de novos discursos sobre a prática terapêutica, enfatizando proposições críticas e reflexivas que focam aspectos discursivos e relacionais (Guanaes, 2006).

Segundo Gergen e Warhuus (2001) são quatro os pressupostos derivados da perspectiva construcionista social que permitem entender a terapia como um contexto relacional, os quais influenciam a postura e as metas terapêuticas.

O primeiro deles se refere à *flexibilidade* que deve pautar o processo através do qual o terapeuta constrói seus conhecimentos acerca da família. Ao considerar que as teorias da ação humana se desenvolvem a partir de uma “estrutura prévia de compreensão” (p.32), os autores afirmam que são as convenções das inteligibilidades compartilhadas em cada comunidade que determinam como o mundo será interpretado. No caso da prática clínica, podemos pensar que será a afiliação teórica e epistemológica do terapeuta que determinará as formas como ele

atribuirá significados aos comportamentos e discursos dos participantes. Assim, estes significados não estão “contidos” nos participantes, mas referem-se aos conhecimentos que o terapeuta constrói a respeito deles.

Dessa forma, o desafio para o terapeuta constitui-se em exercitar a constante flexibilidade e remodelação de suas compreensões acerca dos participantes e das relações entre eles. Além disso, a flexibilidade também implica que o conjunto das propostas construcionistas não delineiam um método construcionista social, uma vez que estabelecê-lo seria paralisar seu significado no meio social.

O segundo pressuposto descrito pelos autores refere-se à postura antiessencialista do movimento construcionista social, que nos convida a olhar os discursos acerca do mundo como construções possíveis dentro de determinados contextos e momentos históricos. No tocante à prática clínica, vemos que no pressuposto tradicional de ciência a terapia encontra-se orientada para encontrar as “causas reais” dos conflitos em questão, sendo que estes são considerados como possuindo uma existência independente das pessoas que o estão vivenciando. Assim, a tarefa do terapeuta é procurar por estas causas e propor soluções.

A perspectiva construcionista social considera que descrever algo como sendo um “problema” é um fenômeno atrelado às tradições de significado a que pertencem as pessoas. Assim, a terapia buscará entender estes significados como soluções possíveis para aquelas pessoas e naquele momento, e que podem ser ressignificados quando não mais estão sendo úteis para elas. O terapeuta, portanto, tem uma postura que convida ao questionamento da natureza essencializada e inquestionável do problema, buscando espaços dialógicos em que novos significados possam ampliar os antigos, trazendo outras descrições acerca das situações que incomodam os participantes da terapia.

O terceiro pressuposto construcionista social que nos permite considerar a terapia como um contexto relacional, segundo Gergen e Warhuus (2001), refere-se a uma *mudança na postura* ocupada pelo terapeuta em sua relação com os clientes. Esta proposta foi descrita por Anderson e Goolishian (1993) como sendo uma postura do *não saber* por parte do terapeuta. Tradicionalmente, o profissional trabalha a partir do pressuposto de que seu conhecimento é superior ao do cliente, uma vez que está embasado na ciência e não no senso comum. Em decorrência, suas interpretações advêm de narrativas teóricas pré-determinadas que condizem com o modelo teórico por ele adotado e dão forma, como consequência, a relações hierárquicas que desqualificam o saber do paciente em favor do saber especializado do profissional. Segundo Anderson e Goolishian (1993), estas intervenções levam em consideração apenas a voz do especialista e, por reduzirem os significados que norteiam o

processo da conversação terapêutica, elas reduzem também os cursos de ação possíveis para profissionais e clientes.

Gergen e Warhuus (2001) afirmam que o construcionismo social, ao considerar que a interpretação é resultado da relação entre terapeuta e cliente, enfatiza sua natureza relacional e sua emergência pautada no momento interativo da conversa entre ambos. Assim, são estabelecidas práticas embasadas na horizontalidade do poder e na colaboração entre terapeuta e clientes, sendo que cada um pode contribuir com a conversa à sua maneira.

Por fim, o último pressuposto discutido pelos autores se refere à *relevância dada aos valores* que subjazem as ações das pessoas. Este posicionamento difere-se da busca pela neutralidade corrente nos pressupostos tradicionais de ciência, em que a terapia é concebida como um local impróprio para envolvimento político e ideológico, e o “bom terapeuta” é aquele que realiza uma observação atenta e neutra, sem enviesá-la com seus valores.

Sob o ponto de vista construcionista, qualquer postura é vista como ética e política em suas consequências – nas palavras dos autores, “qualquer ação no seio de uma sociedade está simultaneamente a criar o futuro desta” (Gergen & Warhuus, 2001, p. 39). Assim, toda prática terapêutica é vista como uma forma de ativismo social e político, e muitos terapeutas tornaram o comprometimento ideológico a razão de ser da terapia, fenômeno que pode ser observado, por exemplo, no advento de terapias de cunho feminista.

Estes pressupostos, segundo os autores, permitem considerar a terapia como um contexto relacional e implicam o terapeuta tanto no que é descrito como o problema a ser abordado no processo terapêutico como nos resultados alcançados ao longo do mesmo. Além destes pressupostos, outras propostas sensíveis às ideias construcionistas dão forma a diferentes maneiras de compreender e atuar na terapia. Com base em autores que discutem tais propostas (Anderson, 2012; Gergen & Warhuus, 2001; McNamee, 2001, 2004a; Raser & Japur, 2004), apresentaremos, a seguir, estas contribuições do construcionismo para o campo.

A centralidade que a linguagem assume na criação das possibilidades de mudança no contexto terapêutico é um elemento importante nas mudanças ocorridas no campo da terapia familiar. A atenção é voltada para aspectos discursivos e relacionais entre os membros da família e entre estes e o terapeuta. Assim, a preocupação central deste passa a ser as formas pelas quais a linguagem constrói o *self* e o mundo desde o ponto de vista dos participantes, e as implicações que estes significados têm para o bem-estar de cada um em particular e da família como um todo (Anderson, 2012; McNamee, 2004a; Raser & Japur, 2004).

Contudo, conforme destacam Gergen e Warhuus (2001), vale ressaltar que a importância atribuída ao significado não implica que uma mudança no mesmo

necessariamente trará mudanças nas ações das pessoas. Tal raciocínio articula significado e ação como se o primeiro fosse a “força motriz na vida das pessoas” (p.44), enquanto que, na proposta construcionista, os significados e narrativas são, antes, *recursos* utilizados por elas para dar conta de si mesmas e do mundo em que vivem, possibilitando-as viver em seu contexto social mais amplo (Gergen, 1985). Assim, a construção da mudança está atrelada, para além das novas narrativas criadas, ao caráter pragmático destes novos significados, ou seja, a sua possibilidade de extrapolar o contexto imediato da relação terapêutica e transpor-se para outras relações e contextos, sendo legitimados como uma narrativa possível nas comunidades em que a família ou o indivíduo está inserido.

Em outras palavras, não há garantias que mudanças atingidas no contexto da relação terapêutica sejam generalizadas para outras relações e contextos sociais. Isto porque, enquanto prática situada, a relação terapêutica proporciona entendimentos que dizem respeito às possibilidades daquela relação em particular, que não necessariamente serão legitimados pelos outros elementos da rede social da família.

Desse modo, no cerne da prática sensível às propostas construcionistas encontra-se a preocupação com a possibilidade de utilização dos discursos criados no contexto terapêutico em relações que o extrapolem (Rasera & Japur, 2004). O desafio com que se depara a prática do terapeuta é buscar uma articulação entre mudanças alcançadas na terapia e o contexto social dos clientes, de tal forma que as mudanças possam ganhar legitimidade nas demais relações em que a família está inserida.

Outro aspecto importante da proposta construcionista é o convite para o terapeuta nortear suas ações a partir dos recursos e potencialidades das pessoas e famílias (McNamee, 2002). A autora enfatiza que o diálogo sobre os recursos das pessoas pode convidar os participantes da terapia a criarem realidades em que novas ações são possíveis em direção a um futuro onde possibilidades são vistas como saídas para aquilo que é considerado problemático.

McNamee (2001) também enfatiza o foco da proposta construcionista nos processos de ação conjunta, que define, com base em Shotter, como aquilo que ocorre quando as pessoas se comunicam. No processo de construção de conhecimento acerca dos fenômenos relacionais, a atenção do terapeuta se volta para a descrição das situações de forma a dar visibilidade às redes de relações que envolvem as pessoas e em como os “significados são gerados, sustentados e perturbados nas relações” (p. 246).

No âmbito terapêutico, esta postura gera alguns desafios para o profissional, que precisa centrar-se nos padrões de interdependência das pessoas, abandonando investigações

focadas na culpabilização individual. Torna-se preciso que o terapeuta comece a se perguntar e convidar a família a refletir sobre como, em conjunto, produzimos um cenário particular em que as ações descritas como o “problema” tornam-se possíveis.

Por fim, o pluralismo a que convida o construcionismo social também é descrito como um aspecto importante deste corpo de conhecimentos, e possui implicações no tocante à prática terapêutica (Gergen & Warhuus, 2001; McNamee, 2001; Rasera & Japur, 2004). O pluralismo radical refere-se à possibilidade de existência de múltiplas descrições do real, sendo que cada uma é considerada legítima no seio da comunidade onde emerge.

As pessoas estão inseridas em contextos complexos de relações interdependentes e cada uma convida a diferentes construções de discursos a respeito de si mesmas. Ao trabalhar com esta noção no âmbito da terapia, há a valorização de diferentes formas de descrição das situações, considerando que a emergência destas vozes possibilita um diálogo – tanto externo quanto interno – mais rico e potencialmente gerador de mudanças.

Segundo McNamee (2001), o desafio do terapeuta é viabilizar a abertura para que o indivíduo fale através destes múltiplos discursos – dar conta deste desafio é trazer à conversação terapêutica a ideia de que nossas palavras e atos estão relacionados com aquelas das pessoas a quem nos dirigimos. Nas palavras da autora, “quando os outros falam conosco, nós estamos, de alguma forma, incluídos no que é dito” (McNamee, 2001, p. 241).

Neste item, apresentamos as principais contribuições e aproximações do construcionismo social ao campo da terapia familiar. A seguir, abordaremos o referencial através do qual compreendemos a identidade no presente estudo.

1.3. Compreendendo a identidade: self narrativo e teoria do posicionamento

A presente pesquisa envolve a análise das formas como os terapeutas familiares entrevistados criaram narrativas a respeito de suas relações com o construcionismo social e as mudanças advindas em sua prática clínica desde então. Neste sentido, entendemos que nossa pesquisa oferece uma proposta de análise de aspectos da identidade profissional dos terapeutas entrevistados. Para compreender tais aspectos da identidade dos participantes, partimos do entendimento da identidade tal como descrito por autores afinados com a proposta construcionista (Burr, 2003; Gergen, 2009; McNamee, 1996; Sampson, 1993),

tomando-a como um processo aberto e em constante transformação, que ocorre através de interações realizadas na linguagem.

A compreensão do *self* narrativo proposto pelo movimento construcionista social entrelaça as noções de linguagem e identidade. A criação do paradigma moderno em ciência esteve embasada na concepção da linguagem como uma representação dos objetos do mundo, dos fenômenos e daquilo que acontece dentro das pessoas. Ou seja, considera-se que as palavras que utilizamos são portadoras dos significados e estes são transmitidos entre os interlocutores engajados em uma conversa. Tais significados são tal como um retrato daquilo a que se referem (Gergen, 1997).

Propondo diferentes entendimentos de linguagem para o âmbito da Psicologia, Gergen (1985, 1997) afirma que o movimento construcionista está embasado na compreensão da linguagem como ação. Isto quer dizer que as diferentes formas de linguagem existentes (p. ex. nossas palavras, nossos gestos, as inflexões de voz ao conversar, a forma como organizamos os espaços físicos em nossas casas, ambientes de saúde, trabalho, lazer e etc.) são formas de expressar discursos¹ sobre quais práticas são consideradas legítimas e quais devem ser sancionadas. Assim, diferentes formas de linguagem constituem-se em ação prática no mundo porque delineiam as formas de ação possíveis dentro dos diferentes contextos sociais.

Assim, as pessoas encontram-se imersas em comunidades que organizam-se em torno de significados compartilhados acerca de diferentes fenômenos e aspectos que compõem a vivência humana. São estes significados – sejam eles relativamente fixos ou mutáveis no tempo – que orientam as pessoas nos contextos em que elas se inserem ao longo da vida.

Esta imersão dos seres humanos na linguagem norteia a proposta construcionista social acerca da identidade, a qual também oferece marcos particulares para o terapeuta. Gergen (2007) propõe uma visão relacional do autoconceito e descreve o *self* como uma narração. Assim, a identidade é entendida como sendo as maneiras mais ou menos estáveis das pessoas descreverem a si mesmas ou serem descritas por outros. Dessa forma, o *self* é constituído através de discursos sobre eventos relevantes para a pessoa ao longo do tempo. Tratam-se de narrativas que dão coerência aos eventos da vida e estão imersas nas diversas relações em que a pessoa está inserida e que contribuem para a geração destes significados.

¹ Burr (2003) define os discursos como um conjunto de sentidos, metáforas, histórias, imagens e outros elementos que permitem a criação de determinadas versões sobre fatos, objetos e fenômenos. Segundo a autora, considerando a amplitude de maneiras pelas quais objetos ou fenômenos podem ser definidos, aqueles que os descrevem lançam mão de discursos disponíveis em seu contexto, sendo que cada descrição gera implicações específicas.

Dessa forma, a identidade como auto-narrativa está atrelada a processos de trocas culturais e intercâmbios pessoais constantes – manter a estabilidade ou promover a mudança na identidade requerem uma negociação de sentidos em cada ocasião, na qual os interlocutores contribuem para a permanência ou transformação destas narrativas (Gergen, 2007).

Para Gergen (2009), esta proposta desafia a noção tradicional de um *self* único e coerente e abre espaço para a compreensão do que ele propõe como o eu relacional – a compreensão do indivíduo como resultado de suas interações com os outros. Como afirma Burr (2003), nossa identidade é construída no entrelaçamento de muitos discursos que estão circulando no meio social e dos quais lançamos mão nas nossas conversas com outras pessoas.

McNamee (1996), em consonância com estas propostas, afirma que a identidade é uma realidade criada no momento interativo. Emerge a partir do que transcorre entre as pessoas em relação, cada uma utilizando seus próprios recursos conversacionais à medida que o diálogo se desenvolve. Sampson (1993), ao discutir a construção do *self* e da realidade social, afirma que nós ganhamos um senso de *self* ao participar dos processos de interação social – nos diálogos e conversações com outras pessoas. Para o autor, o processo pelo qual nossos *selves* são constituídos nunca está terminado, é um fluxo em constante construção.

Reconhecendo que o uso do termo identidade pode convidar a mal-entendidos em relação à sua interpretação, visto que é extensamente utilizado em literaturas no âmbito da Psicologia, ao longo de nosso estudo optamos por utilizar o termo posicionamento, no lugar de identidade, para nos referirmos às posições individuais que os participantes de nossa pesquisa ocupam em relação à prática terapêutica, à terapia familiar e às ideias construcionistas sociais. Esta escolha nos permite, além de uma análise que considera a fluidez das relações que estabelecemos com as pessoas e fenômenos ao nosso redor, nos distanciar da noção de identidade que remete aos estudos e propostas tradicionais da Psicologia, mais próximas de descrições essencialistas no campo das ciências sociais.

A teoria do posicionamento, que também se insere no contexto das propostas pós-modernas, pode ser considerada um marco conceitual para entender as interações humanas e os entendimentos das individualidades que emergem a partir de nossas interações. Guanaes e Japur (2008) afirmam, baseadas nas propostas de Rom Harré, que o foco da teoria do posicionamento é a compreensão das possibilidades de produção, através das práticas discursivas, do fenômeno psicológico. A noção de posicionamento refere-se aos processos de criação da identidade através de diálogos e intercâmbios sociais, evidenciando a dinamicidade

envolvida nestes processos. Assim, as posições pessoais ocupadas pelos sujeitos nas diferentes relações que estabelecem com outros não possuem significados em si mesmas – a validação destas posições está atrelada ao interjogo que inclui tanto aspectos sociais mais amplos (como descrições morais acerca destas posições) como também fatores como a história do relacionamento e as particularidades do contexto em que estão as pessoas envolvidas. Neste sentido, as posições ocupadas pelas pessoas em suas relações são negociáveis e cambiáveis ao longo do tempo (Oliveira, Guanaes & Costa, 2004).

Ao propor que existem diferentes formas de definição das posições ocupadas pelas pessoas em suas interações, a teoria do posicionamento afirma a possibilidade de distintas maneiras de descrição do *self*. Guanaes e Japur (2008) descrevem que esta articulação entre a teoria do posicionamento e as propostas acerca do *self* narrativo marcam uma importante contribuição desta teoria para o campo de estudo das interações humanas.

Neste sentido, utilizaremos esta proposta como forma de dar inteligibilidade ao que compreendemos e analisamos como sendo aspectos relevantes da identidade dos terapeutas familiares entrevistados em nossa pesquisa.

1.4. Situando o objeto de pesquisa em relação ao campo

O campo do conhecimento em que a nossa pesquisa está inserida é a terapia familiar. Nossa proposta, no contexto de um projeto maior que visa analisar aspectos da difusão do construcionismo social no Brasil na academia e na clínica, é compreender algumas formas de difusão do discurso construcionista social dentre um grupo de terapeutas familiares, analisando implicações que a sensibilidade ao construcionismo social gera em sua prática clínica no atendimento de famílias.

Como afirmam Rasera e Guanaes-Lorenzi (2012), a análise da difusão do construcionismo social demanda a compreensão de como esta ocorre no interior da comunidade científica e também dentre os profissionais envolvidos na divulgação e aplicação destas ideias, uma vez que o movimento tem influenciado diferentes campos de atuação profissional. Segundo os autores, as comunidades científica e profissional mantêm entre si uma relação de intercâmbio e trocas constantes, o que evidencia a relevância de se compreender como os profissionais significam estas trocas e de que modo os

desenvolvimentos do construcionismo social influenciam e contribuem para sua prática profissional cotidiana (Rasera & Guanaes-Lorenzi, 2012).

Neste sentido, a relevância deste trabalho se justifica uma vez que consideramos que as ideias construcionistas provocaram mudanças recentes no modo de se entender e atuar na prática clínica. Ademais, considerando que estas influências provocam mudanças diretas do campo de conhecimentos da terapia familiar, vemos a importância de entender como os terapeutas familiares significam estas mudanças, e de que forma estas alteram sua prática no atendimento à famílias.

Assim, definimos como objetivos dessa pesquisa:

- ❖ **Objetivo geral:** Investigar a difusão do discurso construcionista social entre um grupo de terapeutas familiares, focando em como este se constitui em um aporte útil para sua prática clínica.
- ❖ **Objetivos específicos:**
 - Compreender as principais descrições de construcionismo social presentes entre os terapeutas familiares.
 - Compreender como estas descrições influenciam sua trajetória profissional e a construção de seus posicionamentos como terapeutas familiares.

2. Método

A presente pesquisa está situada dentre as investigações de natureza qualitativa e foi desenvolvida a partir das ideias propostas pelo movimento construcionista social em ciência, o qual oferece contribuições específicas para o delineamento e desenvolvimento das investigações em Psicologia.

Para apresentar a proposta metodológica do nosso projeto, discutimos, na primeira parte do capítulo, os objetivos e características da pesquisa qualitativa e, em seguida, abordamos a proposta do construcionismo social para as investigações científicas. Apresentamos também quem foram os participantes do estudo, os critérios de seleção dos mesmos e os aspectos éticos concernentes ao planejamento e execução de nosso estudo. Nos itens seguintes, apresentamos os procedimentos de constituição do *corpus* da pesquisa e como o mesmo foi por nós analisado.

2.1. Delineamento teórico-metodológico

2.1.1. A pesquisa qualitativa

Como afirmado acima, este estudo está inserido dentre as pesquisas com abordagem qualitativa, cuja perspectiva está situada dentre as ciências ideográficas, as quais estão interessadas nas características singulares dos fenômenos estudados. Segundo Bogdan e Biklen (1994), as investigações assim orientadas têm como objetivo compreender o comportamento e as experiências dos sujeitos, orientando-se para os sentidos que estes atribuem às suas vivências e aos fenômenos à sua volta.

Para os autores (Bogdan & Biklen, 1994), são cinco as principais características das investigações qualitativas. Em primeiro lugar, nestas pesquisas a fonte de dados é o ambiente natural a ser investigado e o principal instrumento é o pesquisador. Assim, a presença no campo de estudo é essencial, visto que o pesquisador qualitativo considera que as ações podem ser melhor compreendidas e estudadas quando relacionadas ao contexto em que emergem, sendo que o entendimento que o pesquisador tem das informações obtidas em campo é o principal elemento da análise. Segundo Spink e Menegon (1999), considerando a relação existente entre o sentido e seu contexto de uso, é responsabilidade do pesquisador descrever e explorar tanto quanto possível o contexto da pesquisa.

Em segundo lugar, Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a investigação qualitativa caracteriza-se por ser descritiva, uma vez que os dados obtidos têm a forma de palavras ou de imagens e a palavra escrita possui importância capital tanto na descrição como na divulgação dos resultados. O caráter descritivo da pesquisa também pode ser observado na coleta das informações da pesquisa, quando não se deseja que nada escape à atenção do pesquisador – todos os dados podem ser relevantes para fornecer dados que ajudem a compreender o fenômeno em estudo e seu contexto de emergência.

Em terceiro lugar, os autores afirmam que o interesse está mais voltado para os *processos* do que para os produtos, ou seja, o pesquisador interessa-se pelos processos de criação e negociação de significados, por *como* o fenômeno em questão ocorre em seu ambiente e as nuances envolvidas neste processo (Bogdan & Biklen, 1994).

Em quarto lugar, na pesquisa qualitativa os dados são analisados de forma indutiva, visto que “as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 50). Neste sentido, a coleta de dados não objetiva testar hipóteses previamente formuladas e a análise dos mesmos é comparada, pelos autores, à figura de um funil: as informações estão mais amplas e abrangentes em seu início e vão se tornando mais específicas ao seu término, à medida que damos relevância aos aspectos mais importantes em relação aos objetivos da pesquisa.

Por fim, na pesquisa qualitativa o significado possui grande relevância, pois o interesse do pesquisador é compreender fenômenos e objetos a partir dos significados que lhes são atribuídos pelos participantes, lançando luz às suas formas de atribuição de sentidos em relação ao fenômeno estudado.

Assim, de maneira geral, a investigação qualitativa está centrada nas idiossincrasias que o fenômeno em estudo apresenta. Para a consecução deste objetivo diversas metodologias podem ser empregadas, de acordo com os objetivos da pesquisa.

É importante salientar que, enquanto uma investigação de cunho qualitativo, a proposta metodológica de nossa pesquisa, do início ao término de sua execução, possuiu um plano flexível, ou seja, foi progressivamente elaborado ao longo da realização do estudo, mantendo-se aberto para as situações encontradas em campo e durante a análise.

Nosso trabalho está sendo desenvolvido a partir das contribuições do construcionismo para o âmbito das ciências sociais e, portanto, apresentamos em seguida as contribuições deste movimento para as práticas de pesquisa.

2.1.2. A investigação construcionista social

Segundo Spink e Frezza (1999), o construcionismo social emerge a partir da confluência de três movimentos interdependentes, os quais ilustram um movimento ainda mais amplo de proposta de uma nova visão de ciência. São eles: a reação da Filosofia à visão representacionista do conhecimento, segundo a qual o conhecimento representa os objetos do mundo e é algo que as pessoas possuem internamente; a Sociologia do Conhecimento, que propõe a desconstrução da retórica da verdade (que concebe a verdade como sendo um conhecimento absoluto do objeto) e tem seus interesses focados nos processos de conservação e transformação social e na construção social dos conhecimentos do senso comum, os quais constituem as bases onde se alicerça qualquer sociedade (Berger & Luckmann, 1985); e as vertentes da Política que buscam o empoderamento de grupos sociais marginalizados.

Em consonância com estas novas propostas, o construcionismo social surge como um corpo de conhecimentos que propõe uma metateoria para se pensar a construção do conhecimento. A esse respeito, Guanaes (2006) propõe reflexões sobre a dupla forma como o construcionismo social pode ser entendido no âmbito científico. Por um lado, ao utilizar uma proposta dialógica e relacional para descrever como construímos o nosso conhecimento, trazendo reflexões acerca de como criamos e sustentamos nossas teorias, ele pode ser considerado uma metateoria. Todavia, à medida que os autores estudam e descrevem os processos de construção do conhecimento, teorizações locais são criadas a respeito da construção de significados. Dessa forma, o construcionismo social também contribui para a criação de sentidos situados, aportes dos quais as pessoas lançam mão para explicar o mundo e suas vivências – seria, então, uma teoria. Contudo, sob uma perspectiva moderna, o termo *teoria* está aliado à possibilidade de representação da realidade, ou seja, a descrição e explicação do que *as coisas realmente são*. Assim, a autora sugere que utilizemos o termo *discurso* ao descrever o conjunto de sentidos criados pelas reflexões do construcionismo no campo da construção do conhecimento (Guanaes, 2006).

Como abordamos no capítulo introdutório, o embasamento da proposta construcionista está alicerçado no entendimento da construção do conhecimento como resultado de trocas sociais, de momentos interativos em que as pessoas engajadas na conversação criam, ativamente, sentidos sobre o mundo. Desta maneira, a linguagem é tida como prática social uma vez que as descrições e explicações validadas por determinadas comunidades dão forma

aos modelos sociais nelas vigentes, os quais sustentam e apoiam certos padrões em detrimento de outros (Gergen, 1985).

No que se refere especificamente à prática de pesquisa em Psicologia, o foco de investigação é o uso prático da linguagem nas atividades humanas. Em outras palavras, o pesquisador está interessado nas formas de linguagem compartilhadas pelas comunidades, na maneira pela qual estas são negociadas entre as pessoas em sua ação conjunta e nas implicações destas formas de linguagem para outras atividades sociais (McNamee, 2010).

Neste sentido, a pesquisa é considerada uma prática social, uma vez que a construção de conhecimentos acerca do objeto depende, a um só tempo, das idiossincrasias de quem o constitui como tal, do momento histórico e cultural desta produção e das regras instituídas neste contexto de produção do conhecimento (Spink & Menegon, 1999).

Esta concepção aponta para a responsabilidade do pesquisador ao longo de todo o processo de pesquisa, uma vez que ele deve sempre levar em conta as implicações pragmáticas de suas afirmações na sociedade mais ampla, considerando que as teorias psicológicas derivadas da prática de pesquisa são incorporadas à vida social e nela atuam, legitimando certas ações e excluindo outras (Gergen, 1985).

Considerar a prática de pesquisa como uma atividade social também implica em considerar que estas teorias psicológicas não tem valor em si mesmas. Como afirma Gergen (1985), a validação de certas teorias está atrelada ao tempo histórico em que elas são criadas e sustentadas. Assim, elas adquirem importância e relevância enquanto modelos úteis de compreensão e inteligibilidade para seus interlocutores em dado tempo e espaço e por isso podem ser abandonadas e modificadas com o passar do tempo.

Neste sentido, o rigor e a avaliação da pesquisa passam a ser ressignificados enquanto fenômenos da ordem da intersubjetividade, estando atrelados ao contexto de planejamento e realização da pesquisa (Spink & Menegon, 1999). O rigor, mais especificamente, passa a ser entendido como “a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (Spink & Lima, 1999, p. 102), sendo este diálogo referido à socialização e compartilhamento dos resultados da pesquisa na comunidade de interlocutores.

A proposta construcionista social na prática de pesquisa considera o método como uma forma de construir objetividades e versões sobre o mundo, as quais trazem implicações para o trabalho em Psicologia e para a organização social mais ampla, como discutido acima (Gergen, 1985). Assim, como afirma McNamee (2010), cada método produzirá um conhecimento específico ao dar visibilidade a certos aspectos da realidade, e, portanto, toda

orientação metodológica é vista como uma forma viável de se relacionar com o fenômeno em estudo.

Segundo a autora, o desafio do pesquisador ao eleger um método para seu estudo é deixar claro quais são as bases para suas escolhas e convidar seus interlocutores a compreenderem tais escolhas metodológicas (McNamee, 2010). Baseadas nessas ideias, buscamos, nesse estudo, explicitar todos os passos desenvolvidos ao longo da pesquisa, bem como as opções metodológicas que elegemos para responder ao nosso objetivo geral e nossos objetivos específicos.

2.1.3. Aspectos éticos

Toda a pesquisa foi realizada conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996)². Conforme prevê esta resolução, a pesquisa teve início após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Antes de responder às entrevistas, cada participante recebeu e assinou dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – um que prevê o cumprimento das disposições da Resolução 196/96 sobre pesquisas com seres humanos (Brasil, 1996), e outro que se refere à constituição de um banco de dados, composto pelas transcrições integrais e literais das entrevistas realizadas (Apêndices A e B, respectivamente).

Os participantes tiveram o sigilo de sua identidade assegurado durante a realização da pesquisa e após a mesma, quando da divulgação de seus resultados para a comunidade. Asseguramos que sua participação foi voluntária e não incluiu qualquer forma de remuneração, sendo que o consentimento pode ser retirado a qualquer momento, sem lhes causar qualquer dano ou penalidade.

Os participantes também foram informados que as informações obtidas através de sua participação seriam utilizadas apenas para fins de pesquisa, que utilizaríamos nomes fictícios em todo tipo de divulgação do estudo e que sua participação não envolveria riscos à sua saúde, sendo que a pesquisadora estaria disponível para contato caso surgissem dúvidas ou

² Embora atualmente vigore a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos, nossa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa antes da aprovação da referida resolução e, portanto, ainda está submetida ao que estabelece a Resolução 196/96.

necessidades de esclarecimento em qualquer fase da pesquisa, mesmo após o término da mesma.

2.1.4. Participantes da pesquisa

No delineamento do estudo, criamos dois critérios independentes de inclusão dos participantes, ou seja, cada critério gerou convites para participação em nosso estudo. Abaixo, descrevemos estes critérios:

- a. Ser terapeuta familiar; ser psicólogo(a); ter a prática clínica como principal atividade profissional; possuir responsabilidade docente em institutos de formação em terapia familiar filiados à Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro³, sendo que tal atividade docente deve estar relacionada com o ensino do construcionismo social no respectivo curso de formação. Este critério nos permitiu entrar em contato com profissionais que reconhecemos como expoentes do construcionismo social no contexto brasileiro, uma vez que são agentes de difusão destas ideias dentre a comunidade de profissionais que buscam formação em terapia familiar.
- b. Estar dentre os cinco autores que mais publicaram na Revista Nova Perspectiva Sistêmica⁴ (NPS) nos últimos cinco anos. Este critério nos permitiu avaliar quem são os profissionais que nomeiam e discutem sua prática profissional a partir das ideias construcionistas;

³ Os resultados encontrados em nossa análise dos programas dos institutos de formação e também a vinculação da Revista Nova Perspectiva Sistêmica a determinados institutos de formação nos apontam que as produções sobre construcionismo social e terapia familiar têm se dado prioritariamente nestes estados, como também apontam Raser e Guanaes-Lorenzi (2012).

⁴ Trata-se de revista nacional criada em 1991 que, conforme definido em seu escopo, circula especialmente entre profissionais da terapia familiar, tendo como objetivo apresentar e refletir sobre as constantes evoluções das teorias sistêmicas e suas implicações na construção de novas práticas. Em nossa pesquisa, incluímos a Revista NPS como exemplo da difusão do construcionismo no campo profissional (e não acadêmico) porque, em sua história, tem priorizado a publicação de textos teóricos ou ilustrativos da prática do terapeuta familiar, tanto no contexto clínico como em outros contextos, e não necessariamente de estudos empíricos.

Consideramos que estes critérios nos permitem investigar a difusão das ideias construcionistas dentre os participantes e no contexto profissional da prática clínica, visto que tanto os autores quanto os terapeutas com responsabilidade docente estão envolvidos na propagação das ideias construcionistas sociais no meio profissional.

Para cada um dos critérios estabelecidos, tivemos um procedimento específico para a seleção dos participantes:

- a. **Indicação dos coordenadores dos institutos de formação de quem eram o(s) profissional(ais) responsável(eis) por apresentar(em) as propostas e práticas construcionistas sociais em terapia familiar.** Para tanto, foram pesquisados institutos de formação em terapia familiar dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo na *home page* da ABRATEF⁵, onde analisamos os programas dos cursos de formação de cada instituto filiado. Esta análise foi composta pela verificação da presença do construcionismo social como temática abordada em qualquer momento do curso. Nos casos em que o programa não estava disponível, enviamos um *e-mail* ao instituto solicitando que nos enviasse tal programa para análise, caso desejassem participar da pesquisa (Apêndice C). A partir disso, selecionamos para participar da pesquisa aqueles institutos cujos programas abordassem o construcionismo social em um de seus módulos teóricos e/ou práticos. Enviamos um convite de participação para os institutos selecionados (Apêndice D), pedindo que eles nos indicassem algum professor do curso envolvido com o ensino e prática das ideias construcionistas sociais, para que pudéssemos entrar em contato e convidá-lo(a) para participar da pesquisa;
- b. **Análise das publicações na Revista NPS.** Para selecionar este participante, primeiramente entramos em contato com a Revista NPS, a qual nos disponibilizou os índices quantitativos que indicavam os autores que mais publicaram na Revista nos últimos cinco anos. Nos resultados, três destes autores eram estrangeiros e dois brasileiros. Uma vez que nossa pesquisa está inserida em um projeto de pesquisa mais amplo, que visa investigar a difusão do construcionismo social dentre a comunidade de **profissionais brasileiros**,

⁵ Link para acessar a *home page*: <http://www.abratef.org.br/2013>. Pesquisa realizada entre novembro de 2011 e janeiro de 2012.

optamos por não entrevistar os autores estrangeiros que tinham os maiores índices quantitativos de publicações na Revista. Em relação aos autores brasileiros, um deles já havia participado da pesquisa por ser docente de curso de formação filiado à ABRATEF. O outro autor⁶ foi convidado a participar, por *e-mail* (Apêndice E), e aceitou nosso convite⁷.

A partir destes critérios, participaram deste estudo 14 terapeutas familiares, do sexo masculino e feminino, psicólogos, que atuam na área de terapia familiar e têm como principal atividade profissional a prática clínica. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, para preservar o sigilo da identidade dos participantes.

Dos 14 participantes da pesquisa, oito estão vinculados a institutos de formação no estado de São Paulo, cinco estão vinculados a institutos do Rio de Janeiro, e dois são autores que mais publicaram na Revista NPS nos últimos 5 anos.

Todos os participantes de nossa pesquisa são terapeutas familiares e estão envolvidos com o ensino em cursos de formação em terapia familiar – mesmo o participante que foi selecionado por ser um dos autores que mais publicou na Revista NPS no período que selecionamos. Este fato nos deu a possibilidade de explorar, em todas as entrevistas, aspectos da prática clínica e do contato com as ideias construcionistas sociais ao longo da trajetória profissional destes terapeutas.

O tempo de prática clínica dos entrevistados é variável. Enquanto alguns deles atuam nesta área há três décadas, outros exercem esta atividade há cerca de cinco anos, desde que se formaram na graduação em Psicologia. O próprio caminho até a graduação como psicólogo ou psicóloga foi variável, sendo que houveram casos em que o/a terapeuta havia graduação e especialização em outras áreas antes de escolherem o curso de Psicologia.

Após a graduação em Psicologia, a maior parte iniciou o exercício da profissão realizando, ao mesmo tempo, especialização em alguma área específica de atuação no campo da Psicologia ou abordagem de atendimento em psicoterapia: psicanálise, psicologia existencial-humanista, psicodrama, psicoterapia corporal, psicologia do desenvolvimento, psicodiagnóstico, atendimento de crianças.

⁶ A referência a tal participante como “o autor” é genérica, não constituindo-se em uma forma de identificação de gênero.

⁷ Para o leitor que sentir-se interessado nas etapas que compuseram esta fase da pesquisa, disponibilizamos em anexo (Apêndice F) uma tabela que descreve detalhadamente todos os passos realizados desde o início da pesquisa na *home page* da ABRATEF até o término das entrevistas com os participantes.

Apenas um dos participantes iniciou a formação em terapia familiar logo que terminou a graduação em Psicologia. Esta terapeuta já havia tido contato com a prática de terapia familiar durante a graduação e havia considerado esta uma prática possível e desejável para sua carreira, iniciando, então, sua especialização. Segundo relataram alguns dos outros terapeutas, estes procuraram a formação após experienciarem, na prática, momentos em que suas intervenções – seja na comunidade, seja em psicoterapia – exigiram o manejo de questões que envolviam a família de forma mais ampla, e seu arcabouço prático e teórico pareceu insuficiente para lidar com a situação.

A partir desta contextualização, apresentamos os passos para constituição do *corpus* da pesquisa.

2.1.5. Procedimentos de constituição do *corpus* da pesquisa

As informações que fizeram parte do *corpus* de análise foram obtidas através de entrevistas semi-estruturadas. Tal como propõe Pinheiro (1999), consideramos a entrevista como uma prática discursiva, entendendo-a como ação e interação situada em que sentidos são produzidos e negociados momento a momento. Esta ação ocorre em uma relação entre participante e pesquisador, na qual os posicionamentos de ambos são constantemente negociados.

As entrevistas foram realizadas segundo o roteiro de entrevista semi-estruturada em anexo (Apêndice G), o qual contém perguntas que nortearam a conversa e definiram as áreas de interesse, a partir das quais a pesquisadora e os participantes puderam divergir para dar continuidade a uma ideia ou buscar maior riqueza de detalhes (Britten, 2005).

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, pessoalmente, que viajou até a cidade dos participantes. Cada entrevista foi realizada no lugar indicado como mais conveniente por cada participante – por exemplo, em suas salas de atendimento, em alguma sala de aula do instituto onde lecionam ou ainda em suas próprias casas. O tempo médio de duração das entrevistas foi de uma hora e meia e elas foram realizadas entre fevereiro e maio de 2013.

Após a realização de cada entrevista, a pesquisadora enviou a cada participante um *e-mail* de agradecimento pela disponibilidade em recebê-la e participar da pesquisa. Não dispomos de um modelo de tal *e-mail* para apresentar ao leitor porque eles foram escritos

conforme a experiência vivida em cada entrevista e seu conteúdo quase sempre se remetia aos momentos que participante e pesquisadora viveram juntos.

Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho mp3 e transcritas na íntegra. As páginas e linhas das entrevistas foram enumeradas, visando facilitar o manuseio e análise do material.

2.1.6. Procedimentos de análise do *corpus*

A análise e discussão dos resultados da pesquisa foram desenvolvidas em um trabalho conjunto com a professora Sheila McNamee, Ph.D, durante estágio de pesquisa com duração de três meses realizado na Universidade de New Hampshire, EUA, com apoio da FAPESP.

Como propõe Guanaes (2006), consideramos que a análise das informações da pesquisa tem seu início no momento da transcrição do material, o qual é uma forma de contato com o material de pesquisa que inclui aspectos relevantes para a interpretação das informações, tais como entonações, inflexões de voz e outras particularidades que permitem ao pesquisador atribuir sentidos às conversas.

Após as transcrições, foram realizadas leituras sistemáticas e repetidas das entrevistas, visando a familiarização com o material da pesquisa, a apropriação de assuntos e temas tratados durante as entrevistas e a reflexão acerca de semelhanças e diferenças entre o que foi dito por cada entrevistado. Uma vez realizadas estas leituras, demos início à sistematização dos dados obtidos. Esta sistematização foi pautada em uma análise temática, inspirada pela proposta de Spink (2010) sobre sentidos atribuídos por fumantes a campanhas antitabagistas. As leituras das entrevistas nos sensibilizaram para duas importantes dimensões de análise, a partir das quais os dados foram sistematizados e analisados.

Dimensão 1: Criando uma versão útil dos conceitos construcionistas

Na primeira dimensão de análise, descrevemos como os participantes atribuem sentidos ao construcionismo social. Esta dimensão levantou a necessidade de analisar o *corpus* da pesquisa através de um diálogo com descrições formais do construcionismo social

no âmbito teórico. Elegemos, assim, duas obras de Kenneth Gergen: o artigo *The Social Constructionist Movement in Social Psychology* (Gergen, 1985), que tem sido considerado por diversos autores como o marco da entrada das ideias construcionistas na Psicologia e onde ele apresenta as ênfases comuns às diferentes descrições do movimento construcionista; e o livro *Realities and Relationships* (1997), em que o autor apresenta a proposta construcionista social para as ciências humanas de forma mais detalhada.

Assim, as principais perguntas que nortearam este momento da análise foram: como o construcionismo aparece descrito no relato dos participantes? Sob quais aspectos suas descrições mais se aproximam da proposta teórica construcionista, e em que aspectos estão mais distantes? Como esta discussão nos permite construir sentidos sobre a difusão do construcionismo entre estes terapeutas familiares? Quais são as implicações destas apropriações teóricas em seus posicionamentos como terapeutas familiares?

Consideramos que propor uma discussão que busca articular os pressupostos descritos por Gergen (1985, 1997) com o *corpus* da pesquisa é um desafio marcante em nossa pesquisa, pois nos colocou diante do exercício de definir limites teóricos que podem convidar a pensar que tais definições do construcionismo são estanques. Reconhecemos, assim, possíveis fragilidades desta proposta de análise, sobretudo por esta encontrar-se em um campo fluido e complexo de definições teóricas – o que, inclusive, nos convidou a delimitar nossos referenciais para tais articulações. Ao mesmo tempo, reconhecemos a relevância de nosso exercício de aproximações entre o *corpus* da pesquisa e tais pressupostos teóricos, por darem visibilidade a aspectos da difusão destas ideias entre os participantes.

Outro ponto importante se refere ao modo como conversamos sobre estes pressupostos nas entrevistas. Não foi realizada nenhuma pergunta direta acerca do que eles compreendem como sendo o construcionismo social ou os pressupostos deste movimento. Em geral, perguntávamos quais ideias, conceitos e práticas relacionadas ao construcionismo eram mais presentes em suas práticas. Este aspecto é importante porque cria uma possibilidade de conversa em que, muitas vezes, os participantes não se viam implicados em um posicionamento de extensa elaboração teórica acerca destas ideias, sendo que narravam o modo como a compreensão do construcionismo norteia suas ações na clínica. Além disso, é importante destacar que o contato com os participantes e a realização das entrevistas partiu do posicionamento destes terapeutas familiares como “construcionistas”, o que, de maneira indireta, convidou tanto a pesquisadora como os participantes a estabelecerem conversas sobre as propostas construcionistas. No entanto, como afirmamos acima, não propusemos conversas em busca de verificação de conceitos e premissas. Provavelmente, se os

participantes tivessem sido convidados a explorar diretamente estas ideias, suas respostas seriam mais elaboradas em relação a estes temas. As entrevistas falam, ao contrário, da relação mais direta e pessoal dos participantes com o construcionismo

Esta análise nos permitiu criar cinco temas: “*Construção social da realidade*”, “*Caráter performático da linguagem*”; “*Relativismo moral*”; “*Eu relacional*”; e “*Terapia focada nos recursos da família*”. Na análise descritiva destes temas, buscamos reconhecer nas entrevistas trechos que os representem, de modo que a fala de todos os participantes pudesse ser representada na apresentação da análise.

Partindo do entendimento de que as diferentes descrições da realidade possuem implicações nas relações entre as pessoas e destas com os fenômenos à sua volta (McNamee, 2010), buscamos, paralelamente à esta análise temática, descrever as implicações que tais descrições do construcionismo têm no posicionamento dos participantes como terapeutas. Este momento da análise foi sintetizado no quadro 1, apresentado no próximo capítulo⁸, em que descrevemos os aspectos teóricos do construcionismo relacionados à prática dos participantes, as formas como tais conceitos são manejados nos atendimentos clínicos, e os participantes com os quais produzimos sentidos sobre os referidos temas.

Uma vez finalizada a análise temática desta primeira dimensão, elaboramos o quadro 2, também apresentado no capítulo seguinte, que sintetiza as informações discutidas ao longo da análise dos cinco temas propostos, destacando informações ligadas ao posicionamento dos terapeutas em seus atendimentos a partir do uso dos diferentes conceitos teóricos analisados. Assim, este quadro resume informações discutidas ao longo da seção em que está inserido, não trazendo ao trabalho novos aspectos de análise.

Dimensão 2. Construcionismo e trajetória profissional: implicações deste encontro

Na segunda dimensão de análise do estudo, nosso foco foi descrever implicações do contato com o construcionismo social na trajetória profissional dos participantes. As perguntas que nortearam este momento da análise foram: quais as principais mudanças que o contato com o construcionismo gerou na prática dos participantes? Como eles se relacionam

⁸ Optamos por apresentar os quadros apenas no capítulo seguinte, uma vez que eles são materiais relevantes para o leitor situar-se na análise proposta. Assim, evitamos repetir a apresentação de recursos gráficos em partes distintas de um mesmo texto.

com os autores e a literatura construcionista no campo da terapia familiar? Como eles utilizam o construcionismo social e outras escolas da terapia familiar em sua prática clínica?

Assim, a análise deste eixo possibilitou a criação de três temas: “*O terapeuta como facilitador de conversas*”; “*O terapeuta sensível ao caráter aplicado do conhecimento*”; e “*O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens*”. A análise descritiva destes temas também buscou reconhecer nas entrevistas trechos que representassem cada temática, de modo que a fala de todos os participantes pudesse ser representada na discussão dos resultados. Em relação a este aspecto, o leitor poderá notar que em alguns momentos da descrição da análise, ao dar visibilidade aos sentidos produzidos com os participantes sobre algum tema, utilizamos como recurso a descrição sintética de como foram as conversas com os participantes sobre a temática em questão, sem que tenham sido apresentados trechos das entrevistas.

Uma vez finalizada a análise temática da segunda dimensão, elaboramos o quadro 3, apresentado no capítulo seguinte, o qual sintetiza as informações discutidas ao longo da análise dos três temas propostos.

❖

3. Resultados e Discussão

❖

O presente capítulo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos o eixo de análise “Criando uma versão útil dos conceitos construcionistas”, composta pela discussão de cinco temas; na segunda seção, apresentamos o eixo de análise “Construcionismo e trajetória profissional: implicações deste encontro”, composto pela análise de três temas.

3.1. Criando uma versão útil dos conceitos construcionistas

Elaboramos o quadro apresentado abaixo (Quadro 1) como um recurso de síntese e organização das informações que serão abordadas nesta seção. Na primeira coluna, descrevemos as ênfases do movimento construcionista social discutidas por Gergen (1985, 1997) que foram analisadas nas entrevistas e que nomeamos como sendo parte da prática clínica dos participantes⁹. Na segunda coluna, descrevemos maneiras através das quais os conceitos e pressupostos são enfatizados no cotidiano clínico dos terapeutas. Nomeamos esta coluna de “Manejo clínico do conceito e/ou pressuposto” por entendermos que o uso das contribuições teóricas na prática possui especificidades que nem sempre correspondem à descrição original dos autores, como discutiremos nos itens seguintes. Por fim, a terceira coluna apresenta os participantes com os quais produzimos sentidos sobre os referidos conceitos e pressupostos.

⁹ O quinto item, “terapia focada nos recursos da família”, embora não seja discutido na literatura como um pressuposto construcionista para o campo das ciências sociais, é enfatizado por alguns autores como um norteador importante das práticas sensíveis ao construcionismo (Gergen & Warhuus, 2001; McNamee, 2001). Dada a menção que alguns participantes fizeram a este aspecto como sendo norteador de práticas, optamos por incluí-lo como tema de análise deste eixo.

Aspectos teóricos relacionados à prática	Manejo clínico do conceito e/ou pressuposto	Participantes
Construção social da realidade	Atenção voltada para os sentidos que as pessoas atribuem às suas experiências.	Carina, Cecília, Luana, Nice, Raquel, Elisa, Nina, Estevão.
Caráter performático da linguagem	Terapia entendida como possibilidade de ressignificação.	Carina, Júlia, Luana, Nice, Mônica, Cecília, Melissa Estevão, Elisa, Nina, Renata.
Relativismo moral	Possibilidade de legitimação da diferença.	Cecília, Luana, Nice, Márcia, Raquel, Estevão, Elisa, Nina, Marina.
Eu relacional	Levar em consideração a importância dos outros na construção do senso de <i>self</i> .	Estevão, Elisa, Nice.
Terapia focada nos recursos da família	Olhar para os recursos que as famílias e indivíduos têm para lidar com as situações de sofrimento, e não apenas para o que lhes falta.	Cecília, Nice, Mônica.

Quadro 1. Aspectos teóricos analisados na prática clínica dos participantes

3.1.1. Construção social da realidade

Em algumas entrevistas, produzimos sentidos sobre a construção da realidade através da linguagem. Articulamos estas descrições com as afirmações de Gergen (1985, 1997) ao descrever o primeiro pressuposto que embasa o movimento construcionista social. Segundo o autor, as experiências que temos do mundo não determinam, em si mesmas, as palavras que vamos utilizar para descrevê-las. Neste sentido, nossas formas de compreender o mundo, as pessoas e os fenômenos são sempre limitadas pelas convenções linguísticas que partilhamos e pelo contexto em que estamos inseridos – tanto o contexto imediato da conversação quanto o contexto social e histórico mais amplo. Assim, os nomes que damos e as descrições que fazemos sobre os objetos e fenômenos são produtos da nossa inserção em contextos interativos e guardam relação com o momento histórico que vivemos (Gergen, 1997).

Segundo o autor, esta proposta desafia algumas noções da ciência moderna que embasam a atividade científica e o entendimento de ser humano que a perpassa, as quais foram fundantes na emergência de diversas práticas em Psicologia. Para apresentá-las, propomos um exemplo breve e, portanto, limitado, que envolve o contexto terapêutico. Supomos que um adolescente descreve sua mãe – em tons acusatórios – como sendo

“controladora”. Como terapeutas, podemos conduzir a conversa a partir da descrição dada pelo garoto, tomando-a como verdadeira e uma qualificação que corresponde aos atributos daquela mãe. A conversa, assim, será informada pela consideração de ambos como indivíduos independentes um do outro, e iremos propor ações voltadas para cada um deles: seja para que o garoto mude sua visão sobre a mãe, seja para que a mãe mude seus comportamentos. Assim fazendo, temos como ponto de partida que (1) a linguagem é um reflexo do mundo, posto que a qualificação dada pelo garoto é uma representação do que a mãe de fato é; (2) a noção de que o conhecimento é uma posse individual, produzido a partir de processos que ocorrem dentro do indivíduo e, portanto, a intervenção visa transformar estes conhecimentos através de mudanças nos sujeitos; e (3) uma visão essencialista do mundo, visto que “ser controladora” é um atributo interno da mãe, que se manifesta no mundo externo a partir de suas ações.

O pressuposto apresentado por Gergen (1985, 1997) traz mudanças radicais nos entendimentos que o terapeuta pode ter desta relação e na prática clínica decorrente. Ao escutar o adolescente dizendo que sua mãe “é controladora”, podemos considerar que esta é uma forma de descrição possível que emerge a partir das relações entre mãe e filho, tanto no tempo presente como na história da interação entre ambos. O sentido da palavra “controladora” não é dado como certo e diversos caminhos de exploração destes significados podem ser criados, por exemplo: quais ações o garoto está nomeando como formas de “ser controladora”? Em que momentos sua mãe é controladora? Alguém mais a descreve dessa forma? Esta investigação tem como pressuposto a afirmação de que os sentidos não estão contidos na palavra em si, mas no uso que as pessoas fazem dele. Também poderíamos propor a exploração de novos sentidos para as ações desta mãe: suas ações poderiam ser consideradas como uma forma de cuidado para com o filho? Poderíamos pensar que é uma mãe que zela pela segurança e integridade do filho? Estas novas descrições são consideradas legítimas e possíveis para algum deles, ou para ambos? Essas e outras descrições das mesmas ações da mãe poderiam ampliar as maneiras de descrever a relação entre ambos, convidando-os a experimentar formas de relacionamento que sejam menos opressivas e mais generativas.

É importante considerar que as discussões a respeito da ação do profissional em ambas formas de prática poderiam ser exploradas mais detidamente, assim como os pressupostos teóricos e epistemológicos que as embasam. Neste sentido, este exemplo se atém aos aspectos relevantes para a discussão deste item, e visa explicitar as principais críticas do construcionismo social aos pressupostos fundantes da ciência moderna, ilustrando de forma genérica como as ideias construcionistas modificaram entendimentos da terapia e da ação do terapeuta.

O trecho que apresentamos a seguir ilustra parte do diálogo com Nice, em que o caráter situado de utilização da linguagem é evidenciado. Quando perguntamos a ela quais eram as principais ideias e propostas do construcionismo que ela usa em sua prática, a participante afirma:

Nice: É... isso, assim, a primeira... acho que o principal é um instrumento de... o significado do que ele me traz. Tentar não decodificar aquilo a partir do que eu tenho como códigos da minha linguagem daquilo que ele tá trazendo. Então tentar entender de que lugar ele me fala aquilo que ele tá falando, pra que eu entenda o significado daquilo que ele tá falando. Então, assim, uma ferramenta, eu sempre pergunto assim: “deixa eu ver se eu to entendendo o que você tá me dizendo”, eu sempre procuro... porque eu sempre digo assim: “é importante que eu esteja escutando, mas entendendo o que você tá me dizendo”.

Neste trecho, entendemos que Nice destaca a importância do processo de criação de sentidos na relação que estabelece com seus clientes. Em especial, ela fala do cuidado que tem em compreender as descrições destes a partir da lógica e do sentido que eles mesmos dão às suas palavras. Suas ações estão fundamentadas em um entendimento de que a palavra não carrega consigo um sentido para além dos usos locais das pessoas em interação. Assim, como alguém que se propõe a pensar, junto com os clientes, sobre aspectos de suas vidas em diversos contextos, a participante não dá como certos os sentidos que as pessoas atribuem às suas experiências.

Nice nos relata, assim, uma aplicação prática do entendimento de que o sentido do que os pacientes dizem não está contido nas palavras em si, mas no uso que aquela(s) pessoa(s) faz(em) do termo escolhido, que não necessariamente é o mesmo de seu interlocutor. Dessa forma, ao construir sua própria compreensão do que é dito, Nice checa o sentido das palavras que escutou.

Na entrevista com Raquel, a participante também se refere a este pressuposto construcionista como norteador de sua prática. O trecho que apresentamos foi extraído de um momento da entrevista em que perguntamos a ela qual é a importância do construcionismo em sua prática profissional. Raquel diz:

Raquel: [...] E às vezes, quando eu faço muitas perguntas pra uma família, eles falam assim: “nossa, mas precisa perguntar tudo isso?”, e eu digo: “não, só quando não dá certo” [risos]

Gabriela: [risos]

Raquel: Quando está dando tudo certo, as crianças devem ir pra escola aos seis anos, devem dormir às oito da noite... está tudo certo. Na hora que não tá dando certo você começa a perguntar como é que construiu isso, como é que construiu aquilo, e se isso é

nã-nã-nã... se isso é verdade, é desse jeito, o que fica de fora... Só quando não dá certo, quando dá certo você não precisa. Vai andando, né? Então eu acho que na minha prática em geral ele [construcionismo] é uma bússola.

Ao exemplificar uma das formas como conduz atendimentos familiares, Raquel conversa sobre a exploração de questões da organização familiar, que para ela são construídas pelos membros como *verdades* através de suas relações cotidianas. Assim, em momentos em que a família considera-se em crise e busca a terapia, Raquel se coloca em um posicionamento de investigação sobre o modo como os membros construíram seus consensos e regras. Ela também explora as alternativas que tais construções deixam de contemplar e que podem ajudá-los a transformar a situação que consideram problemática.

Reconhecemos, neste posicionamento de Raquel, uma sensibilidade à forma como as pessoas, juntas, constroem aquilo que consideram como sendo o *bom* e o *real* para elas (Gergen, 1985). Raquel, ao orientar-se a partir desta premissa, configura um momento interativo que convida à exploração conjunta da criação de pressupostos, crenças, limites e possibilidades que a família traça para si mesma. Raquel nos conta que, em muitos momentos, sua prática é organizada e norteadada pelo entendimento de que aquilo que consideramos real é construído através das relações. Estes aspectos do construcionismo se colocam, então, como uma bússola para ela à medida que guiam suas perguntas e ações na relação com as famílias.

Em algumas outras entrevistas também houve referência a esta premissa. Elisa conversa sobre o caráter conjunto da construção do conhecimento, evidenciando que os parâmetros que as pessoas tomam como norteadores para suas ações surgem a partir do que elas fazem juntas.

Nina afirma que não existem construções possíveis fora da linguagem. Em nossa conversa, ela evidencia que as pessoas estão imersas na linguagem e, portanto, a criação de sentidos é o processo que norteia suas possibilidades de vida.

Estevão conversa sobre a importância da construção compartilhada de sentidos. Ele afirma que a base de uma conversa terapêutica é a criação de sentidos em comum, sendo que pouco adianta se ele, enquanto terapeuta, “*tiver ideias brilhantes sobre o melhor caminho de um cliente se esse caminho não está sendo caminhado junto*” (sic).

Na conversa com Luana, ela afirma que aquilo que consideramos real é estabelecido a partir de consensos. Neste sentido, o manejo clínico dos atendimentos tornou-se mais “*livre*” (sic) quando compreendeu que os entendimentos das pessoas circunscrevem suas possibilidades de ação.

Na entrevista com Cecília ela aponta que o caminho do trabalho clínico que ela realiza passa pelo reconhecimento da criação da realidade a partir dos consensos entre as pessoas.

A importância que estes participantes atribuíram a estes aspectos, que acreditamos guardar referência com um dos pressupostos que Gergen (1997) descreve sobre o construcionismo social, nos parece ser um importante fator transformador de suas práticas. Como afirmamos no início da seção, estas ideias propõem muitas inovações para as ciências humanas em geral e o campo da prática clínica em particular, e os momentos das entrevistas trazidos anteriormente ilustram tais mudanças na prática de alguns participantes.

Vemos, assim, que a possibilidade de difusão destas ideias está aliada à criação de um conceito de construcionismo que é útil para pessoas que operam no campo das práticas profissionais. Na medida em que é um recurso que contribui para o manejo das questões que aparecem nos seus atendimentos, as propostas teóricas em torno da construção social do conhecimento são tidas como importantes para estes terapeutas e ocupam um lugar legítimo dentre as premissas teóricas que utilizam no trabalho clínico (McNamee, 2004b).

Esta noção de utilidade é de vital importância para a análise que estamos fazendo, porque implica que o construcionismo descrito por eles não necessariamente guarda relação com todas as condições descritas nos conceitos e pressupostos teóricos do construcionismo social para o campo das ciências sociais.

3.1.2. Caráter performático da linguagem

No capítulo introdutório, abordamos como o entendimento da linguagem como uma forma de ação trouxe mudanças para os terapeutas envolvidos no campo das práticas com famílias. Gergen (1997) propõe, como afirmamos anteriormente, que os consensos que embasam a vida em sociedade são atingidos em intercâmbios histórica e culturalmente situados. Se as palavras não são uma representação do que acontece no mundo, então os sentidos que elas adquirem é fruto da coordenação da ação entre as pessoas em suas relações. Dessa maneira, para que os enunciados sejam inteligíveis para as pessoas em interação, estas precisam estar imersas em comunidades discursivas que partilham sentidos sobre o mundo. Neste sentido, o autor afirma que as palavras são artefatos sociais, uma vez que elas não guardam referência direta com o objeto descrito, mas com as convenções sociais que definem a forma como objetos e fenômenos devem ser nomeados (Gergen, 1985, 1997).

Assim, dizer que linguagem é ação constitui-se em uma forma de afirmar que os sentidos que utilizamos para dar conta do mundo produzem efeitos em nossas relações e circunscrevem práticas. Se a linguagem sustenta a organização da vida cotidiana das pessoas, então ela também oferece a possibilidade de criação e transformação desta vida cotidiana. Novos sentidos podem ser explorados quando as situações vividas estão a favor da opressão e do sofrimento. Esta é uma decorrência deste pressuposto apresentado por Gergen (1997), o qual se mostra bastante útil para a prática clínica. Alguns entrevistados destacaram estas ideias como norteadoras de seus trabalhos.

A seguir, transcrevemos momentos das entrevistas com Nina e Elisa. Quando descrevem o início do contato com essas ideias e como foram por elas influenciadas, as participantes afirmam:

Elisa: [...]. E quando eu me aproximei das ideias construcionistas sociais, então deu uma... um clique muito grande no sentido de se libertar de técnicas pré-pensadas e ao mesmo tempo de poder ter sua prática, minha prática, organizada pela conversação dialógica, como uma conversação de diálogo transformador.

Nina: [...] Então, aplicando também no campo da terapia familiar, que pra mim é um ponto de interesse muito grande, trabalhar em comunidade, políticas públicas, postos de saúde, esse tipo de coisa, que eu acho que o construcionismo se presta muito bem pra isso, e ajuda muito, porque justamente não exige grandes, é [pausa] não exige um setting específico, não exige material específico, não exige... é mais a questão da conversação, do diálogo, e tal. Então, a habilidade do profissional e a sensibilidade do profissional são suficientes para conduzir um assunto e ajudar as pessoas a ampliarem as suas... as suas visões, ahn... mais rígidas, e buscarem alternativas. Enfim, de ressignificarem sua vida, seus problemas, tal.

Ambos os trechos nos convidam a olhar, em um primeiro momento, para a similaridade de sentidos acerca do que é uma proposta terapêutica. Elisa refere-se ao contexto clínico em particular, e Nina refere-se às possibilidades de trabalho tanto na clínica como em grupos maiores, sendo que ambas falam da proposta terapêutica como um momento de conversação, em que o profissional está ativamente engajado em construir sentidos com as pessoas e buscar novas descrições que possam trazer mudanças.

Também consideramos que as descrições de Nina evidenciam a proposta crítica do construcionismo ao essencialismo e ao realismo. A participante afirma que a habilidade e a sensibilidade do profissional são suficientes para conduzir a conversa e o processo de transformação. Esta é uma descrição que desloca o foco proposto pelo profissional: ao invés de investir em perscrutar a mente dos indivíduos, o profissional investe no diálogo e na conversação; ao invés de estar voltado para o descobrimento de uma realidade externa, o

profissional está focado em ampliar narrativas e convidar as pessoas a transformações. Ademais, Nina afirma que o profissional não guia seu trabalho a partir de *settings* específicos, de materiais definidos *a priori* como dispositivos de mudança para as pessoas envolvidas. Elisa faz descrições semelhantes, dizendo que o profissional pode libertar-se de técnicas definidas como eficazes antes mesmo que os clientes cheguem ao atendimento.

Tendo como base a proposta de Gergen (1997), podemos dizer que as participantes afirmam que após o contato com o construcionismo elas passaram a conceber que o terapeuta não trabalha a partir de metanarrativas que construiu *a priori* sobre o contexto, sobre as pessoas e como elas devem mudar. Pelo contrário, o profissional se propõe a perguntar, conhecer, criar significados em comum, questionar versões de mundo que provocam sofrimento. Acreditamos que ambos os trechos apresentados, de Nina e Elisa, são os que implicam mais diretamente a crítica ao essencialismo e ao realismo proposto pelo movimento construcionista.

Em outras entrevistas, também foi conferida importância às possibilidades de ressignificação que a terapia oferece, marcando este aspecto como uma contribuição estreitamente ligada ao contato com o construcionismo. Quando conversávamos sobre o momento de sua trajetória em que Mônica inicia suas leituras acerca das ideias construcionistas sociais, ela afirma:

Mônica: [...] e o que me chamou mais a atenção é o processo de trabalho da ressignificação, o trabalho da reconstrução daquilo que se diz, dito de uma outra maneira, com outros enfoques, com outros significados, com uma visão diferente daquela que vinha sendo repetida, é... que a família vinha repetindo, que a gente começa a se dar conta que... “puxa, tá sempre dizendo a mesma coisa”, né? [...] É escutar, devolver, conversar com a família ressignificando, redefinindo tudo o tempo todo.

Mônica conversa sobre o quanto chamou sua atenção a possibilidade de trabalhar, com os membros das famílias, as descrições que eles têm do mundo e das pessoas. Em momentos de cristalização e enrijecimento dos significados que os familiares dão às suas vivências – o que ela vê como algo que os impossibilita de encontrar novas formas de ação – Mônica guia suas ações a partir da ressignificação, oferecendo aos membros novas formas de compreender suas vivências e convidando-os à mudança. Ao longo da entrevista, Mônica se refere ao papel do terapeuta como aquele que pode oferecer novos sentidos para as experiências dos clientes, convidando-os a experimentarem diferentes formas de se posicionarem diante de si mesmos e das outras pessoas.

Na entrevista com Cecília, quando perguntamos como o construcionismo é útil em sua prática, ela responde:

Cecília: Um pouco do que a gente falou, né? Que daí é uma conversa, presta bastante atenção no que ele tá narrando, ver o que dá pra narrar de outro jeito. Eu vou tentar co-construir outros significados para tentar iluminar coisas que ele não tá iluminando, né? Ele vai ver essa situação de uma forma diferente [pausa] e se ele vê de uma forma diferente ele fala de uma forma diferente e ele já cria uma realidade diferente e vai sair daqui mais potencializado. Então eu sinto que... muito disso, né? Que são recursos do construcionismo e que os terapeutas que se basearam no construcionismo usaram na sua prática.

Neste trecho, consideramos que Cecília descreve seu modo de compreensão do processo terapêutico. É interessante notar como ela constrói um encadeamento entre diferentes momentos deste processo. Primeiramente, ela se coloca de forma atenta em relação ao que é dito pelas pessoas, buscando aspectos destes sentidos que poderiam ser construídos de outra maneira – aspectos da vida, das pessoas e das relações que o cliente “*não está iluminando*” (sic). Ao oferecer novas possibilidades descritivas, os clientes podem encontrar outras formas de conversar sobre si mesmos e as situações em que estão envolvidos. Eles estão, assim, diante da possibilidade de construir versões diferentes acerca da realidade vivida e sair da terapia mais potencializados, ou seja, podem experienciar as mesmas situações a partir de novos significados, o que lhes convida a lançar mão de recursos e potencialidades que antes não faziam parte das relações em que estão imersos. Ao conceber a terapia como uma conversação, Cecília se coloca atenta ao processo conjunto de construção de sentidos.

Quando perguntamos a Júlia quais possibilidades que surgem em seu trabalho ao conhecer o construcionismo, ela afirma que “*é possível olhar para aspectos singulares, aspectos da relação, do contexto, e desconstruir significados com o outro*” (sic).

Nice, em nossa conversa, utiliza uma metáfora para falar sobre a ressignificação. Ela diz que a terapia pode ser um momento em que ela oferece suas vivências para os clientes como se fossem um cardápio, e os entendimentos que ela tem das situações que viveu em sua vida podem convidar os clientes a “*transformar o que eles estão vivendo em coisas com mais qualidade de vida*” (sic).

Luana descreve momentos de um atendimento clínico em que sentiu grande estranhamento em relação a alguns hábitos do casal atendido, sobretudo no tocante ao privilégio dado às formas de comunicação pela internet. Ela frisa, assim, que a conversa terapêutica traz consigo possibilidades de transformação tanto do terapeuta como dos clientes,

no sentido em que se constitui em uma abertura possível para que ambas as partes mudem suas concepções de mundo e criem novas definições sobre os temas que conversam.

Nas conversas com Carina e Estevão, ambos descrevem o terapeuta como alguém que tem disponibilidade para estar com o outro e oferecer aos clientes novas descrições sobre suas experiências.

Focando na similaridade de sentidos a respeito da ênfase dada à ressignificação, vemos que estes participantes nos contam a respeito dos usos que fazem do pressuposto descrito por Gergen (1997) sobre a possibilidade de transformação de sentidos e discursos nas interações momento a momento. Novamente, encontramos na noção de utilidade dos discursos um aspecto central do processo interpretativo das entrevistas. A utilidade de um conceito no campo das práticas pareceu ser construída a partir de uma escolha acerca de quais aspectos da premissa teórica são enfatizados por eles na prática clínica com as famílias.

Assim, alguns aspectos tidos como centrais por Gergen (1997) na descrição de seu pressuposto são menos enfatizados no momento em que os profissionais necessitam aplicar praticamente este conhecimento. Como procuramos ilustrar acima, a elaboração de Nina e Elisa sobre o trabalho com as possibilidades de ressignificação implicam mais diretamente as críticas ao realismo e essencialismo, centrais para a proposta de Gergen para o campo psicológico, o que não ocorre da mesma maneira nas demais entrevistas. Nestes casos, o enfoque na criação e transformação de sentidos aparece mais atrelado ao processo de conversa em si, com menos referências às implicações de mudanças no entendimento acerca da linguagem. Com esta afirmação, não estamos dizendo que o “primordial” da proposta construcionista foi deixado de lado, mas que a difusão destas ideias no campo profissional está ligada à criação de formas de descrever o construcionismo que sejam úteis para aqueles imersos nos domínios da prática clínica.

3.1.3. Relativismo moral

Gergen (1997) afirma que o relativismo moral é uma implicação dos pressupostos construcionistas sociais. Para delinear sua proposta de relativismo moral, o autor recorre à história recente da sociedade ocidental, em que distingue duas visões principais que descrevem os processos sociais através dos quais são construídas as ordens morais. Em primeiro lugar, a visão romântica corrente em diversas dimensões da produção do

conhecimento (artes, literatura, filosofia, música) considera que é no interior das pessoas que estão os desejos, paixões, criatividade, força de vontade, sentimentos e valores morais. São estes sentimentos e valores inerentes que guiam os indivíduos e definem suas ações em sociedade. Dessa forma, esta visão dá primazia aos processos que ocorrem dentro dos indivíduos, sendo este “mundo interno” o *locus* central que define a forma como as pessoas se posicionam no mundo.

Em segundo lugar, está a visão moderna da moralidade, que não substitui ou elimina a visão romântica uma vez que ambas coexistem nas sociedades ocidentais. Gergen (1997) afirma que no projeto moderno considera-se que os seres humanos, através da razão e da observação, encontram recursos para construir uma boa sociedade. Em uma tradição empirista, o bom funcionamento das pessoas – seja na ciência ou na vida cotidiana – é garantido pela observação, raciocínio e verificação de hipóteses. Estes passos garantem ao indivíduo um posicionamento neutro e isento de valores em diferentes dimensões da vida. Neste sentido, valores e comprometimentos políticos e ideológicos de qualquer ordem ofuscam o processo de construção de conhecimento sobre fenômenos investigados cientificamente, e também sobre as pessoas, objetos e fenômenos que fazem parte do cotidiano.

Em uma tradição racionalista, ainda no âmbito do projeto moderno, o foco está na racionalidade do indivíduo e sua capacidade de, através dela, determinar o que é bom para si e para a sociedade. Considera-se que o indivíduo tem, assim, uma capacidade natural para desenvolver e exercitar o pensamento moral. Para Gergen (1997), seja em uma visão romântica, seja em uma visão moderna, tem-se por garantido que o indivíduo e sua natureza interna permitem que este tome suas decisões moralmente justificadas, bem como avalie o que é definido como moral. No panorama destas duas visões, as decisões morais são atos privados que ocorrem na mente dos indivíduos.

O construcionismo propõe entendimentos diferentes sobre as ordens morais (Gergen, 1997). Nesta proposta, entende-se que estas são construídas nos processos sociais, ou seja, pelos indivíduos em relacionamento. A moralidade, neste entendimento, não é algo que os indivíduos possuem, e sim uma ação que adquire seu significado em um contexto que define suas tradições sobre o que é moralidade. Neste sentido, nenhuma ação possui em si um valor moral. Atribuir o sentido de “moralmente correto” a um posicionamento é consequência da coordenação da ação entre pessoas. Em outras palavras, ser moral e ético é participar de tradições discursivas, uma vez que os princípios e códigos adquirem seu valor moral a partir de seu contexto de uso, e é participando destas tradições e compartilhando destas narrativas

que as pessoas podem conferir valor moral às suas ações. As linguagens sobre moral e ética são recursos que as pessoas utilizam para participar de comunidades discursivas e construir os cenários culturais em que vivem.

Dessa forma, o construcionismo não está interessado em descrever uma ordem moral universal. Seu comprometimento é convidar as pessoas a criarem uma sensibilidade para o entendimento de que as ordens morais não são dadas como fato ou essência, mas são construídas a partir de acordos locais. Ao conhecer formas de vida diferentes e inusitadas, as pessoas entram em contato com potenciais para novas formas de estar no mundo, podendo enriquecer suas próprias vivências. Outros apontamentos importantes poderiam ser feitos acerca da proposta construcionista sobre a moralidade. Contudo, neste espaço nos limitamos a apresentar aqueles concernentes, mais diretamente, à nossa análise.

Em algumas entrevistas que fizemos, os participantes enfatizaram que o contato com as ideias construcionistas lhes permitiu legitimar a diferença com que se deparam na clínica. Consideramos que esta descrição feita por eles acerca de sua prática traduz a sensibilidade construcionista em relação às ordens morais, sendo que para os participantes este aspecto teórico lhes permite posicionarem-se com mais disponibilidade e abertura para lidar com discursos diferentes daqueles que compartilham.

Na entrevista com Márcia, no momento em que conversamos sobre as formas como o construcionismo é útil em sua prática ela faz o seguinte apontamento:

Márcia: Eu acho que, assim, uma coisa muito importante, o Gergen que frisa, essa coisa de você honrar as tradições diferentes. Porque quando a gente recebe as pessoas no consultório, a gente não tem a menor ideia de onde essas pessoas vêm, das histórias, que tradições, né? E a gente vai descobrindo. E ter... entrar em contato com essas ideias, e ter lido, conhecido essa proposta é muito bom, porque já faz uma diferença no modo como eu escuto. Eu já escuto com outro... de uma outra forma. Isso já foi uma alteração.

A partir da leitura de Gergen e do contato com a proposta construcionista, Márcia passa a dar mais atenção às diferentes formas como as pessoas atribuem sentido às suas experiências. Este foco, segundo ela, possibilita que o trabalho esteja pautado em uma escuta mais atenta e sensível aos diferentes discursos e à exploração destes. Este aspecto de sua prática é considerado importante para ela na medida em que cria possibilidades de aproximação com os clientes através da conversa. A diferença de crenças e convicções não é significadora como ameaçadora ou como uma situação que inviabiliza o processo terapêutico – diferentemente, é aspecto que a convida a investigar estas diferenças. E a referência teórica

utilizada por Márcia para descrever esta diferença em sua prática é Gergen, tido por ela como um autor de grande influência em sua trajetória.

Em um momento da entrevista com Raquel, a participante destaca o convite a novas formas de trabalho que o construcionismo lhe fez, nas quais o terapeuta pode posicionar-se de maneira mais flexível e curiosa a respeito do que é falado pelos clientes. Em suas palavras, “*eu acho que o construcionismo bem compreendido, vamos chamar assim, deve dar essa flexibilidade pra gente, de dizer: ‘esse discurso tá sendo super útil aqui, deixa eu aprender mais dele, deixa eu entender mais’*” (sic). A participante, ao construir sentidos sobre contribuições do construcionismo para sua prática, resgata a tolerância e a curiosidade em relação aos discursos considerados diferentes, por vezes estranhos. Estas formas de posicionamento remetem ao convite de curiosidade e respeito que o relativismo moral faz para aqueles que desejam construir formas de comunicação entre tradições diferentes (Gergen, 1997).

Além disso, vemos este momento da conversa com Raquel como uma forma da participante chamar a atenção para os riscos trazidos por algumas formas de compreensão da proposta do relativismo moral. Utilizando a forma de expressão da própria participante, poderíamos dizer que o construcionismo social “mal compreendido” pode levar a entendimentos de que “tudo é possível e aceitável” no seio de qualquer relação. Diferentemente, Gergen (1997) explicita que as ações e os sentidos que as pessoas atribuem às suas experiências devem ser avaliados em relação à cultura em que estas estão imersas. Dessa maneira, a cultura e o contexto restringem o que é possível e delineiam o que deve ou não ser sancionado.

Outros participantes também conversaram sobre estes aspectos. Luana diz que o construcionismo, ao falar sobre a legitimação da diferença, deu a ela a possibilidade de ser genuinamente curiosa e reconhecer que diferentes construções de entendimentos são possíveis. Assim, ela se posiciona de uma forma em que pode lidar com a diferença sem querer encaixar seus clientes no que é dito “normal” em determinados contextos sociais e culturais.

Nina afirma que, para ela, o construcionismo “*sedimenta uma postura de respeito para com a diferença*” (sic) e convida o profissional para um posicionamento aberto ao diálogo e à escuta, em que ele deve buscar utilizar uma linguagem de esperança e oferecer às pessoas novas alternativas.

Cecília afirma que o construcionismo permitiu que ela trabalhasse com a noção de que existem múltiplas formas de ver uma situação, múltiplos pontos de vista. Elisa, ao descrever

seu trabalho como professora no instituto de formação, diz que incentiva os alunos a trazerem múltiplas vozes que podem descrever as situações narradas pelos clientes como problemáticas.

Nice afirma que o construcionismo permitiu que ela olhasse a dor e o sofrimento das pessoas sem julgamentos, sem “*preconceitos, no sentido de ideias preconcebidas*” (*sic*), e que isso a permitiu posicionar-se como uma terapeuta mais humana e com mais empatia em relação aos problemas trazidos por seus clientes.

Estas participantes – Márcia, Raquel, Luana, Nina, Cecília, Elisa e Nice – trouxeram para a conversa sentidos diferentes sobre sua prática, os quais constituem-se em formas de traduzir para a prática o conceito de relativismo moral proposto pelo construcionismo (Gergen, 1997). Elas utilizam o conceito teórico como convite para novas formas de posicionamento do terapeuta diante da família. Em certo sentido, similaridades existem na utilização das ideias construcionistas em seus trabalhos. Elas contam sobre a ampliação das formas de escutar seus clientes, sobre a maneira como puderam tornar-se mais abertas e tolerantes em relação aos diferentes discursos que encontram nas conversas com pessoas e sobre a legitimação da diferença como ponto de partida para o processo terapêutico.

Marina, quando conversávamos acerca de como o contato com essas ideias influenciou sua trajetória, afirma:

Marina: Principalmente, assim, o mais básico, eu acho que o mais básico é que muda toda nossa concepção de mundo e os nossos relacionamentos, é o não julgamento. É tentar não julgar [pausa]. Acho que essa é a base, assim. Acho que isso inclui todas as outras premissas, sabe?

Em outros momentos, Marina afirma que o construcionismo é um convite para o estabelecimento de relações colaborativas, que para ela são marcadas pelo não julgamento das pessoas com quem conversa. Neste trecho, Marina relata a forma como é inspirada pela possibilidade de engajar-se em relações nas quais pode eximir-se de uma postura de julgamento dos outros – para ela, esta é a base de uma postura construcionista na clínica. A utilização da palavra “*base*” (*sic*) nos convidou a explorar mais acerca das ideias que Marina descreve como norteadoras do trabalho com o construcionismo – o que mais seria a base do construcionismo para ela?

Ao fazer esta exploração, vimos que, ao definir o que o construcionismo é, Marina o nomeia como uma postura crítica que se coloca no campo da terapia familiar como uma forma de questionamento das posturas e das versões de mundo que são dadas como certas.

Em suas palavras, “*eu acho que o construcionismo social é isso mesmo, né? É uma inspiração, é uma forma crítica, é um questionamento crítico a respeito das posturas*” (sic).

Entendemos que, neste sentido, ela considera que o construcionismo não está engajado na defesa de uma forma particular de trabalho, e sim expressa uma posição reflexiva acerca dos conhecimentos que estão postos no campo profissional. Ao afirmar que o construcionismo é uma forma crítica de olhar para o mundo, consideramos que suas descrições dialogam com a proposta de Gergen (1985, 1997) ao definir o construcionismo como uma metateoria no campo das ciências, que, enquanto tal, não favorece qualquer discurso em particular, mas tampouco desqualifica o comprometimento das pessoas com tradições de valores, sobretudo porque são estas que oferecem sentido às ações, escolhas, projetos de vida, práticas compartilhadas e outros aspectos da vida cotidiana.

Em nossa conversa com Estevão, ele constrói sentidos sobre o construcionismo como sendo ideias que o alimentam a estar em uma postura curiosa quando depara-se com diferentes discursos. Nesta entrevista, também resgatamos momentos em que Estevão, ao descrever o que é o construcionismo social, refere-se a ele como sendo uma proposta crítica no campo da terapia familiar. Durante o início da entrevista, conversamos sobre os autores que lhe permitiram o contato com as ideias construcionistas. Nestes momentos, Estevão cita diversas obras e autores que lhe inspiraram ao longo da trajetória na terapia familiar, refazendo seu trajeto de aprendizagem desde as ideias sistêmicas até o contato com o construcionismo. Então, em certo momento desta conversa, ele afirma:

Estevão: [...] eu gosto dessa... eu gosto das críticas, eu gosto do pensamento crítico ao invés de estar simplesmente seguindo. E eu acho que o construtivismo tem isso, né? O construcionismo idem. Seria incoerente com a própria forma de pensar se achar como sendo “a” resposta.

Assim como analisamos nos trechos de Marina, podemos afirmar que Estevão também descreve o construcionismo como uma proposta metateórica em relação ao campo teórico da terapia familiar. Neste sentido, ele o descreve como um corpo de conhecimentos que não está comprometido em oferecer uma linha específica de ação em terapia, e tampouco afirmar-se como uma abordagem que traz “as respostas corretas” para o profissional. Esta descrição do construcionismo inclui a possibilidade de não comprometer-se com julgamentos de valor em relação às outras escolas e abordagens no campo. Possibilita que Estevão esteja curioso quando ele e seus clientes compartilham tradições diferentes, como ele afirma em outros momentos da entrevista.

No tocante à difusão das ideias construcionistas entre estes participantes, vemos que o sentido atribuído ao conceito teórico oferece um recurso para a prática clínica de todos eles. Contudo, consideramos importante marcar algumas diferenças em relação ao sentido dado ao conceito e as implicações práticas deste. Poderíamos distinguir duas formas principais com as quais os participantes relacionam-se com o conceito teórico.

Na primeira forma, consideramos que para Márcia, Raquel, Luana, Nina, Cecília, Elisa e Nice a prática clínica está relacionada ao convite construcionista para a legitimação das diferenças e interesse pelos diferentes discursos sem um julgamento de valor *a priori* – o que é descrito por Gergen (1997) como implicações do relativismo moral. Ao transitar nesta forma de compreensão, as participantes agregam o construcionismo às suas ações na medida em que ele propõe um recurso útil para o terapeuta em campo, que trabalha com pessoas com as quais nunca teve contato e não necessariamente partilha crenças e visões sobre os temas conversados. O profissional fica, assim, face-a-face com o desafio cotidiano de encontrar pontos de partida para conversas transformadoras com seus clientes, e o sentido que estas participantes atribuem à proposta do relativismo moral lhes oferece uma postura que dá recursos para a prática cotidiana uma vez que elas posicionam-se a partir da legitimação das diferenças.

Por outro lado, Marina e Estevão, ao significar o construcionismo como uma perspectiva crítica que não sugere princípios fundamentais para o campo e oferece uma forma reflexiva para olhar diferentes propostas em terapia familiar, assumem em seus atendimentos o mesmo posicionamento que o construcionismo enquanto metateoria se propõe a assumir em relação aos diferentes discursos.

Ao analisar ambas as entrevistas como um todo, vemos que estes participantes consideram que o terapeuta também pode eximir-se de avaliar valorativamente as experiências dos participantes e utilizar esta postura como uma abertura ao diálogo. O que nos chama a atenção nestes dois casos é que esta postura torna-se possível uma vez que estes participantes ocupam uma metaposição em relação a outras descrições de mundo existentes. Utilizamos o termo metaposição como uma forma de designar uma posição ocupada pelo terapeuta na relação com os clientes na qual ele investiga como as diferentes partes do sistema terapêutico (membros da família e terapeuta) produzem descrições acerca das suas experiências, analisando as implicações destes sentidos nas relações entre eles e na vida social e familiar. A metaposição seria, assim, uma posição que analisa as diferentes posições ocupadas pelos integrantes do sistema terapêutico ao longo de suas interações. Propomos este termo baseadas nas descrições de Gergen (1985, 1997) acerca do construcionismo como uma metateoria, ou, como afirmamos anteriormente, uma teoria a respeito das teorias.

3.1.4. Eu Relacional

Nesta seção, discutiremos de que forma alguns entrevistados utilizam o conceito do eu relacional e algumas implicações para a construção de sua prática e posicionamento como terapeutas. Como apontamos no capítulo introdutório, Gergen (2007, 2008, 2009) descreve o *self* como um produto complexo de nossas relações presentes e passadas, sendo negociado e construído ao longo da vida através destas relações. Esta proposta afirma que a pessoa que somos depende das outras pessoas com quem mantemos uma relação – seja ela real ou virtual (Gergen, 2007).

Este entendimento relacional da ação humana, ao considerar os indivíduos como fundamentalmente interligados, contrasta com visões individualistas das pessoas como sendo seres independentes. Gergen (2009) propõe que é apenas a partir da imersão das pessoas em relações que a noção de separação da identidade pode surgir. Em outras palavras, dizer que somos seres individuais e autocontidos – que temos uma identidade única e coerente ao longo da vida – é uma distinção feita na linguagem e transformada em um consenso na comunidade que partilha desta *verdade*.

Três participantes fizeram menção ao conceito relacional do eu como sendo organizador de sua prática. Quando conversávamos sobre a forma como as ideias construcionistas modificaram sua trajetória profissional, Estevão afirma:

Estevão: Quando a gente sai do intrapsíquico e vai pras relações, quer dizer, é aquilo que a gente até comentou na aula da Carla [Guanaes-Lorenzi], a gente atende um, mas a gente não atende um, a gente atende um monte de gente. Uma ideia de rede social que é também pra além das famílias. São todas essas pessoas que, de alguma maneira, sentam junto com aquele cliente individual. Então, a forma de... as conversas também são de uma outra... acho que de uma outra... sei lá, são diferentes as conversas, acho que elas são mais, são mais relacionais, são mais da participação dos outros na vida dessa pessoa, dessa pessoa na vida dos outros, como foi acontecendo. Essas ideias que essa pessoa traz pra sessão. Eu trabalho também muito com isso. Com a construção dessas ideias, desses significados, desses sentidos. Quem participa desses sentidos, e aí já é uma construção de ver essas pessoas que participam, enfim.

Neste trecho, o participante descreve seu entendimento acerca do caráter relacional das construções das narrativas. Ele afirma que a história trazida para a conversa terapêutica ultrapassa os limites da pessoa que a conta, ou seja, tais histórias são permeadas pelos discursos de outras pessoas que colaboram para a criação e permanência do senso de si que é trazido e negociado na conversa terapêutica. Estes discursos, segundo o participante, podem ocupar espaços mais amplos que a família e todas estas relações contribuem para a construção das narrativas que são contadas na terapia.

Estevão nos conta que ele passou a propor conversas diferentes para seus clientes a partir de sua sensibilidade à construção relacional das histórias. Em suas palavras, suas explorações passam a ser “*mais relacionais*” (*sic*). São investigações acerca das relações que os clientes estabelecem com seu contexto e dos significados que eles atribuem a estas diferentes versões. Para além de proporcionar uma escuta atenta às relações, é um posicionamento que também possibilita que Estevão trabalhe com o modo como os clientes constroem seus conhecimentos acerca do mundo e de si mesmos.

Elisa, enquanto conversávamos sobre as influências que as ideias construcionistas trouxeram para seu posicionamento como terapeuta familiar, diz que sua prática passou por um “*salto qualitativo*” (*sic*) quando ela conhece estas ideias. Quando perguntamos qual foi a influência dessas ideias em sua identidade como terapeuta, Elisa diz:

Elisa: É... eu acho que ela veio... veio organizar o que eu fazia, né? Quando eu tive um salto qualitativo de sair de um modelo mais cognitivo, que foi minha formação originária, né? Já era um cognitivo construtivista, porque ele tinha um veio dentro dessa concepção da realidade construída pelo observador. Então, embora não fosse muito explícito, não usasse essa forma de linguagem, mas na realidade os princípios norteadores, eles eram baseados nessa noção de que o indivíduo constrói a sua realidade nas suas relações. Mas a ênfase era num modelo mediacional, que não era o que o construcionismo coloca, né? A ênfase era muito mais no indivíduo como construtor da sua realidade que o indivíduo construindo sua realidade através das relações. Então, o que acontece? Quando eu passei.... me encontrei com o pensamento sistêmico, foi um salto qualitativo, de pensar as interdependências, as interrelações, pensar as ações humanas como um processo, um movimento e assim por diante. E o segundo grande salto qualitativo foi entrar por esse caminho, que em princípio era construtivista/construcionista social. Construtivista muito próximo da cognitiva, né? E o construcionismo social veio ampliar o horizonte e organizar a prática.

À medida que retoma sua trajetória de contato com as ideias construcionistas, Elisa nos oferece as distinções teóricas e epistemológicas que marcaram sua prática profissional e pontua a relação do indivíduo com o contexto em que está inserido como aspecto central para realizar estas distinções. Ela aponta o construcionismo como marco para a construção desta prática ao colocar o foco nas relações entre os indivíduos e em como estas produzem a realidade em que estão inseridos. Este entendimento institui, para ela, uma quebra em relação à epistemologia que a norteava anteriormente, baseada no construtivismo, em que o foco está nas construções individuais da realidade – construções estas que são definidas pela estrutura e organização do sujeito e mediadas pelo meio em que vive.

Esta mudança permite que Elisa transfira o foco de sua ação em terapia. Informada por um modelo construtivista, seu foco era o sujeito e suas possibilidades, vistas dentro de um

contexto relacional que media sua construção de conhecimentos. No momento em que passa a ser informada pelas ideias construcionistas, o norteador principal são as relações que as pessoas mantêm entre si e nas realidades que se tornam possíveis a partir destas relações. Neste entendimento, sua prática fica voltada para a criação de conversas que tenham um efeito transformador na vida daqueles que a procuram para terapia. É uma prática interessada em construir e negociar sentidos com as pessoas, convidando-as à criação de novas narrativas identitárias para si mesmas.

Na entrevista com Nice, quando falávamos sobre sua trajetória, ela também conversa sobre a importância dessas ideias. Quando perguntamos o que a atraía quando buscava estudar autores e obras ligados ao construcionismo, ela fala:

Nice: Era justamente... o que me atraía era justamente uma identificação com aquelas ideias, sabe? Era dizer: “bom, quem consegue colocar no papel o que eu sentia”, mas não conseguia, é... assim... de alguma maneira organizar essas questões. Então, assim, porque não existe um mundo pré-estabelecido, de que o mundo é construído a partir da relação, e que aquela que ele traz é uma história da maneira como ele vê, né? E quem mais? Que outras visões existem sobre a mesma história? Então era isso o que... o que me encantava, me encanta até hoje nessas possibilidades de conversas.

Nice explica a construção relacional do eu resgatando a possibilidade de diversas construções narrativas sobre uma mesma história. É uma forma de utilização, na sua prática como terapeuta, do conceito de identidade narrativa. Assim, Nice nos conta do encantamento que tem pela possibilidade de criar conversas que investigam o modo de participação das pessoas na construção das histórias que seus clientes contam sobre o mundo. Uma vez informada pelo conceito de criação das realidades através das relações, Nice explora conversas que validam a possibilidade de existirem sentidos diferentes sobre os eventos, fenômenos e pessoas. Ao fazer isso, ela convida os membros das famílias a novas descrições de si mesmos, ampliando os recursos de que podem lançar mão para lidarem com as situações consideradas problemáticas.

Ampliando nossa análise para construir sentidos sobre a difusão destas ideias dentre os terapeutas, destacamos que as trajetórias profissionais de Estevão, Elisa e Nice partiram de um contato com as ideias sistêmicas tal como propostas em seu início e continuaram sua formação acompanhando o advento da cibernética de segunda ordem e as propostas do giro linguístico. Neste sentido, são terapeutas que, ao longo da trajetória no campo da terapia familiar, já haviam problematizado a noção de um indivíduo isolado e afirmado a importância das relações para o estudo dos fenômenos humanos. Partindo de um foco na relação herdado

das ideias sistêmicas, nossos três participantes transitam para a concepção de um *self* narrativo como uma forma de enriquecer sua atuação clínica e aproximá-los dos clientes.

3.1.5. Terapia focada nos recursos da família

A orientação do trabalho terapêutico para as potencialidades e recursos da família ou indivíduo para lidar com situações de crise é uma ênfase das propostas sensíveis às ideias construcionistas sociais. Embora o foco nas potencialidades não seja um pressuposto do movimento construcionista social em ciência, é uma premissa valorizada por estas propostas no campo da prática profissional.

Ao questionar a natureza essencial da realidade, o discurso construcionista problematiza noções de problema e conflito (Rasera & Japur, 2004). Assim, o que as pessoas definem como problema passa a ser considerado um consenso criado e sustentado através da linguagem e das relações que as pessoas mantêm entre si. Esta proposta, quando considerada especificamente no âmbito da terapia, abre possibilidades de descrições alternativas sobre situações sentidas como problemáticas, convidando os participantes do problema a ampliarem tanto os significados que atribuem aos fenômenos e situações, como as saídas possíveis para criarem um futuro alternativo e positivo (McNamee, 2001).

Pautados na crítica à natureza essencial da realidade e na definição de linguagem como *performance*, alguns autores elaboraram propostas em terapia que têm como um de seus focos a busca de recursos nas famílias e/ou indivíduos. Algumas destas propostas foram nomeadas por alguns estudiosos do campo como tendo uma sensibilidade construcionista social (McNamee & Gergen, 1998). Os participantes fizeram referência a alguns desses autores destacados na obra de McNamee e Gergen (1998) como sendo uma influência importante em sua prática: Michel White, David Epston, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Lynn Hoffman e Tom Andersen. Os participantes também citaram a importância dos trabalhos de Marcelo Pakman e Carlos Sluzki. Todos estes autores foram descritos como uma importante influência para a construção de práticas que exploram e reconhecem os recursos das pessoas com quem os terapeutas trabalham.

Na entrevista com Mônica, quando conversávamos sobre os autores e obras de cunho construcionista que influenciaram sua prática, ela afirma:

Mônica: [...] Então, nessa altura, isso tudo é meio da década de 90, nessa altura, eu já tinha me dado conta do seguinte: que a leitura, principalmente do Pakman, eu tive muita leitura do Pakman, daquele livro “A terapia”.... é.... uhn...

Gabriela: “Terapia como construção social”?

Mônica: ... como construção social. Os trabalhos do Goolishian, os trabalhos da Harlene, eu vi a.... a Lynn Hoffman, eu vi a Lynn Hoffman trabalhando. É isso que eu estou te dizendo, todos eles começaram... Sluzki, todos eles faziam redefinição, trabalhavam com essa reconstrução. É um olhar, né? Olha, a gente tem que levar algo que não foi possível ainda a família enxergar, né? [...] Porque eu acho que uma coisa que aconteceu muito, é uma influência do construcionismo, pra começar é deixar de fazer a “terapia do não”: “ah, porque vocês não tem isso, porque vocês não são isso, porque vocês não conseguem aquilo”. Para começar, disse: “não, vocês tem”, e o que a família tem, tudo que ela consegue, né? E as coisas que ela não consegue, mas tudo aquilo que ela consegue.

Gabriela: Isso foi um marco que mudou...

Mônica: Isso foi um marco. Isso foi um marco. Uma perspectiva, é... porque não é uma coisa otimista, só. É positivo. É mudança de direção de como que você lida, de como você vê, o valor que você dá, o que você escuta, o que você transforma e devolve à família, naquilo que é possível, né?

Alguns aspectos destes sentidos construídos com Mônica nos remetem ao foco construcionista nas potencialidades. A participante afirma que a partir da leitura e do contato direto com determinados autores, ela passou a dar importância ao trabalho de reconstrução do significado que perpassa a terapia. Este foco, embasado no pressuposto de que o sentido não é fixo e está sempre em transformação (McNamee, 2014), permitiu à Mônica posicionar-se como alguém que pode convidar a família a ampliar os significados que os membros atribuem ao mundo e às suas experiências.

Para construir este posicionamento, Mônica respalda-se em uma literatura que destaca a importância de olhar para os recursos e possibilidades que podem ser utilizados pelos membros da família para lidar com as situações da vida. Além do trecho que transcrevemos acima, houve momentos na entrevista em que a participante citou atendimentos clínicos e trabalhos como supervisora de alunos em que buscou, ativamente, nomear e enfatizar os recursos da família ou indivíduo para lidar com a situação de sofrimento e encontrar saídas possíveis.

Como aspecto importante desta mudança na direção de seus atendimentos, Mônica diz que este posicionamento demanda um novo rumo para a construção de conhecimento do terapeuta na relação com as famílias. Para ela, nomear e enfatizar os recursos é um aspecto do trabalho do terapeuta que necessita permear o que ele vê, como e o quê escuta na conversa com os clientes, e quais rumos oferece para a continuidade do diálogo. Neste sentido, a participante se posiciona criticamente em relação a tradições de investigação em psicoterapia que reificam a

noção de problema, definindo quais temas são problemáticos e que devem, portanto, ser o alvo do questionamento e da conversa terapêutica. As ideias construcionistas no campo da terapia se propõem como uma alternativa a estes entendimentos (Rasera & Japur, 2004).

Na entrevista com Nice, enquanto conversávamos sobre quais conceitos e propostas do construcionismo são úteis em sua prática, ela afirma:

Nice: [...] E... eu acho que uma das coisas que mais me encanta é a busca dos recursos. Ajudar a família a se conectar com os recursos que eles possuem e que, por algum motivo... pelo engolfamento emocional fica acometido, como fala o Pakman, de uma cegueira, né? Uma cegueira relacional, e você não consegue identificar as questões que... os recursos que você possui, né? Então você fica patinando ali. Eu costumo colocar pros meus pacientes que esse é um espaço de conversa e de oxigenação, e que eu não resolvo problemas de ninguém. Isso eu aprendi há muito tempo. Mas eu aprendi que é um espaço fértil pras pessoas refletirem sobre suas maneiras, as suas maneiras de estar no mundo, né? E isso aqui é um pit stop. Que eu acho que a vida é uma corrida de obstáculos, e que em determinado momento a gente não tem condições de pular aquele obstáculo porque tá com a mochila mais pesada. Então vem pra um espaço como esse, troca o pneu pra chuva [risos]

Gabriela: [risos]

Nice: ... e volta pra chuva! E vai embora. Porque aí, na verdade, ao detectar que é o pneu de chuva que tem que trocar, já aprendeu a trocar o pneu. E na próxima derrapada vai trocar seu pneu sozinho, não precisa voltar pro consultório pra trocar seu pneu, né?

A participante descreve as pessoas e famílias que a procuram como imersas em suas emoções – sejam elas dor, sofrimento, confusão, frustração e tantas outras. Estas vivências impedem as pessoas de encontrarem saídas possíveis para as situações que estão vivendo. A partir deste entendimento, Nice descreve a terapia como um espaço de conversa e produção de novos sentidos sobre o vivido, em que ela ativamente engaja-se em nomear as potencialidades dos indivíduos para lidarem com seus problemas.

Ela constrói, assim, um posicionamento que está para além daquele terapeuta que deve dizer às pessoas o que fazer. Nice coloca-se disponível para construir, conjuntamente, sentidos sobre os recursos das pessoas para lidarem com as situações de sua vida. A participante desloca-se de uma prática informativa e diretiva, afinando-se com formas de ação baseadas na construção conjunta (Rapizo, 2002).

Nice descreve este seu posicionamento a partir de duas metáforas que utiliza: uma para descrever a vida e outra para falar do encontro terapêutico. Ela define a vida como uma corrida de obstáculos, como se vivêssemos em um transitar entre experiências, contextos, pessoas e relações que, por vezes, podem apresentar desafios e demandar a ampliação das nossas formas de nos relacionar e compreender tais experiências. Assim, vamos à terapia. Esta seria, então, uma corrida

de carros vulnerável às alterações meteorológicas, e uma vez iniciado o percurso podemos encontrar chuva e outras intempéries. Para que seja possível continuar transitando, mesmo com as condições adversas, é preciso trocar os equipamentos do carro. Assim, Nice descreve a terapia como um momento de reflexão, construção de novos sentidos sobre as situações sentidas como problemáticas e, sobretudo, de construção de recursos pessoais para lidar com tais situações no futuro. A participante constrói seus parâmetros de ação levando em conta não apenas a mudança imediata da família, mas a possibilidade desta construir formas de lidar com a dor e o sofrimento que não demandem, necessariamente, um novo processo terapêutico.

Nas entrevistas com Raquel e Estevão, ambos participantes citaram o trabalho com a noção de rede social proposta por Sluzki (1997). O autor afirma que o conceito de rede social foi formulado a partir da contribuição de diversos autores, e está embasado no postulado de que todo indivíduo possui um universo relacional composto por contextos culturais, subculturais, políticos, históricos, religiosos, econômicos, ambientais. Estes seriam os componentes da rede social do indivíduo em um nível mais amplo. No que se refere ao contexto microssocial, as pessoas possuem redes sociais pessoais compostas pela soma de todas as relações que o indivíduo percebe como sendo significativas para ele. Sluzki (1997) afirma que sua proposta aproxima-se do construcionismo social ao atribuir relevância ao papel da conversação, dos consensos e acordos como organizadores das redes sociais. Assim, o autor atrela a existência das redes à suas construções nas narrativas.

Para Raquel e Estevão, este conceito permite criar caminhos de investigação na terapia que reflitam sobre as influências da rede social da família ou indivíduo nos problemas que são descritos, o que também vale para a superação destes – possibilidades de lidar com as dificuldades e saídas para os problemas podem ser encontradas e sustentadas na rede social da família e seus membros.

Do ponto de vista da difusão das ideias construcionistas dentre os participantes, ressaltamos a referência feita ao construcionismo como uma porta de entrada para reflexões sobre aspectos da prática clínica destes participantes. Eles trazem narrativas de um contato com essas ideias que lhes permite focar em explorar potencialidades das famílias para lidar com situações conflituosas.

Neste sentido, é interessante notar como a proposta destes autores citados pelos participantes oferecem instrumentos práticos para ampliação das ações do terapeuta. São ideias atraentes uma vez que podem ser transformadoras da atuação profissional ao constituírem-se em recurso para a construção da conversa, norteador o processo terapêutico e o posicionamento do terapeuta, como vimos através destes trechos de entrevistas.

O quadro 2, apresentado a seguir, sintetiza a análise realizada acerca dos pressupostos teóricos nomeados por nós como parte da prática clínica dos participantes. Neste quadro, nosso foco foi destacar as implicações que as formas de uso destes conceitos ou pressupostos na prática clínica têm nos posicionamentos dos participantes como terapeutas. Após a apresentação do quadro, iniciamos a discussão de nossa segunda dimensão de análise.

Aspectos teóricos relacionados à prática	Implicações no posicionamento como terapeutas
Construção social da realidade	Curiosidade e investigação acerca das palavras utilizadas pelos clientes para descreverem suas experiências. Investigação de como membros da família constroem consensos e regras que embasam as vivências familiares. Atenção à criação de sentidos em comum entre terapeuta e família no processo terapêutico.
Caráter performático da linguagem	Terapeuta engaja-se ativamente na construção de sentidos que buscam novas formas de descrição das situações, fenômenos e pessoas, convidando a família à mudanças. Atenção ao que é dito pelos clientes, com foco na busca por aspectos destes sentidos que poderiam ser construídos de formas alternativas.
Relativismo moral	Maior aproximação com os clientes através da empatia por sua dor e sofrimento. Tolerância, curiosidade e maior abertura do terapeuta em relação aos discursos considerados diferentes. Lidar com as diferenças sem querer que os clientes se adequem aos critérios de normalidade amplamente difundidos em determinados contextos sociais e culturais. Ocupar uma metaposição em relação aos discursos dos clientes: explorar com os clientes as possibilidades e limites que surgem quando explicam o mundo de determinadas maneiras.
Eu relacional	Propor conversas em que o terapeuta e os membros da família podem explorar as relações que a família estabelece com seu contexto (família extensa, ambientes sociais, etc.) e como tal contexto contribui para que os membros atribuam determinados sentidos às suas experiências. Prática deixa de estar voltada para a mudança da <i>natureza interna</i> indivíduos e foca-se no processo de construção e negociação de sentidos com os clientes, convidando-os à criação de novas narrativas identitárias para si mesmos.
Terapia focada nos recursos da família	Terapeuta engaja-se ativamente na busca por nomear e enfatizar os recursos da família ou dos indivíduos para lidarem com situações de sofrimento e encontrar saídas possíveis. Deslocamento de uma prática diretiva em que o terapeuta diz aos clientes o que devem fazer, para construir conjuntamente sentidos sobre os recursos e potencialidades da família. O foco em nomear recursos permeia os sentidos que o terapeuta atribui ao que vê e escuta ao longo dos encontros, bem como quais caminhos oferece para a continuidade da conversa.

Quadro 2. Síntese das informações discutidas acerca do posicionamento dos terapeutas em seus atendimentos com famílias.

3.2. Construcionismo e trajetória profissional: implicações deste encontro

Na presente seção, apresentamos nossa segunda dimensão de análise, em que buscamos descrever algumas implicações que o contato com as ideias construcionistas sociais teve na trajetória profissional dos participantes. Organizamos esta seção em três itens: “*O terapeuta como facilitador de conversas*”; “*O terapeuta sensível ao caráter aplicado do conhecimento*”; e “*O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens*”.

O quadro 3, apresentado a seguir, é uma forma de síntese e elaboração das informações discutidas em cada tema desta dimensão de análise. Na primeira coluna, descrevemos as implicações que o contato com o discurso construcionista gerou na trajetória profissional dos participantes. Na segunda coluna, elaboramos uma descrição dos resultados que tanto remete às informações sobre as quais conversamos durante as entrevistas, como também apresenta as formas como tais sentidos foram analisados por nós, pesquisadoras.

No tocante ao terceiro tema discutido, “*O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens*”, é importante ressaltar que nossa análise acerca dos posicionamentos dos participantes não é estanque, ou seja, os posicionamentos descritos não traduzem o conjunto de sua prática. Como descrevem Guanaes e Japur (2008), com base em Rom Harré, os posicionamentos são fluidos e mudam de acordo com os momentos de interação, sendo possível que um mesmo terapeuta transite entre diferentes posicionamentos identitários. Dessa forma, os trechos apresentados ilustram maneiras de utilização e influência do discurso construcionista na prática clínica e trajetória dos terapeutas. Em outras palavras, é uma análise focada nos *discursos* e não nas *pessoas*, e leva em consideração a dinamicidade e fluidez que caracterizam os posicionamentos nas interações humanas.

Implicações do contato com o construcionismo na trajetória profissional	Sentidos produzidos com os participantes e através da análise do <i>corpus</i>		
O terapeuta como facilitador de conversas	<p>Terapia considerada como um processo de conversação.</p> <p>Terapeuta descrito como participante ativo na produção e transformação de sentidos com os clientes.</p> <p>O foco na linguagem questiona o <i>status</i> de verdade das técnicas terapêuticas e a legitimidade das ideias é vista em contexto.</p> <p>O contexto imediato da interação torna-se o ponto mais importante das análises que o terapeuta faz, o que coloca em segundo plano os aspectos sociais mais amplos.</p>		
O terapeuta sensível ao caráter aplicado do conhecimento	<p>Participantes colocam o foco na possibilidade de aplicação prática das propostas teóricas descritas na literatura. Nesta busca, eles recorrem a autores que: (a) propõem ideias inovadoras e potentes para o campo; e (b) traduzem estas propostas para o contexto brasileiro.</p> <p>Tensões entre teoria e prática: o que conta como contribuição?</p>		
O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens	Utilização de diferentes contribuições teóricas do campo da terapia familiar.	Posicionamento conciliatório-construcionista	Utiliza apenas teorias ou práticas sensíveis às propostas construcionistas sociais
		Posicionamento conciliatório-reflexivo	Construcionismo como um recurso para utilizar e refletir sobre as contribuições de outras escolas da terapia familiar sistêmica.
		Posicionamento conciliatório-explicativo	Diferentes escolas oferecem explicações acerca dos fenômenos e estas são vistas como válidas em si mesmas.
		Posicionamento eclético	Diferentes propostas são utilizadas através de justaposição.

Quadro 3. Síntese das informações discutidas na segunda dimensão de análise

3.2.1. O terapeuta como facilitador de conversas

Neste item, discutimos o aspecto central que foi alterado na prática clínica dos participantes após o contato com as ideias construcionistas: pensar a terapia como um momento de conversa em que o terapeuta está ativamente engajado na construção de sentidos com os clientes. Este uso das ideias é coerente e afinado com a proposta de autores que apresentam e discutem contribuições do construcionismo para a clínica (Anderson, 2012; Gergen & Warhuus, 2001; McNamee, 2004b). Estes autores propõem que pensar a terapia como construção social é considerá-la um momento de conversa, construção e negociação de significados. Para discutir estes aspectos, vamos apresentar sentidos construídos com alguns participantes que ilustram esta compreensão da terapia.

Na entrevista com Carina, ao narrar sua trajetória de contato com as ideias construcionistas, a participante fala de sua entrada no campo da terapia familiar e destaca a importância do contato com Tom Andersen e outros autores na construção de sua prática. Disse que conhecer Tom Andersen havia sido um “*marco enquanto terapeuta, enquanto profissional*” (*sic*). Quando perguntamos a ela como esse marco alterou sua trajetória, ela afirma:

Carina: Bom, alterou muito, porque eu nunca mais... eu não conseguia pensar em diagnóstico, eu não conseguia. E às vezes essa transição de passar de um atendimento individual para um atendimento de família... eu lembro que as pessoas me encaminhavam muitas escolas, né? Eu já tinha uma certa... um certo nome, um certo tempo percorrido de terapia infantil. Mas as pessoas vinham por uma indicação, e de repente numa primeira conversa as pessoas já saíam com o combinado de vir com a família pra gente conversar sobre a família. E eu já comecei a perceber que pra mim já não fazia mais sentido, e eu já não estava conseguindo... por mais que as pessoas viessem me procurar pra um olhar para aquela criança, e para trazer um diagnóstico, e pra fazer uma proposta de... aí já era “tratamento”, e eu já não conseguia nem falar “tratamento”. Então eu sentia que eu já fui começando a... a ficar confusa com algumas palavras. Que não era mais “tratamento”, era um... um “estar junto”, um “poder conversar”. Aí eu senti que foi mudando meu repertório.

Neste trecho, destacamos duas mudanças que Carina afirma serem importantes na sua prática. Na primeira, ela amplia o foco individual de seus atendimentos para pensar que os problemas envolvem as pessoas e também as relações familiares. A inclusão da família passa a ser crucial para o trabalho desenvolvido com as crianças que atendia. Consideramos esta mudança como uma implicação do início de sua atuação como terapeuta familiar – que

ocorreu antes do contato com as ideias construcionistas – visto que a proposta da terapia familiar é romper com tradições individualistas no âmbito terapêutico, ampliando o foco do indivíduo para considerar todo o contexto familiar e a influência mútua entre os membros (Hintz & Souza, 2009)

A segunda mudança é marcada pela diferenciação das palavras que passa a utilizar para descrever sua prática. Após construir uma legitimidade no campo profissional como terapeuta de crianças, com um trabalho pautado em diagnósticos e as respectivas propostas de tratamento, Carina diz ficar “*confusa*” (*sic*) com tais palavras como norteadoras de práticas. Estar junto com os pacientes passa a ter o significado de construção de uma conversa com possibilidades transformadoras. Neste momento de sua trajetória profissional, ela já havia entrado em contato com as contribuições do construcionismo e afirma serem ideias significativas para este processo de mudança, sobretudo porque ela passa a considerar certas formas de diagnóstico como descrições relativamente estáveis que os profissionais fazem das pessoas. Assim, ela passa a optar por descrições consideradas mais fluidas e flexíveis, avaliadas como mais úteis para o processo terapêutico do que a prática de diagnóstico anteriormente realizada.

Este é um ponto da entrevista em que ela faz referência às contribuições de Tom Andersen, Harlene Anderson e Harold Goolishian para a construção de novas direções em terapia. Consideramos que, neste sentido, para além da postura de especialista (Anderson & Goolishian, 1993), Carina se coloca como uma parceira de conversa disposta a investigar o efeito das palavras que atribuímos às nossas vivências.

Na entrevista com Elisa, quando conversávamos sobre as mudanças em sua trajetória profissional a partir do contato com o construcionismo, ela pontua as contribuições de Harlene Anderson e Harold Goolishian como um marco em sua prática pela ênfase que os autores atribuem à virada interpretativa no campo da terapia familiar, distanciando-se da linguagem da cibernética corrente no campo até então. Sobre os efeitos das contribuições destes autores, Elisa afirma:

Elisa: Então, essas ideias vieram legitimar que se podia ter conversações realmente transformadoras sem que você tivesse que ter, necessariamente, recursos técnicos pré-pensados: como se trabalha com isso, como se trabalha com aquilo. Porque a própria terapia de família, ela... a grande maioria dos terapeutas, não só da minha geração, mas os mais novos que estudam até hoje, na formação, eles se baseiam na terapia estrutural. Então, você faz um diagnóstico estrutural, define as patologias de fronteira, as patologias disso, patologias daquilo. Então, acaba sendo um jeito sistêmico mas ainda muito moderno.

Ao definir-se na relação com a terapia familiar, Elisa assume um posicionamento que a distancia de algumas compreensões teóricas correntes no campo, definindo-se a partir da afinidade com propostas que marcam a importância do giro linguístico para pensar práticas com famílias. Entendemos que, ao afinar-se com estas referências para o desenvolvimento de seu trabalho, Elisa enfatiza a atenção para a linguagem e como ela estrutura aquilo que tomamos como sendo a nossa experiência do mundo. Isso questiona o status de “verdade” das técnicas porque afirma que o valor de verdade é um consenso entre pessoas (Gergen, 1985).

Elisa também aproxima algumas abordagens sistêmicas ao paradigma moderno em ciência e, no tocante à aplicação de técnicas, ela destaca que a lógica causal-linear pode perpassar diversas práticas – mesmo aquelas que propõem olhar para além dos indivíduos, focando nas relações entre eles. Tal pensamento causal-linear afirma que o uso da “melhor técnica” proporcionará o “melhor resultado terapêutico” (McNamee, 2014). Esta lógica é posta em questão pela racionalidade pós-moderna, que tem como foco central questionar as narrativas dominantes em diferentes âmbitos da prática de pesquisa e da vida social (Moscheta, 2014). No campo da terapia, questiona-se se determinadas técnicas são boas para qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer tempo. A legitimidade das ideias é vista em contexto, através de sua utilidade para aquelas pessoas em momentos específicos da relação. Além disso, a participante afirma que o contato com essas ideias legitima sua busca por criar processos terapêuticos baseados na construção de conversas transformadoras. Neste sentido, o processo de conversação passa a ser central em sua prática.

Na entrevista com Cecília, quando perguntamos o que a atraiu nas propostas construcionistas, ela afirma:

Cecília: Eu acho que... essa ideia de ver a terapia como uma conversa, para mim foi bárbara. E eu sentia que esses... quem estava lendo mais construcionismo e esses autores conseguia construir a conversa mais fácil. Então eu me lembro que a primeira vez que eu vi as terapeutas com abordagem construcionista trabalhando, me encantava, assim: “vamos falar disso? Você também concorda? Isso fez sentido pra você?”. E que daí eles iam construindo a mudança [...] Então a construção da conversa me encantou.

Ao atribuir sentido à sua trajetória de contato com essas ideias, Cecília recorre ao encantamento que sentiu em relação a estas novas formas de convite que o terapeuta faz à família em seus atendimentos. O contato com autores e profissionais embasados nas contribuições do construcionismo social para a terapia é visto como uma inspiração para novas formas de construção de mudanças com as famílias, as quais estão centradas no processo de conversação e negociação de sentidos entre as pessoas envolvidas.

Uma análise da similaridade de sentidos produzidos com estas participantes nos leva a considerar que Carina, Cecília e Elisa descrevem, de diferentes maneiras, que a compreensão da terapia como uma conversa lhes ofereceu novos recursos para a atuação. Este entendimento oferecido pelo construcionismo torna-se aspecto importante de suas práticas.

Consideramos que focar na conversa é uma forma de colocar em evidência aspectos microssociais da interação humana, tais como a ênfase no momento interativo e na ação conjunta, a qual é definida por Shotter (2000) como um momento de encontro entre pessoas em que suas ações se tornam espontânea e responsivamente interligadas, emaranhadas umas com as outras. Esta conexão entre as ações ocorre de tal forma que, quando as pessoas se separam elas não podem mais ser definidas como antes, pois ocorreu aprendizagem de diferentes maneiras de perceber, pensar, falar, agir e valorizar.

Assim, os participantes colocam-se sensíveis ao foco nas relações e sua importância na criação de realidades, o que produz, como implicação, um posicionamento em que o contexto imediato da interação é o ponto mais importante das análises que o terapeuta faz em seus atendimentos. Vemos que esta ênfase, ao mesmo tempo que gera recursos para o terapeuta, gera também um posicionamento em que a lógica da clínica não é problematizada, ou seja, o terapeuta não questiona o foco primordial nos aspectos individuais como centrais ao processo terapêutico, tal como enfatizam perspectivas tradicionais da prática clínica. Devido ao contato, estudo e ensino de ideias afinadas com o pressuposto da construção social da realidade, a linguagem utilizada pelas participantes extrapola o que poderíamos chamar de uma linguagem “psicologizante”, com foco naquilo que acontece dentro dos indivíduos e considerando-o como *locus* das mudanças terapêuticas – os trechos apresentados até o momento ilustram a utilização de linguagens mais voltadas para o caráter social da construção do conhecimento. Todavia, o que nos chamou a atenção nas entrevistas, e que consideramos importante ressaltar, é que aspectos sociais mais amplos que entrecortam o cotidiano clínico não foram descritos como referenciais importantes na estruturação da prática clínica das participantes.

As contribuições teóricas do construcionismo para o campo das ciências sociais enfatizam que os discursos sociais mais amplos estão presentes/presentificados na vida cotidiana. O processo de construção de conhecimento das pessoas acerca de suas experiências se dá a partir de sua imersão em contextos que compartilham discursos sociais que trazem consigo possibilidades de descrição a respeito de objetos e fenômenos (Burr, 2003; Corradi-Webster, 2014; Spink, 1999).

O foco na construção da conversa pode, por vezes, deixar em segundo plano a influência destes discursos sociais nas vivências cotidianas das pessoas. Neste sentido, esta dimensão política da prática terapêutica pode não ser explorada. Segundo Gergen (1997), todo posicionamento é político em suas consequências, ou seja, ao nos relacionarmos e sustentarmos certos posicionamentos nas relações, sempre estamos comprometidos com determinados discursos. Problematicar estas questões no âmbito terapêutico é colocar-se em um movimento reflexivo de indagação acerca de quais discursos estamos perpetuando e/ou transformando em nossas conversas e quais relações podemos criar ao fazer isso. Neste sentido, tanto a terapia é um contexto em que discursos sociais são reproduzidos e transformados, como o contexto em que a família vive é *locus* de reprodução e transformação dos discursos avaliados e abordados na terapia. A conversa terapêutica produz efeitos em situações que estão para além da relação entre terapeuta e clientes.

Assim, a proposta teórica construcionista social também é um convite para criação de práticas terapêuticas estruturadas em torno da reflexão acerca dos discursos sociais mais amplos compartilhados pelos membros da família. Trazer estas reflexões para a conversa terapêutica, explorando os efeitos destes discursos em relações e vivências cotidianas, pode ser um convite aos clientes para fazerem este mesmo movimento em suas próprias vidas, para além das fronteiras do consultório. Ao lidarem com situações consideradas problemáticas, os clientes podem criar oportunidades de mudança nas conversas e relações ao perguntarem-se sobre os discursos que estão sendo reproduzidos nos posicionamentos em jogo na situação. Investigar as implicações dos discursos nas relações pode constituir-se em um posicionamento reflexivo potencialmente gerador de novos rumos para a conversa em curso.

Sob uma inspiração construcionista, esta é uma das formas de exercer uma prática terapêutica reflexiva e politicamente engajada com a transformação de discursos sociais opressores e geradores de dor e sofrimento no contexto social mais amplo.

Outro ponto nos chama a atenção neste aspecto das entrevistas. Conforme pontua Grandesso (2008), a obra de Michael White e os trabalhos realizados em parceria com David Epston, os quais possuem forte influência da obra de Michel Foucault, trazem para o campo da terapia familiar a dimensão social da prática terapêutica ao proporem reflexões acerca das influências que o contexto macrosocial exerce sobre as vivências individuais.

White e Epston (1993) afirmam que a utilização da linguagem não é uma atividade neutra, uma vez que é circunscrita pelos discursos sociais mais amplos dos quais as pessoas lançam mão para atribuírem sentido às suas vidas e experiências. Segundo os autores, as contribuições de Michel Foucault são elucidativas por iluminarem mecanismos de poder e

controle envolvidos nos discursos sociais, sendo que estes tomam o valor de verdade ao serem estruturantes do funcionamento da sociedade – tanto em seus aspectos micro como macrosociais (White & Epston, 1993). Assim, os autores afirmam que qualquer compreensão, seja sobre os outros ou sobre si mesmo, é mediada por estes discursos operantes no meio social. A normatividade imposta por tais discursos pode ser desencadeadora de opressão e sofrimento, uma vez que limitam as possibilidades de atribuição de sentidos e submetem os sujeitos a narrativas dominantes sobre diferentes aspectos da vida humana.

Embora grande parte dos participantes tenha feito referência a Michael White e David Epston como autores de influência em sua prática, nos chama a atenção que as contribuições dos mesmos tenham sido citadas como mais relacionadas ao conceito de narrativa e à possibilidade do terapeuta trabalhar com foco na transformação das histórias que as pessoas contam sobre si mesmas e sobre os outros. O foco, nestas entrevistas, na construção das relações e das conversas momento-a-momento trouxe junto um apagamento dos aspectos sociais, históricos e culturais – do olhar sensível para as condições sociais que entrecortam a prática clínica.

Consideramos de extrema relevância trazer para esta discussão o entendimento de entrevista como uma prática discursiva (Pinheiro, 1999). Como afirmamos no capítulo sobre método, nesta proposta a realização da entrevista é considerada um momento de produção de sentidos entre pesquisador e participante em que ambos transitam por diferentes discursos sociais sobre os temas conversados. Dessa forma, entendemos que os sentidos produzidos com os participantes não esgotam as reflexões e entendimentos que eles têm a respeito dos temas que conversamos. Tais sentidos são produto da negociação de nossa relação no momento interativo da entrevista, em que certas descrições emergiram e outras necessariamente ficaram de fora. Assim, as afirmações sobre a difusão do construcionismo social como estando mais ligada aos aspectos microsociais da interação momento-a-momento não implica que reflexões sobre os discursos mais amplos não estejam presentes na prática de nossos participantes. Estes podem ser aspectos importantes de seu trabalho clínico, aos quais eles não se referiram no momento da entrevista.

Contudo, como nossa análise considera apenas o que foi efetivamente conversado ao longo de nossas entrevistas, nos chamou a atenção que tais aspectos não tenham sido referidos pelos terapeutas. Neste sentido, nossas considerações podem ser úteis como disparadores para reflexões acerca dos parâmetros que guiam a ação do terapeuta ao lidar com a situação microsocial que é o encontro terapêutico. Podem convidar a refletir, igualmente, sobre os aspectos que mais marcadamente são considerados úteis dentre os aportes teóricos

construcionistas, os quais definem o caráter da difusão destas ideias no campo da terapia familiar.

3.2.2. O terapeuta sensível ao caráter aplicado do conhecimento

Neste item, discutimos como os participantes se relacionam com os autores e a literatura construcionista voltada para o campo da terapia familiar. Como um de nossos interesses nesta pesquisa é analisar a trajetória profissional dos participantes, parte de nossas entrevistas foi dedicada a conversar sobre os autores e obras que lhes convidaram a iniciar ou aprofundar as leituras sobre construcionismo social e como eles se atualizam em relação aos desenvolvimentos do construcionismo.

Os participantes fizeram referência a autores que abertamente afirmam-se como comprometidos com a discussão das ideias construcionistas e também aqueles nomeados pelos teóricos do campo como influenciados por estas ideias (McNamee & Gergen, 1998). Os autores citados foram: Kenneth Gergen, Tom Andersen, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Michael White, David Epston, Lynn Hoffman, Sheila McNamee, Dora Fried Schnitmann, John Shotter, Carlos Sluzki, Marcelo Pakman, Sally Ann Roth, Gene Combs. Os autores brasileiros citados como pessoas que lhes permitem compreender o construcionismo e manter o contato com essas ideias atualmente foram: Marilene Grandesso, Carla Guanaes-Lorenzi, Emerson Rasesa, Helena Maffei Cruz, Rosa Maria Macedo, Rosana Rapizo, Gladys Brun, Marisa Japur, Maria José Esteves de Vasconcellos e Celiane Camargo-Borges.

Dentre os quatorze terapeutas entrevistados, houve bastante semelhança entre os autores citados como importantes para o estudo destas ideias. Este aspecto nos permite tecer considerações sobre a difusão destas ideias no campo profissional. Uma vez que todos os participantes são terapeutas familiares com responsabilidade docente ligada ao ensino destas ideias em institutos de formação em terapia familiar, vemos que a importância atribuída a tais autores oferece a possibilidade de construção de uma versão do construcionismo social aplicado à prática profissional.

Em busca de metáforas que possam nos auxiliar a dar inteligibilidade a estes aspectos das entrevistas, poderíamos afirmar que a criação de um universo de autores úteis para a compreensão das ideias, o ensino das mesmas e sua aplicação na prática clínica transita entre a “inovação” e uma “visão traduzida” acerca do construcionismo social.

O aspecto inovador refere-se à utilização de autores cujas ideias possuem uma sensibilidade construcionista social e que trouxeram contribuições originais para o campo da terapia. Situamos aqui tanto os autores que propõem práticas inovadoras e potentes para o campo, como aqueles que organizam conhecimentos e pressupostos acerca do construcionismo. No tocante aos primeiros, temos a referência a Tom Andersen, Michael White, David Epston, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Lynn Hoffman, Carlos Sluzki, Marcelo Pakman, Dora Fried Schnitmann, Sally Ann Roth, Gene Combs. No que se refere aos segundos, temos referência a: Kenneth Gergen, John Shotter e Sheila McNamee. Alguns entrevistados também fizeram referência a Ludwig Wittgenstein, Rom Harré e Hans-Georg Gadamer como autores que lhes permitem aprofundar estudos de cunho construcionista social em termos de seus fundamentos.

A metáfora da visão traduzida se refere a possibilidade dos terapeutas construírem conhecimentos acerca dos conceitos e pressupostos do construcionismo a partir da leitura de autores que organizam, apresentam ou comentam as ideias construcionistas sociais em suas obras. Estes autores seriam, assim, “tradutores”¹⁰ ou comentadores destas ideias no contexto brasileiro. Fazemos uso da palavra “tradutores” com dois significados diferentes. Tanto como forma de aludir ao fato que os autores brasileiros oferecem textos didáticos que comentam e discorrem sobre as ideias destes autores internacionais, quanto no sentido em que viabilizam para a comunidade de leitores brasileiros diferentes formas de utilização destas ideias em contextos onde trabalham (que não estão restritos apenas à prática clínica).

Alguns pontos importantes podem ser destacados aqui – primeiro, no tocante à sobressalente difusão dos autores brasileiros dentre os participantes. No momento das entrevistas, quando os participantes faziam referência a estes autores, muitas das conversas foram marcadas pelo apreço e admiração em relação a estas pessoas. Alguns participantes relataram momentos de encontros pessoais com estes autores, os quais foram referidos como uma fonte de importante contribuição para a construção de sua prática profissional.

Vemos a referência a tais autores como implicação de um processo de construção de uma rede de profissionais que partilham, entre si e com os participantes, pressupostos e vocabulários para compreender a prática profissional. Os autores citados também estão engajados na promoção e ampla participação em eventos (científicos ou profissionais, tais como encontros locais nos institutos de formação ou *workshops*) que têm como objetivo

¹⁰ Embora a forma usual de designação seja através do termo *comentadores*, optamos por enfatizar este aspecto através do termo *tradutores* como forma de utilizar a descrição destes autores tal como oferecida por uma das participantes, Nice, cujo trecho será apresentado adiante.

apresentar e discutir essas ideias. Como exemplo, citamos a referência que nove participantes fizeram ao Construcionando¹¹ como um momento importante de discussão, trocas de experiências e aprendizagem das ideias construcionistas sociais.

Além disso, são autores envolvidos tanto em pesquisas e atividades acadêmicas, como em trabalhos comunitários e na prática clínica. Nestes campos de atuação, cada qual aborda variados temas, os quais são contemplados em suas publicações - saúde, sexualidade, trabalho com grupos, terapia comunitária, políticas públicas, gênero, terapia de casal, mediação de conflitos, terapia familiar e aspectos teóricos do construcionismo social, para citar alguns. Este aspecto permite que sejam autores que, salvo as especificidades de cada um, podem dialogar com um grande número de profissionais no campo da terapia familiar.

Vemos também que a trajetória destes autores cria, dentre os profissionais, uma legitimidade para suas produções bibliográficas. Isto porque suas propostas de apresentar e discutir o construcionismo no trabalho com estas diferentes temáticas confirmam a legitimidade pela procura de suas obras quando o terapeuta familiar deseja aprimorar seus conhecimentos.

Nas entrevistas, a busca por autores que apresentam e comentam as ideias construcionistas sociais – sejam eles nacionais ou internacionais – apareceu ligada a três situações diferentes, que exemplificamos através da conversa com três participantes. Em um caso, na entrevista com Nice, essa busca esteve ligada às dificuldades em compreender algumas obras devido à forma como o autor expressa suas ideias. Na entrevista com Luana, essa busca esteve ligada à necessidade de encontrar autores e obras que dialogam mais diretamente com a prática clínica, devido ao público que atende em institutos de formação. Na entrevista com Nina, ela faz reflexões sobre a utilidade das ideias estritamente teóricas no campo da prática profissional. Discutiremos abaixo cada trecho.

Gabriela: E você tem críticas em relação aos autores construcionistas?

Nice: Às vezes na forma de escrever, pode?

Gabriela: Pode, lógico [risos].

Nice: Ah, não sei. É tudo tão difícil. Eu falo: “ai gente, como eu sou tão burra?”, tem que ler três ou quatro vezes o mesmo texto!

Gabriela: Às vezes eu sinto essa dificuldade...

Nice: [...] Certos autores eu tenho mais dificuldade de entender. Aí eu vou buscando tradutores: “a Marilene já deve ter lido, deixa eu pegar a Marilene”. Mas aí é a ideia

¹¹ É um evento promovido pela Revista Nova Perspectiva Sistêmica em parceria com institutos de formação do Rio de Janeiro e São Paulo, voltado especialmente para terapeutas familiares, cujo objetivo é fomentar o diálogo e a troca de conhecimentos entre profissionais e acadêmicos identificados com as propostas construcionistas sociais. O evento ocorreu em 2008, 2010, 2012 e 2014, com a participação de convidados nacionais e/ou internacionais.

dele através da Marilene. A Carla já deve ter lido. Aí eu pego através da Carla, que também traduz. A Japur, né?

Neste momento, Nice nos oferece a metáfora destas autoras como tradutoras das ideias que ela busca compreender. Entendemos que, neste processo, Nice parte em busca de autores e obras que tornam mais fácil a leitura de ideias que são sentidas como de difícil compreensão, sobretudo pela forma como o autor originalmente expôs o(s) assunto(s).

Descrevemos a seguir um trecho da conversa com Nina:

Gabriela: E você tem críticas em relação a autores construcionistas?

Nina: Não, em relação a autores não. Eu acho assim, eu acho que às vezes, por exemplo. O Gergen às vezes fala algumas coisas que não faz sentido pra quem é terapeuta.

Gabriela: Uhn?

Nina: [risos baixos]

Gabriela: [risos] Tais como...

Nina: É... agora não me lembro assim. Mas me lembro que num dos últimos encontros do [evento internacional] até a gente discutiu, porque ele faz, de repente, uns desafios pro grupo, ou propõe umas coisas, que a gente fala: “bem se vê que não é terapeuta”.

Gabriela: Tá.

Nina: Porque muito... de repente é uma coisa muito mais intelectualizada e muito mais lógica, do ponto de vista da teoria, do que aplicável na... no diálogo, na conversação. [...] E aí, a gente sabe que uma coisa é a teoria, e outra é o que você responde na hora que você tá na frente de uma pessoa que te traz um negócio assim. Daí, né? Como que você assimilou, como que você entendeu o que tá no presente e o que pode fazer no momento. Então. Ahn... eu acho que a falta da prática terapêutica faz diferença na maneira como se colocam certos problemas, né? Embora eu acho, por exemplo, ahn... que as ideias fazem muito sentido, principalmente pra trabalhar pesquisa, é muito útil. Mas aí é outra situação.

Os aspectos discutidos por Nina nos levantam a seguinte indagação, a qual perpassa a discussão de nosso *corpus*: quais tipos de ideias são úteis, e em qual contexto surge essa utilidade? Nina parece nos dizer que há momentos em que o foco de alguns autores dialoga pouco com as demandas imediatas que surgem na prática. Vemos esta colocação indo além da dificuldade de leitura apontada por Nice. Trata-se de um impasse na utilização de certas ideias em contextos onde o encadeamento lógico da proposta teórica não oferece, necessariamente, recursos para a ação do profissional. Contudo, Nina reconhece este caráter situado da utilidade dos conhecimentos, afirmando que em contextos de pesquisa, por exemplo, as ideias e propostas de Gergen são interessantes.

A seguir, descrevemos um trecho da conversa com Luana:

Gabriela: E você tem alguma crítica em relação aos autores construcionistas? [...]

Luana: Olha só, críticas. Acho que eu tenho... não é uma crítica a princípio, é uma visão que combina com o que eu já te falei antes. Eu acho que ainda estamos muito epistemológicos e pouco vinculando isso à prática. Então, assim, você vê trabalhos bacanas, que eu acho: “que maravilha!”, mas eu falo: “jamais posso dar isso pra um aluno”. Quer dizer, jamais é um exagero, mas a maioria dos textos que eu leio não servem pra alunos, sabe? Então, assim, isso eu acho complicado. Não é uma crítica, porque eu acho que é um momento. Eu acho que a gente... é um grande desafio, mas é uma aventura tornar isso visível, sabe? Tirar essa coisa tão... sem perder a complexidade epistemológica. Porque essa é a questão, também não botar “b” e “a” é “ba”, e acabou, né?

Gabriela: Unhun.

Luana: Assim, não é isso, mas como que se faz isso? Que eu acho que acaba ficando muito complexo. Mas eu acho que também se não fica muito complexo às vezes fica uma banalidade danada.

Para Luana, o desafio enfrentado por autores que discutem o construcionismo social é difundir estas ideias para um público mais abrangente – em suas palavras, torná-las “visíveis” (*sic*) – sem cair no risco de simplificar ou reduzir as explicações. Para ela, a discussão com um forte veio epistemológico afasta os profissionais que estabelecem seus primeiros contatos com o construcionismo.

No momento anterior a que se refere (“é uma visão que combina com o que eu já te falei antes” [*sic*]), ela nos conta que havia iniciado sua carreira como professora em institutos ensinando construcionismo social através da leitura da obra *O Eu Saturado*, de Kenneth Gergen. Ela afirma que os alunos “aceitavam as ideias” (*sic*) mas tinham dificuldade para relacioná-las à prática. Após viver impasses com alguns alunos, Luana muda a forma como apresenta o construcionismo na formação: deixa de utilizar a obra de Gergen e passa a utilizar a obra *Conversação, Linguagem e Possibilidades*, de Harlene Anderson. Ela faz esta escolha como uma forma de apresentar as ideias construcionistas sociais através de um embasamento que aproxima mais o construcionismo à prática terapêutica.

Além disso, seu foco passa a ser, primariamente, a aproximação do construcionismo com a prática da terapia de família.

Vemos, então, dois desafios apresentados por Luana – o primeiro se aproxima da produção de textos e livros sobre construcionismo: como apresentar essas ideias sem simplificá-las? O segundo se aproxima da prática docente no ensino destas ideias: como ensinar estas ideias aproximando-as da prática clínica?

Ela também expande as considerações trazidas por Nice, porque nos permite considerar que não apenas a dificuldade de compreensão é um obstáculo à leitura, como

também o é a impossibilidade de ver algumas ideias teóricas aplicadas em contextos de trabalho – este aspecto, assim, também relaciona-se com as colocações de Nina.

Foge do nosso escopo discutir de forma aprofundada os desafios do ensino do construcionismo social em institutos de formação. Ao mesmo tempo, entendemos que este é um aspecto importante da difusão destas ideias no contexto da terapia familiar. Assim, nos limitaremos a apresentar estas pontuações de Luana e discuti-las como parte de um contexto mais amplo de difusão do construcionismo.

A nosso ver, os aspectos trazidos por Nice, Nina e Luana sobre o que entendemos ser a difusão destas ideias entre profissionais têm um ponto em comum: em um primeiro momento, eles nos convidam a estabelecer uma dicotomia entre teoria e prática. De um lado, encontram-se autores cujo foco é discutir o construcionismo sob uma perspectiva teórica, epistemológica e metodológica. De outro, estão os terapeutas que procuram aplicar praticamente essas ideias no contexto clínico. No limite de suas diferenças, os primeiros poderiam clamar a “ingenuidade epistemológica” dos profissionais, que pouca atenção oferecem à teoria. Da mesma forma, os segundos poderiam clamar a “ingenuidade prática” dos teóricos, que pouco sabem sobre a prática profissional.

Reconhecemos, assim, riscos em se tratar teoria e prática como se os limites entre uma e outra fossem estanques. Talvez uma metáfora que melhor descreva esta relação seja a imagem de um pêndulo. O pêndulo se move continuamente entre dois lados e, assim fazendo, ele não pertence a nenhum deles. Pertencer unicamente a um lado seria estagnar-se, cessar o movimento, o que faria com que deixasse de ser pêndulo. De modo semelhante, ao transitar de forma dinâmica e contínua entre teoria e prática, o profissional – seja no contexto acadêmico ou clínico – pode criar práticas profissionais que extrapolam a lógica dicotômica que posiciona teoria e prática como polos opostos. Assim, as tensões entre teoria e prática não devem ser dissolvidas (porque sem polos distintos não há pêndulo), mas manejadas de forma que o pertencimento a estes dois lados traga enriquecimentos para o exercício profissional.

A reflexão que propomos, e que convida a nos distanciarmos desta dicotomia, é considerar a forma como as ideias elaboradas no âmbito teórico tornam-se úteis para os clínicos, no campo profissional. É necessário considerar que a possibilidade de difusão do construcionismo social dentre a comunidade de terapeutas familiares brasileiros está atrelada à utilidade das mesmas na construção de práticas, e é esta utilidade que confirma a legitimidade das ideias no campo da terapia.

A proposta construcionista social também oferece subsídios para extrapolar a dicotomia entre teoria e prática. Corradi-Webster (2014, p. 82) afirma que

Os discursos legitimam estruturas sociais e institucionais, ao mesmo tempo em que estas estruturas suportam e validam os discursos. Eles são práticas sociais e sua análise deve destacar seus efeitos e a maneira como tais efeitos constroem o objeto e os modos de se relacionar com ele, a fim de despertar uma atitude crítica sobre o tema estudado.

Assim, discursos são considerados como formas de prática social, uma vez que provocam efeitos nas formas de organização da sociedade ao legitimar estruturas sociais, institucionais e descrições acerca de fenômenos e objetos. Podemos pensar no construcionismo social como um discurso que legitima certas práticas e posicionamentos dos profissionais em sua atuação clínica. A clínica seria, neste sentido, uma instituição social legitimada pela existência deste e de diversos outros discursos na ciência. Assim, a validação de certas práticas no âmbito clínico surge como implicação da existência de determinados discursos nos âmbitos teórico e social.

Tais discursos são, a um só tempo, criados, reproduzidos e transformados tanto no âmbito das discussões teóricas, epistemológicas e metodológicas originadas nas produções acadêmicas, como também no âmbito da prática profissional, onde diferentes limites, possibilidades e aspectos da teoria podem ser discutidos, modificados e expandidos.

Exploramos, ao longo deste item, diversos aspectos que legitimam e buscam oferecer uma inteligibilidade à escolha dos participantes pelo investimento no estudo dos autores citados. Consideramos importante também pontuar, em uma atitude crítica assinalada acima por Corradi-Webster (2014), os limites criados por tais opções, sobretudo no que se refere ao campo da terapia familiar. Como foi exposto no capítulo introdutório do trabalho, as correntes de terapia familiar que romperam com o paradigma tradicional em ciência o fizeram a partir de uma indagação epistemológica: como construímos nosso conhecimento sobre o mundo? Assim, o desenvolvimento do campo da terapia familiar está atrelado a investigações sobre como conhecemos o mundo. Se a primeira parte desta análise nos convida à pergunta “até que ponto é útil para estes terapeutas investigarem a fundo as discussões teóricas propostas por alguns autores construcionistas?”, estas novas reflexões nos convidam a explorar outras perguntas: qual é a importância atribuída às discussões epistemológicas quando o foco são os recursos práticos? Como alguns terapeutas têm compreendido a relação entre epistemologia e prática? Será que, em alguns casos, obras e discussões de cunho teórico não são vistas como contribuição? Que lógica é perpetuada a partir destas escolhas?

Nosso material de pesquisa não nos permite responder a todas estas perguntas, sobretudo porque não foram indagações diretamente realizadas para os terapeutas. Todavia, nos parece importante considerar o risco de alguns profissionais valorizarem a técnica em detrimento da reflexão teórica – e, neste caminho, as propostas afinadas com o

construcionismo seriam utilizadas como um aporte técnico para a ação clínica. Trabalhar com o entendimento do encontro terapêutico como um processo de construção de sentidos levanta desafios específicos ao terapeuta, que se vê diante de questões acerca da espontaneidade e da imprevisibilidade que marcam o processo de conversação. Tais desafios podem passar despercebidos aos profissionais que utilizam estes aportes como técnica.

3.2.3. O terapeuta sensível ao diálogo com diferentes abordagens

Neste item, discutimos como os participantes utilizam diferentes propostas das escolas no campo da terapia familiar e o construcionismo em sua prática clínica. A maior parte dos trechos que apresentamos foram retirados dos momentos das entrevistas em que fizemos duas perguntas aos participantes: quais são os principais recursos, conceitos ou ferramentas ligados ao construcionismo que eles utilizam em sua prática; e se eles combinam o construcionismo com outras escolas e abordagens. Todavia, consideramos relevante para esta discussão qualquer momento em que este assunto foi abordado.

Nomeamos duas formas distintas através das quais os participantes utilizam diferentes contribuições teóricas na prática clínica. No primeiro item, apresentamos um posicionamento que denominamos *conciliatório*, que pode expressar-se de três diferentes formas: conciliatório-construcionista, conciliatório-reflexivo, e conciliatório-explicativo. Por fim, apresentamos o posicionamento que denominamos *eclético*.

Um outro ponto que gostaríamos de destacar antes de apresentar os resultados refere-se ao desafio que constituiu-se a análise e redação da discussão deste item. Em primeiro lugar, porque estes diferentes posicionamentos não são um retrato do que “realmente foi dito nas entrevistas”, e sim uma forma de inteligibilidade que criamos ao nos relacionarmos com os participantes e as entrevistas. Assim, a atribuição de sentidos às entrevistas exigiu um grande número de leituras de cada uma delas e um exercício contínuo de reflexividade por parte das pesquisadoras. No exercício desta reflexividade, nossa maior preocupação foi tentar superar a dicotomia entre teoria e prática, buscando ocupar o lugar dos psicólogos e terapeutas familiares entrevistados, inseridos no contexto de aplicação destas ideias no campo clínico. Para tanto, contamos com nossas próprias *vozes* de psicólogas e terapeutas familiares, em busca de construir um diálogo generativo tanto com o campo acadêmico de onde parte este trabalho, como com o campo da aplicação destas ideias na prática.

Neste sentido, cuidamos da criação de um texto que utilize uma linguagem respeitosa e legitimadora, que procura dar voz aos participantes e suas relações com o construcionismo. Como forma de aplicar nossos exercícios reflexivos na prática de pesquisa, também analisamos limites e desafios que surgem a partir do posicionamento conciliatório dos participantes. E, como o leitor atento pode notar neste ponto de nossas reflexões, nós também adotamos uma posição conciliatória na relação com o *corpus*, uma vez que damos visibilidade a possibilidades e limites do posicionamento dos participantes sem agregar a esta análise juízos de valor que os enquadrem como *certos* ou *errados*, como profissionais que *sabem mais* ou *menos* sobre o construcionismo social.

3.2.4. O posicionamento conciliatório

Através deste termo, descrevemos um posicionamento em que o terapeuta ativamente busca recursos de diferentes modelos explicativos como forma de aprimorar seu manejo clínico.

Adotamos a diferenciação proposta por Cruz, Vicente e Pereira (2014), que utilizam o termo *escola* para designar as diferentes abordagens terapêuticas descritas no campo da terapia familiar (por exemplo, escola estrutural, escola estratégica, escola de Milão), e o termo *posições filosóficas* para designar perspectivas criadas no campo a partir do questionamento de noções sobre família, problema e terapia, que são, para as autoras, o construtivismo e o construcionismo social. Utilizamos também o termo *modelos explicativos* para designar de forma mais genérica a todas estas propostas acima referidas, as quais, de uma maneira ou de outra, oferecem formas de compreensão e explicação de diferentes objetos de estudo da ciência.

Os participantes citaram, além dos autores referidos no item anterior, outros autores cujas contribuições lhes oferecem recursos para a prática clínica com famílias. Estes autores foram: Heinz Von Foerster, Edgar Morin, Humberto Maturana, Paul Watzlawick, Gianfranco Cecchin, Luigi Boscolo, Mara Selvini Palazzoli, Giuliana Prata, Salvador Minuchin, Maurizio Andolfi, Carmine Saccu, Steven Friedman, Mony Elkaim, Karl Tomm, Carl Whitaker, Murray Bowen, Monica McGoldrick, Froma Walsh, Peggy Penn, Saul Fuks e Solange Rosset. O psiquiatra Adalberto Barreto, embora não tenha sua obra inserida no campo da terapia familiar, também foi citado como um autor que oferece importantes contribuições para a prática profissional de três participantes, sendo que a contribuição destacada se refere à

criação de redes de conversações em comunidades, que caracterizam a prática denominada pelo autor de terapia comunitária (Barreto, 2005). Outros modelos explicativos citados como contribuições da prática clínica foram: psicanálise, psicodrama, psicologia existencial-humanista, psicoterapia corporal, psicologia do desenvolvimento e Gestalt-terapia.

Como foge de nosso escopo analisar especificamente as contribuições de cada um destes autores para o campo da terapia familiar, nossa análise foi realizada a partir das possibilidades que o uso destes recursos teóricos e práticos oferece para a difusão das ideias construcionistas dentre os participantes.

Conciliatório-construcionista

Denominamos posicionamento conciliatório-construcionista como aquele em que o terapeuta utiliza em sua prática clínica apenas referenciais teóricos sensíveis às propostas construcionistas sociais, tanto para o âmbito da ciência como da prática terapêutica. Descrevemos este posicionamento na entrevista com Elisa, a qual afirmou que embasa sua prática clínica apenas no construcionismo social e/ou propostas que sejam reconhecidas como possuindo uma sensibilidade construcionista. Transcrevemos um trecho desta conversa:

Gabriela: E na sua prática você costuma combinar o construcionismo com outras perspectivas?

Elisa: Qual perspectiva?

Gabriela: Qualquer uma que você... por exemplo, na sua formação prévia, se você já tinha usado alguma coisa e que você utilize também como algo que contribui.

Elisa: Não do jeito que eu usava, né? [...] Os conceitos... não combino como o uso de uma técnica x, y e z. Assim não. Eu não penso assim, baseado em diagnóstico estrutural nem coisa nenhuma. Assim como eu também não penso em diagnósticos psiquiátricos como norteadores de práticas. Às vezes eu penso como um jeito de compreender entre tantos outros, né? Então, o que... ainda hoje eu pratico e transito muito tranquilamente entre as práticas narrativas e as colaborativas. Para mim, elas são absolutamente práticas que são norteadas pelo construcionismo social. Michael White, no início da década de 90, ele não falava isso. Mas, na verdade, depois isso foi ficando mais claro. Porque não é que a pessoa não se identifique, é porque ela não usou essa referência linguística pra pensar seu trabalho.

Gabriela: Unhun. Unhun.

Elisa: E... foi por um outro caminho, vamos dizer assim. Então, entre as práticas colaborativas, que são organizadas pelas ideias construcionistas sociais e... eu diria assim, num extremo mais purista daquilo que a gente poderia pensar uma ação em clínica, até as práticas narrativas, que tem um pouco mais de estruturação, de se

pensar a priori algumas formas de conversação, não é? Como conversações transformadoras. Eu transito muito bem, e eu vejo como uma coerência epistemológica.

Elisa nos relata o que poderíamos chamar de um rompimento entre a sua prática informada por escolas que utilizava anteriormente e o embasamento de sua prática após conhecer o construcionismo. Atualmente, sua prática está estruturada em torno da proposta epistemológica do construcionismo social, sendo que ela utiliza autores cujas obras apontam uma coerência com essas ideias. Por exemplo, Elisa afirma dispensar diagnósticos propostos por algumas escolas, como ela exemplifica em relação à escola estrutural de Salvador Minuchin (Minuchin, 1982), o que é entendido por ela como uma forma de posicionar-se coerentemente em relação ao construcionismo social.

Seu entendimento em relação aos diagnósticos psiquiátricos coadunam com alguns autores construcionistas (Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; McNamee, 2002), os quais consideram o diagnóstico como uma construção linguística que surge a partir da imersão em determinados discursos e tradições sociais e científicas. Não são considerados, assim, a descrição da “verdade” acerca do que ocorre com os clientes, mas como uma forma de atribuição de sentidos que norteia práticas em relação ao que é determinado como tratamento e os consequentes critérios de “cura”.

Os autores que ela cita como referências importantes para a construção de sua prática são Kenneth Gergen, John Shotter, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Michael White e Tom Andersen.

Assim, a partir deste posicionamento conciliatório-construcionista, Elisa opta por transitar entre as abordagens ou práticas (como têm sido mais amplamente referidas na literatura atual) inseridas na posição filosófica proposta pelo construcionismo social. Isto é referido pela participante como uma forma de manter, em sua prática, uma “*coerência epistemológica*” (*sic*), e, neste sentido, os aportes teóricos e práticos de outras escolas deixaram de ser relevantes.

Conciliatório-reflexivo

Descrevemos este posicionamento como uma forma de os participantes utilizarem as ideias construcionistas como um recurso para relacionarem-se com as diferentes escolas da

terapia familiar sistêmica, sendo que a coerência epistemológica dos terapeutas é determinada pelo uso que fazem das ideias construcionistas na prática clínica. Os terapeutas criam formas de manejo clínico das contribuições construcionistas de maneiras que são utilizadas como recursos do terapeuta para a construção da conversa com as famílias.

Neste sentido, este posicionamento se diferencia do conciliatório-construcionista porque a proposta construcionista não embasa a prática clínica de forma exclusiva. Os terapeutas com um posicionamento conciliatório-reflexivo utilizam as ideias construcionistas como disparadoras de reflexões críticas sobre o uso de outras escolas na prática terapêutica.

Nas entrevistas com Raquel, Marina, Luana, Carina, Estevão e Renata, a utilização de diferentes modelos explicativos foi descrita como um recurso importante para a composição da prática e ocorre a partir de uma “postura construcionista”, segundo eles disseram. Agrupamos estes participantes a partir do que entendemos que é a *postura construcionista* para eles. Esta implica que diferentes teorias constituem-se em discursos possíveis sobre o mundo e não são válidos, corretos e eficazes em si mesmos. A *postura construcionista*, no entendimento destes participantes, parte da compreensão do construcionismo como uma metateoria uma vez que oferece entendimentos sobre a criação dos discursos – no caso, das abordagens em terapia familiar – e seus efeitos na relação terapêutica.

Para ilustrar este posicionamento, apresentamos um trecho da entrevista com Marina:

Marina: [...] eu acho que das outras perspectivas eu trago algumas técnicas e algumas formas de pensar que... não me torno interventiva porque uso uma dinâmica ou porque eu proponho algumas perguntas, por exemplo, para os clientes. Assim, eu acho que a postura, a postura é que... a maneira de pensar, a visão de mundo. Se a gente tem uma visão de mundo dentro desta perspectiva construcionista, não importa se a gente tá usando ideias do Minuchin, Bowen. Tem umas até que eu gosto, mas outras que não. Porque você vai usar isso não como uma determinante, mas apenas como uma metáfora. E como metáfora você pode usar qualquer coisa.

Consideramos que esta descrição de Marina expressa o sentido que o termo *postura construcionista* tem para estes participantes, no qual diferentes entendimentos são considerados metáforas para a conversa com as famílias, ou seja, são vistos como possibilidades que trazem abertura para a conversa terapêutica, e não como visões determinantes sobre a família ou seus membros. Este é o principal aspecto que caracteriza o posicionamento conciliatório-reflexivo, em que os diferentes modelos explicativos são tomados como aberturas para a criação de conversas transformadoras com as famílias.

O trecho que apresentamos a seguir, da entrevista com Renata, também ilustra esta discussão:

Renata: [...]é como assim, usar algumas teorias da sistêmica tradicional. Você pode até usar, né? Mas com um novo olhar, uma nova postura. Aquela que não é mais do expert do conhecimento, que vai enquadrar lá, naquele referencial teórico. Então eu uso muitas técnicas, mas sempre... por exemplo, se eu faço um desenho em conjunto, ou mesmo individual, é como eu vou explorar. Aí eu vou fazer também o mesmo movimento. Se eu uso uma... eu uso bastante, quer dizer, não tanto aqui na clínica, mas eu uso... os estagiários usam, mas aquele livro da Solange Rosset, sabe?

Gabriela: Qual?

Renata: Aquele “123 técnicas”.

Gabriela: Ah, sei.

Renata: Só que, claro que tem algumas técnicas que não dá pra serem usadas. Mas as que são possíveis, vamos dizer assim, mas sempre a gente faz essa leitura. Quer dizer, aquelas técnicas, a princípio, não são construcionistas. Quer dizer, elas por si só não são, né? Mas é como a gente lida com elas. Assim, o que eu digo é, quando emerge o conteúdo e como eu exploro.

Renata evidencia, neste trecho, que em sua prática as técnicas podem ser utilizadas como recursos para a construção de conversas. O seu interesse não está voltado para o instrumento técnico utilizado, mas para as possibilidades de conversa que emergem a partir deste uso e como ela dá continuidade à conversação a partir disso.

É interessante notar o momento em que ela afirma que algumas técnicas que ela utiliza “*não são construcionistas*” (*sic*), e o que dá o tom construcionista a elas é a forma de utilização das mesmas na conversa: “*quando emerge o conteúdo e como eu exploro*” (*sic*). Esta afirmação também ecoa os aspectos que nós utilizamos para definir o posicionamento conciliatório-reflexivo.

Autores do campo da terapia familiar também discutem a questão da posição do terapeuta em relação a diferentes modelos explicativos. Por exemplo, McNamee (2004c, 2008) propõe o que ela denomina uma postura *promíscua* (no original, *promiscuous attitude*) para a prática de terapia familiar. A autora parte do entendimento dos modelos teóricos como modos de conversação, maneiras de construir uma conversa transformadora com famílias. Com esta postura, ela propõe que o uso de diferentes modelos na prática terapêutica são recursos potencialmente úteis para a construção de conversas generativas, e que a coordenação destes recursos é uma maneira de aprimorar o trabalho terapêutico. Para a autora, a coordenação destes modelos teóricos como recursos úteis só é possível quando o terapeuta ocupa uma postura promíscua, em que ele “pega estas ideias emprestadas” de seu contexto original e as utiliza de novas formas: não como modelos explicativos corretos em si

mesmos, mas como um recurso escolhido pelo terapeuta a partir de sua postura responsiva e reflexiva em relação aos clientes e à conversa. Ainda que reconhecendo a grande contribuição que esta proposta oferece à prática do terapeuta, consideramos que estas ideias trazem algumas dificuldades de marcar diferenças que entendemos ser importantes na construção de práticas que diferem os posicionamentos que denominamos conciliatório-reflexivo e conciliatório-explicativo, que apresentamos a seguir.

Conciliatório-explicativo

O termo conciliatório-explicativo designa um posicionamento em que as propostas de diferentes escolas oferecem ao terapeuta explicações viáveis e confiáveis a respeito dos fenômenos observados na conversa com os membros da família. Tal posicionamento, não implica na consideração destas explicações como sendo situadas – elas são tomadas como válidas em si mesmas, a despeito das pessoas com que se fala, do momento em que esta conversa ocorre e sob quais condições.

Nas entrevistas em que descrevemos o posicionamento conciliatório-explicativo, notamos que predomina a utilização de escolas e abordagens que fazem parte ou são posteriores às propostas da cibernética de segunda ordem no campo da terapia familiar. Neste sentido, o construcionismo social não é uma proposta descrita como um rompimento com propostas anteriores no campo.

Na entrevista com Nina, sentidos produzidos com a participante sobre sua prática clínica posicionam o construcionismo como uma visão que compõe com outras abordagens e teorias do campo da terapia familiar, sem que com isso seja referido qualquer rompimento com alguns conceitos e entendimentos. Pelo contrário, o construcionismo é mais um aporte que, ao lado das diferentes abordagens clínicas, compõem o *continuum* do desenvolvimento da terapia familiar. Abaixo, apresentamos um trecho de sua entrevista:

Gabriela: E aí, quando você buscou essas ideias [construcionistas] e manteve esse contato ao longo da sua carreira, como você pensava que o construcionismo seria útil na sua prática?

Nina: Ahn... é como eu te digo, né? A coisa foi sempre nessa atitude de me inteirar das novas correntes, das novas maneiras de pensar, e na medida que eu fui entrando nisso e fui participando dos Construcionando, essas coisas, tal, eu fui me identificando, e a coisa vai quase que imperceptivelmente...

Gabriela: Tá...

Nina: ... acho que não tem uma... uma linha, né? “A partir daqui eu sou construcionista”, a gente vai aos poucos assimilando, né, as questões que são discutidas, as posturas que a gente vê, e vai tomando a sua posição, e vai atuando, né? Porque a coisa não para. [...]

Gabriela: E na sua prática você combina o construcionismo com outras perspectivas ou outras abordagens?

Nina: Não... eu... na... quando eu trabalho com famílias e quando tem crianças, e às vezes conforme o problema trazido, e trago bastante aspectos do construtivismo.

Gabriela: Quais, por exemplo?

Nina: Não, a questão dos processos mentais, principalmente a questão de dificuldades escolares, questão de atenção, irritabilidade, algumas questões de comportamento infantis, tal, daí eu uso, faço uso de desenho e coisas... e também uma... eu procuro analisar um pouco também a fase de desenvolvimento da criança em termos do pensamento lógico, e... muitas vezes explico pros pais, né? Essas questões, do que eles tão esperando mais do que ele pode e esses aspectos evolutivos que eu acho importante.

Uma particularidade interessante na entrevista com Nina é que, ao longo da entrevista, a participante faz diferenciações teóricas sutis entre construcionismo social, construtivismo e teoria sistêmica. E, ao descrever sua prática, ela transita entre formas de explicações que partem tanto do construtivismo quanto do construcionismo social. Da forma como compreendemos, este entendimento de Nina nos indica que, para a participante, um modelo explicativo não invalida o outro: explicações a partir de um ponto de vista construcionista, com a utilização de suas linguagens específicas, não invalidam explicações que partem de pressupostos construtivistas para a compreensão do ser humano. A prática clínica, assim, inclui a ambos como formas de compreensão das pessoas e famílias.

No entanto, o aprofundamento nas discussões do construcionismo social pode apontar para uma certa tensão epistemológica nessa aproximação: como partir do diálogo com as ideias construcionistas sociais e, ao mesmo tempo, eleger os processos mentais como realidade? Embora Nina justifique como utiliza terapeuticamente essas noções, esta nos parece uma tensão que merece ser aprofundada nos diálogos e reflexões da área.

Cecília, de forma semelhante, descreve a utilização de diferentes referenciais teóricos em sua prática a partir de um posicionamento conciliatório-explicativo:

Cecília: Então, é como se eu sentisse que tem algo que o construcionismo me deu de base, que é essa coisa, né, existem múltiplas formas de tá vendo a situação, vários pontos de vista, então essa ideia da construção, da experiência pessoal, então é como se isso tivesse na base, depois a prática são outros autores. [...] Eu tenho críticas quanto a achar que só passar por isso [construcionismo social] forma um terapeuta familiar. Isso eu tenho... porque eu acho que te dá uma visão de mundo, né? Uma postura, e acho que te dá instrumentos pra fazer as conversas. Mas eu não acho, assim, que se você pegar um pedagogo, um sociólogo, qualquer aluno e dar construcionismo,

você tá fazendo um terapeuta familiar. Eu acho que tem que pensar muito nas dinâmicas das famílias, no funcionamento das famílias, no que é trigeracional, nos modelos, naquilo que tanta gente deu. Senão é você pensar que uma pessoa só com bom senso, com essa atitude, com as perguntas [...] você ensina um jeito de estar, mas eu tenho uma crítica que com isso você tá fazendo um terapeuta familiar.

Ao longo da entrevista, Cecília menciona utilizar também as contribuições de Karl Tomm, Murray Bowen e Salvador Minuchin como uns dos autores de influência em sua prática. A participante nomeia a “*terapia relacional sistêmica*” (*sic*) como sendo o referencial de sua atuação como terapeuta.

Como apontam nossas discussões, consideramos que não é o fato de eleger a utilização de diferentes escolas e propostas na prática terapêutica que a aproxima de um posicionamento conciliatório-explicativo. O que nos parece é que os entendimentos de Cecília têm seu foco voltado para o conteúdo das diferentes escolas e teorias. Sob este ponto de vista, o profissional que referencia sua atuação em conteúdos de escolas distintas pode ter esta prática estruturada em bases mais consistentes. Consequentemente, dominar conteúdos apenas relativos à proposta construcionista social não parece suficiente para embasar a atuação do terapeuta familiar.

Consideramos que este foco no conteúdo das teorias atribui validade às mesmas, sendo que estas podem ser analisadas apenas a partir de sua própria lógica epistemológica. Isto porque a consideração dos processos sociais de construção do conhecimento convida o terapeuta a reconhecer o caráter situado das teorias e sua validade como sendo sempre relativa ao contexto em que emergem. Nos parece, contudo, que Cecília se distancia desta forma de compreensão da construção social, dando a esta proposta, assim como a outras teorias do campo da terapia familiar, o *status* de realidade ou de descrições válidas a despeito de quem as utiliza, quando, porquê e com quem.

Nas entrevistas com Mônica e Nice, estes critérios nos permitiram nomear semelhanças entre ambas no que se refere ao marco que elas atribuem ao construcionismo em sua prática, que está ligado ao papel da linguagem como construtora de realidades sociais. As investigações que ambas fazem com os clientes nas conversas terapêuticas, bem como a forma como conduzem este processo, considera a centralidade da linguagem na constituição do que os membros da família tomam como sendo a realidade para si. Um aspecto marcante da entrevista com ambas é a descrição do construcionismo social e do construtivismo como visão complementares.

Na entrevista com Mônica, o entendimento desta complementariedade entre construtivismo e construcionismo é traduzido em alguns momentos. Quando fizemos algumas perguntas sobre o construcionismo social, a participante respondeu utilizando o termo “*construtivismo/construcionismo social*” (*sic*), uma forma de designação destas ideias que foi utilizada no contexto de aproximação do construcionismo ao campo da terapia familiar e até os dias atuais é difundida neste contexto profissional como forma de indicar a proximidade e complementariedade entre as duas propostas.

Em outro momento, perguntamos a Mônica sobre as formas como ela se atualiza em relação ao construcionismo social, e a participante afirma que orientações de pesquisa utilizando o referencial construtivista são uma forma de se atualizar acerca dos desenvolvimentos da proposta construcionista. Novamente, um entendimento de ambos como equivalentes e atrelados um ao outro, visto que estudar o construtivismo foi narrado como uma forma de se atualizar em relação ao construcionismo. Isto denota, a nosso ver, um entendimento que prescinde de alguns marcos que diferenciam estas duas propostas no âmbito da terapia, como descreveremos adiante.

Nice, de forma semelhante, alterna entre os termos construcionismo e construtivismo enquanto conversávamos sobre as influências do construcionismo social em sua prática. Por exemplo, quando conversávamos sobre a forma como ela utiliza as contribuições do construcionismo na prática, ela nomeia uma série de conceitos e pressupostos do construcionismo social para a terapia que são úteis para ela, afirmando que ser construcionista é algo relacional e que tem que ser construído a cada momento na conversa terapêutica. Então, ela finaliza sua resposta dizendo: “*eu não sou construtivista, eu estou sendo construtivista*” (*sic*). Consideramos que esta alternância no uso de termos indica a fluidez das fronteiras que ela atribui ao construtivismo e ao construcionismo no âmbito da prática terapêutica.

Neste ponto, consideramos relevante apontar algumas semelhanças e diferenças entre o construtivismo e o construcionismo social tal como indicadas na literatura. Segundo Gergen (1997), o território comum dividido pelo construtivismo e o construcionismo social diz respeito ao desafio que fazem à objetividade na construção do conhecimento e a concepção representacionista da linguagem. Neste sentido, ambos atribuem importância ao papel construtivo do conhecimento e da linguagem, afirmando que não podemos observar e descrever a realidade a partir de uma posição externa aos objetos e fenômenos. Concebem, assim, a construção do conhecimento como um processo reflexivo e autoreferido (Schnitman & Fuks, 1996).

Por outro lado, o construcionismo social e o construtivismo se distanciam no que se refere aos conceitos centrais que utilizam para explicar a construção do conhecimento. O construtivismo valoriza a experiência individual dos sujeitos, sendo que as determinações biológicas têm papel central na construção do conhecimento e na aprendizagem. A cognição, ainda que não seja considerada uma forma de acessar a realidade externa, possui um papel chave na adaptação dos sujeitos uma vez que lhes permite organizar suas experiências de forma inteligível (Schnitman & Fuks, 1996).

Ao diferenciar as propostas construtivistas e construcionistas sociais, Grandesso (2000) afirma que as primeiras consideram que os processos mentais se originam a partir do funcionamento de um sujeito ativo, priorizando, assim, processos mentais individuais. Por outro lado, as propostas construcionistas consideram que os conhecimentos produzidos pelos indivíduos são decorrência da interação social na linguagem, enfatizando, assim, a natureza dialógica da construção da identidade.

Gergen (1997) afirma que o construtivismo afina-se com os modelos explicativos individualistas correntes na cultura ocidental ao localizar as explicações sobre a construção do conhecimento em processos internos individuais. Para o autor, diferentemente, o construcionismo social explica a ação humana e a construção do conhecimento a partir do foco em processos sociais. Assim, tudo o que consideramos fazer parte de nosso mundo interno (lembranças, pensamentos, sentimentos, etc.), assim como o desenvolvimento do nosso senso de identidade e de individualidade, surgem no intercâmbio social e são expressos através da linguagem (McNamee, 2004a; Schnitman & Fuks, 1996).

Dessa maneira, consideramos que as duas participantes utilizam a complementariedade entre construcionismo social e construtivismo a partir do que ambos tem em comum: o papel da linguagem como construtora da realidade. Este uso não nos informa um entendimento que traz o marco que propicia o giro linguístico no campo da terapia de família, que é pensar que ambos são modelos explicativos gerados no intercâmbio social. Assim, a visão de construtivismo e construcionismo como complementares leva as terapeutas a exercerem uma prática embasada na importância da linguagem e no seu papel nas relações sociais, mas limitam a compreensão do rompimento que o construcionismo propõe em relação às tradições individualistas e essencialistas nas ciências sociais.

Por fim, na entrevista com Márcia também descrevemos seu posicionamento em relação à utilização de diferentes abordagens em terapia como sendo conciliatório-explicativo. Na entrevista, ela afirma que as ideias construcionistas dão sustentação à sua atividade docente mais do que à prática clínica. Enquanto conversávamos sobre as contribuições do

construcionismo para sua trajetória, Márcia descreve a escolha por referenciais teóricos para a clínica e a docência da seguinte maneira:

Márcia: [...] porque quando a gente vai aplicar coisas que a gente aprendeu [sobre construcionismo], na nossa prática individual, eu aplico aquilo que eu acho mais bacana, que combina comigo. E o que eu acho que não... não concordo, não é bem assim, não gosto, eu não vou aplicar. Eu tenho esse... quando a gente vai dar aula, eu não posso fazer assim. Eu não posso dar aula só daquilo que eu gosto. Eu tenho que dar aula de tudo, né?

Logo em seguida, Márcia descreve os conceitos e contribuições do construcionismo social com os quais tem afinidade e utiliza em sua prática, alguns dos quais foram apresentados nas discussões anteriores.

Ao descrever sua trajetória profissional, Márcia afirma que considera-se mais próxima do que nomeia como sendo uma “*terapeuta sistêmica*” (*sic*) do que alguém que tem o construcionismo social como principal marco do seu trabalho. Consideramos, a partir da análise da entrevista como um todo, que a utilização das ideias construcionistas parece oferecer uma forma de aprimorar o uso de recursos teóricos e práticos que já faziam parte de sua prática clínica embasada na teoria sistêmica. Segundo ela, o construcionismo lhe permite “*trabalhar com um exercício do pensamento*” (*sic*), no qual se torna mais atenta ao processo conversacional na terapia. Por estas considerações, descrevemos seu posicionamento como conciliatório-explicativo, uma vez que o construcionismo social é útil em sua prática clínica como um aporte que segue ao lado dos demais modelos explicativos que ela utiliza, sem que seja um marco teórico que ressignifique tais modelos ou rompa com algumas tradições explicativas da teoria sistêmica.

O posicionamento eclético

O ecletismo no contexto da prática clínica em Psicologia se caracteriza pelo uso concomitante de propostas originadas em escolas e modelos explicativos diversos, sendo que este uso é marcado pela escolha daqueles aspectos considerados melhores e mais relevantes dentre estas várias propostas. O posicionamento eclético que propomos é congruente com este entendimento do ecletismo. Neste posicionamento, o terapeuta utiliza em sua prática diferentes modelos explicativos e lança mão daqueles aspectos teóricos que julga melhor se

adequarem à situação com a qual está lidando. Neste sentido, o principal fator que diferencia este posicionamento das formas conciliatórias é o uso de diferentes propostas a partir de uma justaposição, em que aspectos de escolas pertencentes à diferentes correntes epistemológicas são agrupados e utilizados como forma de explicação das situações vividas na prática terapêutica.

Na entrevista com Melissa, o ponto destacado pela participante como uma contribuição do construcionismo é a possibilidade de estabelecer “*relações mais humanas*” (*sic*) com as pessoas que atende, sendo estas definidas como relações respeitosas e próximas com os clientes. No tocante ao uso destas ideias e de outras escolas em sua prática, Melissa afirma:

Melissa: E quando eu saí da faculdade, que eu fui pra prática, eu vi que tudo aquilo que eu aprendi, que tinha quer ser distanciado, que tinha que ser hierárquico, não funcionava na prática. Porque toda vez que eu me colocava de forma, vamos dizer, vou utilizar essa palavra mesmo da hierarquia, eu não conseguia estabelecer dife... eu não conseguia fazer com que a pessoa conseguisse uma diferença na vida dela.

Gabriela: Unhun.

Melissa: E aí a partir do momento que eu comecei a ter esse entendimento que a prática construcionista traz, que nós podemos sim se envolver... que eu vejo isso, tem um autor que fala: “quem não se envolve não se desenvolve”. Eu sei que eu poderia estabelecer algumas, o que Bowen chama de triangulações, em prol do crescimento da pessoa que eu estou atendendo. E aí quando eu comecei a entender que isso era uma prática do construcionismo e de tudo aquilo que eu estava aprendendo, eu falei: “nossa, é isso que eu estava buscando”. Porque começou a fazer sentido na minha vida pessoal e na minha vida profissional. Eu falei: “eu posso sim compartilhar a dor daquela pessoa e poder ajudá-la naquela dor que ela tá sentindo, pra que ela possa enxergar de uma outra maneira e encontrar outras possibilidades de ação”. [...] Mas os autores das escolas que nós vemos durante o curso, cada um contribui com a sua teoria. Cada um traz um pouquinho da sua, e a gente junta aquilo e vê o que pode ser utilizado com cada paciente.

Este trecho, em que Melissa descreve a utilidade do construcionismo em sua prática, denota a utilização que a participante faz da proposta de Murray Bowen como uma forma de dar inteligibilidade às suas ações na prática, agregando também o construcionismo social como contribuição para manter relações de empatia e proximidade com os clientes.

Entendemos, a partir destas descrições de Melissa e da análise da entrevista como um todo, que ela utiliza o construcionismo social e também outras propostas da terapia familiar. Todavia, seu trabalho é descrito como tendo múltiplos pontos de inspiração em diferentes propostas teóricas, a partir das quais ela “*junta aquilo e vê o que pode ser utilizado com cada paciente*” (*sic*). Este uso nos convida a pensar em uma forma de justaposição, em que a

inspiração teórica da terapeuta transita de forma fluida entre diferentes correntes epistemológicas, sendo que esta escolha está pautada no que ela julga ser mais adequado ao caso.

Abaixo, apresentamos um trecho da entrevista com Júlia:

Gabriela: Então, assim, pelo que eu estou te escutando, você não fecha sua prática só nas vozes do construcionismo, né? Você combina isso com outras perspectivas que, pelo que você falou, é principalmente a complexidade, as contribuições dessa teoria...
Júlia: Isso. Porque eu acredito muito num trabalho por demanda. Porque eu aprendi a valorizar esse trabalho que a gente constrói a partir de uma demanda do outro, estudando o construtivismo e construcionismo. [...] o que a gente vai fazer, oferecer de prática a um determinado grupo, casal, família ou organização, precisa partir de um pedido, precisa ter a ver com o contexto de vida, não é? Dessas pessoas. Então, eu aprendi isso quando eu aprendi essas influências teóricas no campo das práticas sistêmicas. Quando chegou, os estudos da complexidade foram mais divulgados, mais discutidos, então fez um encaixe... um segundo encaixe pra mim, né? Um segundo sentido importante, que é: “sim, a gente deve cuidar das relações, mas a prioridade é o que o outro pede, o que ele necessita de demanda, e o ‘como’ a gente vai fazer depende do contexto, do nosso preparo...”. Então, acho que dificilmente eu faria alguma coisa mais impositiva, menos construída. Porque isso, pra mim, faz muito sentido. Porém, eu não acho que só isso deva ser feito em todas as situações. Então, isso eu procuro ensinar os alunos, que eles devem ampliar bastante os seus conhecimentos, e provavelmente vão se afinar com um jeito de trabalhar que pode ser esse, mas que eles não percam de vista os outros aspectos, que podem ser comportamentais, intrapsíquicos, sociais... é bom que a gente veja o ser humano como esse todo mais complexo. Isso eu acho que é fundamental hoje. Se a nossa prática será pautada no construcionismo social, então isso resultará em um jeito de trabalhar, que eu posso te dizer que acho que é o meu predominante. Mas não posso dizer que tenha ou deva ser absoluto.

Júlia descreve o construcionismo como uma contribuição predominante em sua forma de trabalhar com famílias, indivíduos e organizações, e posiciona-o como um aporte teórico que contribui para a criação de um olhar que ela nomeia como sendo complexo. Este olhar é composto pela consideração de diferentes aspectos, em que o terapeuta pode lançar mão de aportes comportamentalistas, intrapsíquicos e sociais.

Ao longo da entrevista, Júlia faz referências aos estudos da complexidade e à proposta de Edgar Morin como sendo importantes para a maneira como ela organiza sua prática e seu entendimento do ser humano. Consideramos relevante, para a análise desta entrevista, situar teoricamente a narrativa da participante neste contexto teórico. Morin (2010), ao discorrer sobre os desafios da complexidade no âmbito científico, afirma:

O problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento.... se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, identidade e a diferença entre todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante.... De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões. (Morin, 2010, p. 176-177)

O autor, assumindo a impossibilidade do sujeito conhecer a totalidade dos fenômenos, descreve a complexidade como alternativa às propostas reducionistas e lineares correntes na tradição científica moderna. Foge ao nosso escopo avaliar a proposta de Edgar Morin para a ciência, e também levamos em consideração que, ao entrar em contato com qualquer proposta explicativa, cada pessoa confere significados pessoais e compõe sua forma particular de compreensão – neste sentido, não podemos afirmar qual é a compreensão de Júlia acerca da proposta de Edgar Morin, sobretudo porque este não foi um tópico de conversa na entrevista.

O que consideramos relevante para o estudo, contudo, é que inspirada pelos escritos acerca da complexidade no âmbito científico, Júlia parece legitimar no campo da prática clínica uma lógica em que a riqueza e consistência do trabalho do terapeuta estão atrelados ao uso de quantas dimensões forem possíveis para a compreensão do ser humano. Diferentes propostas explicativas são justapostas e em seu conjunto oferecem uma visão tão completa quanto possível para o terapeuta.

O que Morin nos parece sugerir, no trecho acima, é que trabalhar sob o prisma da complexidade demanda a consideração das diferentes dimensões que compõem a vida humana. Júlia, diferentemente, respalda-se neste autor para validar o uso de diferentes perspectivas para construir práticas voltadas para uma destas dimensões – a psicológica. Assim, o caráter de justaposição na utilização de modelos explicativos se evidencia à medida que Júlia afirma poder lançar mão, a um só tempo, de escolas comportamentalistas, psicanalistas e também das contribuições do construcionismo social como norteadoras de práticas. Nossas reflexões se voltam, assim, para a tensão epistemológica que surge quando o terapeuta utiliza propostas cujos fundamentos são muito distintos entre si, como é o caso do construcionismo social em relação às propostas comportamentalistas e psicanalíticas (Gergen, 1997).

Consideramos relevante pontuar que, embora ilustremos estas formas de posicionamento eclético a partir de trechos das entrevistas com Melissa e Júlia, esta análise enfatiza os discursos dos quais elas lançaram mão para descrever aspectos de sua prática,

sendo que tais sentidos tornaram-se descrições possíveis a partir da interação situada entre pesquisadora e participantes no momento da entrevista (Pinheiro, 1999). Neste sentido, não propomos que os posicionamentos discutidos nesta temática marcam a prática das terapeutas como a única maneira de relacionarem-se com diferentes modelos explicativos no campo da terapia familiar. Diferentemente, consideramos que a fluidez e dinamicidade que marcam as ações cotidianas do terapeuta em seus encontros com famílias permitem que o profissional transite entre diferentes formas de utilização dos discursos teóricos disponíveis no campo.

Considerações sobre posicionamentos conciliatórios, ecléticos e difusão do construcionismo

O principal aspecto que os posicionamentos conciliatórios discutidos ressaltam, a nosso ver, é a possibilidade de enriquecimento da prática clínica. A despeito da forma como os terapeutas se posicionaram em relação à utilização do construcionismo e outras abordagens na prática, esta escolha foi uma maneira de aprimorar a atuação do terapeuta e oferecer mais recursos para atender famílias. Descrevemos este como o principal ganho desta utilização conciliatória de diferentes modelos explicativos na atuação do terapeuta.

No que tange à difusão das ideias construcionistas, o que nossa análise tem nos permitido compreender é que a adoção de um posicionamento conciliatório implica em uma determinada compreensão teórica das ideias construcionistas. Esta afirmação retoma a análise realizada como um todo nesta dissertação, destacando as formas como o construcionismo social foi definido por alguns participantes e os aspectos teóricos considerados importantes para eles no embasamento de sua prática clínica. Assim, as ideias, conceitos, termos e pressupostos considerados relevantes foram aqueles que permitem um trânsito maior entre a literatura teórica e a prática clínica.

Outro ponto relevante se refere às tensões existentes no próprio campo teórico no tocante ao que denominamos como uma postura conciliatória. Para ilustrar estas tensões no campo teórico, retomamos os já citados artigos de McNamee (2004c, 2008) sobre a postura do terapeuta na prática terapêutica. Escolhemos esta obra por duas razões: é um artigo publicado originalmente em inglês, mas que foi traduzido para o português na publicação na Revista Nova Perspectiva Sistêmica (McNamee, 2008), a qual possui ampla divulgação entre profissionais brasileiros; e por trazer ao campo teórico uma proposta rigorosamente afinada

com as ideias construcionistas sociais para o campo da terapia, sobretudo na sensibilidade ao relativismo moral que, pela análise proposta nesta pesquisa, parece ser um conceito relevante para os terapeutas familiares.

A autora (McNamee, 2004c, 2008), ao descrever uma postura que permite o diálogo entre diferentes modelos em terapia familiar, posiciona tais modelos como formas legítimas de produzir conhecimento sobre a vida social. Seu foco no processo conversacional considera as teorias como linguagens sociais, que passam a integrar o *setting* terapêutico como uma opção discursiva.

O que consideramos como uma das tensões que podem surgir a partir desta proposta é a legitimação, por parte dos terapeutas-leitores, do uso de diferentes posições epistemológicas na terapia. Diferentemente desta compreensão, o que entendemos é que McNamee (2004c, 2008) propõe a atuação do terapeuta a partir de uma só posição epistemológica, que é o construcionismo social. Nesta posição, o terapeuta tem convicção de que a terapia é conversação e que esta conversa é recurso para transformação, sendo que diferentes modelos explicativos são formas do terapeuta se engajar com os clientes na conversação¹².

Pelas discussões aqui apresentadas, consideramos que estas tensões podem convidar os profissionais a um uso misturado, híbrido e impreciso das ideias construcionistas. Utilizamos o termo impreciso no sentido em que o terapeuta não precisa ter clareza das razões pelas quais utiliza tal ou qual modelo, desde que este seja útil para o atendimento em curso.

A questão central que endereçamos, assim, refere-se à adoção de uma mudança no curso das discussões no campo da terapia familiar a partir do giro linguístico ou, como mais comumente é referido no campo, a partir dos questionamentos propostos já pela cibernética de segunda ordem. Neste sentido, distinguimos em nossa análise duas principais formas de relação com os diferentes modelos explicativos disponíveis no campo da terapia familiar. Por um lado, temos os participantes que, por acompanhar o desenvolvimento do campo e atualizações na área, consideram natural a proximidade entre o construtivismo e o construcionismo social, mesmo que estas aproximações ocorram de formas diferentes, como propomos com os termos conciliatório-reflexivo e conciliatório-explicativo. E, por outro, temos aqueles participantes que utilizam e aproximam, na prática, propostas muito diversas como a psicanálise, as abordagens comportamentais e o construcionismo social. Historicamente, como afirmamos, o campo da terapia familiar desenvolveu-se por meio de

¹² Neste sentido, a partir do vocabulário que estamos desenvolvendo nesta pesquisa, poderíamos afirmar que nos referidos artigos McNamee (2004c, 2008) assume um posicionamento conciliatório-reflexivo em relação a estas diferentes tradições explicativas.

dois caminhos distintos – as correntes psicanalistas e aquelas baseadas na teoria sistêmica. A conciliação entre estas propostas, ainda que tenha sido incomum dentre o conjunto que investigamos, foi considerada relevante para a análise que fizemos uma vez que ilumina formas pelas quais alguns terapeutas têm utilizado o discurso construcionista em sua prática clínica.

Levantamos, assim, a seguinte questão: o que poderia ser considerado uma prática consistente? A partir da proposta de McNamee (2004c, 2008), entendemos que a autora faz uma crítica a concepções correntes acerca da consistência, segundo as quais o profissional qualificado é aquele que reverencia uma escola específica e aplica sua proposta de forma satisfatória em relação aos norteadores teóricos e práticos que informam tal escola. Ela redefine a prática consistente como sendo aquela em que o terapeuta é responsivo e relacional, que encontra-se aberto aos rumos que o processo de conversação pode tomar e não determina *a priori* o que são recursos transformadores para aquelas pessoas.

Em consonância com a autora, possuímos algumas ressalvas em relação a considerar a consistência na prática como uma lealdade exclusiva a determinada escola ou abordagem, sobretudo porque pode convidar a formas de enrijecimento da prática clínica por limitar os recursos de que o terapeuta pode lançar mão. Todavia, o conceito proposto pela autora nos parece, a partir das reflexões acima e das discussões da presente pesquisa, convidar a formas imprecisas de utilização de diferentes modelos. Assim, como oferecer à comunidade profissional parâmetros para uma prática epistemologicamente consistente? Como convidar os profissionais a refletirem sobre os aspectos epistemológicos que norteiam suas práticas? Como as discussões teóricas tem contribuído para o uso impreciso de conceitos e pressupostos construcionistas?

Reconhecemos que estas perguntas ecoam desafios há muito presentes nas reflexões dos profissionais envolvidos no campo da terapia familiar, inclusive no contexto brasileiro de desenvolvimento desta prática. Ainda assim, consideramos relevante apontá-las como marcos que indicam tensões existentes no próprio campo em relação à forma de utilização de diferentes modelos explicativos na prática terapêutica.

4. Conclusão

O construcionismo social é um corpo de conhecimentos inseridos no contexto das propostas pós-modernas em ciência que, como tal, se coloca criticamente em relação às teorias e narrativas dominantes que estruturam práticas profissionais e científicas no campo das ciências sociais (Gergen, 1985). Por este motivo, este conjunto de ideias pode constituir-se em um aporte útil tanto para repensar práticas tradicionais no campo de trabalho com famílias, como para embasar propostas originais e inovadoras neste meio de atuação.

Este estudo buscou compreender aspectos da difusão das ideias construcionistas sociais entre um grupo de terapeutas familiares brasileiros, buscando iluminar como estas se tornam uma contribuição relevante para sua prática clínica. A análise apresentada em nosso estudo foi estruturada sobre duas dimensões distintas que se propõem a compreender as formas pelas quais as ideias construcionistas estão presentes na prática clínica dos terapeutas entrevistados, dando visibilidade às implicações em diferentes posicionamentos dos mesmos em seus contextos de trabalho. Assim, as temáticas analisadas buscam discutir diferentes formas pelas quais um terapeuta sensível ao construcionismo pode atribuir sentido às premissas e conceitos deste movimento, e como estas ideias podem ser úteis na relação estabelecida com as famílias atendidas e com os modelos explicativos disponíveis na literatura científica da área.

As duas dimensões de análise que constituíram a discussão do *corpus* da pesquisa nos levam a algumas considerações finais sobre o estudo. No que se refere à primeira dimensão, “*Criando uma versão útil dos conceitos construcionistas*” vimos que as descrições originalmente propostas por alguns teóricos da perspectiva construcionista são utilizadas na prática clínica a partir da iluminação de certos aspectos que conferem à estas propostas a possibilidade de utilização em contextos da prática terapêutica. Neste sentido, o estudo aponta que a difusão do construcionismo social está ligada à criação de versões do construcionismo que borram as fronteiras delimitadas pelos aportes teóricos inicialmente descritos na literatura. Assim, as ideias consideradas úteis no campo da prática podem ser, algumas vezes, dissonantes daquelas predominantes na literatura voltada para a discussão de aspectos teóricos.

No que se refere à segunda dimensão da análise, concluímos que a sensibilidade às ideias construcionistas é uma forma de convite ao terapeuta para que este ofereça relevância particular às formas pelas quais as conversas são construídas no processo terapêutico. Esta atenção pode ser incluída como parte da atuação do profissional clínico sem que ele necessariamente rompa com formas anteriores de compreensão do processo terapêutico.

Este último aspecto nos inspirou a propor os termos conciliatório-construcionista, conciliatório-reflexivo, conciliatório-explicativo e eclético para dar conta das diferentes nuances que podem compor as formas como os terapeutas relacionam-se com os aportes teóricos disponíveis no campo da terapia familiar. Estas quatro categorias que descrevemos em nossa análise certamente deixam de iluminar aspectos relevantes da prática clínica do terapeuta e por isso temos convicção de que nossa proposta aqui apresentada não é definitiva. Contudo, na forma como se apresenta no momento ela pode ser um útil disparador de reflexões dentre os profissionais do campo, ao mesmo tempo em que pode ser um convite para o terapeuta exercitar a auto-reflexividade e investigar os embasamentos de sua própria prática. Assim, esta proposta é também uma forma de incrementar os diálogos e debates sobre o lugar das investigações epistemológicas no campo da terapia familiar.

No tocante ao objeto de pesquisa – a difusão do discurso construcionista social – nosso estudo aponta que a difusão é um processo de criação e transformação de significados. Propostas originalmente descritas na literatura tornam-se disponíveis para os profissionais do campo, sendo que cada um destes terapeutas-leitores compreendem e utilizam tais propostas de maneira singular, dando destaque àqueles aspectos que mais lhes chamam a atenção ou lhes parecem mais úteis. Assim, utilizamos os termos criação e transformação como forma de aludir ao processo de construção de versões úteis acerca do construcionismo social, as quais permitem aos terapeutas tornar sobressalentes os aspectos teóricos que lhes oferecem recursos à prática. Se, por um lado, esta escolha pode implicar em uma menor exploração de aspectos teóricos das propostas originalmente descritas na literatura, por outro ela coaduna com o interesse primordial dos participantes entrevistados: a prática clínica e a formação de alunos.

O que vemos é que os terapeutas familiares – para além daqueles por nós entrevistados – agrupam-se no campo profissional conforme afinidades acerca de como compreendem e descrevem a prática terapêutica, criando comunidades que compartilham linguagens e criam novos processos de difusão. Neste contexto, o discurso construcionista social compõe contribuições que agregam à esta multiplicidade novos matizes e nuances relativos, sobretudo, ao posicionamento do terapeuta diante dos clientes.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar refere-se à importância, para os terapeutas familiares, do estudo e conhecimento da história da terapia familiar. Vimos que as diferentes posturas que os profissionais assumem em seus atendimentos se sustentam em perspectivas teóricas e epistemológicas. Assim, o estudo do desenvolvimento do campo da terapia familiar pode convidar os terapeutas a compreender os diferentes momentos históricos que ofereceram aos teóricos e profissionais do campo formas de compreensão da família e suas relações. Por

consequência, é também uma forma de compreender o quanto a produção de conhecimentos está atrelada ao momento histórico em que esta ocorre, evidenciando o caráter local e situado de qualquer teoria proposta para descrever o ser humano. Além disso, o conhecimento destes processos históricos pode ser um convite para que os profissionais identifiquem e reflitam acerca das diferentes bases epistemológicas que embasam as propostas teóricas disponíveis no campo da terapia familiar.

Como pesquisadoras sensíveis às implicações dos discursos que produzimos, realizamos esta pesquisa atentas aos possíveis diálogos que ela pode gerar. E, neste sentido, esperamos que estes possam ultrapassar as fronteiras da academia para também atingir as conversas daqueles que estão diretamente envolvidos no campo profissional da prática em terapia familiar.

Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir diretamente para o campo da terapia familiar de duas formas distintas. Primeiramente, constitui-se em uma contribuição ao campo por descrever sistematicamente algumas formas de compreensão do discurso construcionista social por um grupo de terapeutas familiares brasileiros. Se acreditamos que os sentidos não estão contidos nas palavras, é preciso conversar e explorar quais significados têm sido atribuídos às contribuições do construcionismo à prática clínica. Foi exatamente esta a proposta desta pesquisa.

Em segundo lugar, constitui-se em uma contribuição ao campo por ser uma pesquisa que descreve práticas atuais na terapia familiar, articulando-as com a produção de diversos autores que contribuem para os diálogos neste campo. Este aspecto da pesquisa tem especial relevância, ao nosso ver, por evidenciar o interjogo existente entre teoria e prática.

Em relação ao campo da Psicologia, também vemos contribuições possíveis da nossa pesquisa. Historicamente, a Psicologia tem contribuído para a criação de teorias e práticas com famílias. O movimento construcionista social, neste campo, veio contribuir com perspectivas que rompem com o raciocínio causal-linear e essencialista que muitas vezes coloca a família como o foco da psicopatologia. Assim, compreender a prática de psicólogos que trabalham a partir de uma sensibilidade construcionista social dá subsídios à Psicologia para entender aspectos destas premissas, suas possibilidades e limites.

Assim, como pesquisadoras, psicólogas e terapeutas familiares, investimos nossos esforços nessa pesquisa para que ela seja geradora de múltiplos diálogos em múltiplos contextos, e que possa ser uma possibilidade de construção de pontes entre diferentes comunidades discursivas.

Referências¹³

¹³ Segundo o estilo APA – American Psychological Association

- Anderson, H. (2012). Collaborative relationships and dialogic conversations: ideas for a relationally responsive practice. *Family Process*, 51(1), 8-24.
- Anderson, H. & Goolishian, H. (1993). O cliente é o especialista: uma abordagem para a terapia a partir de uma posição de NÃO SABER. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2(3), 8-24.
- Aun, J. G. (2012). Da terapia de família ao atendimento sistêmico à família. In J. G. Aun; M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho, *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos* (Vol. 1). Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa. (Trabalho original publicado em 2005)
- Barreto, A. P. (2005). *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (F. S. Fernandes, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora.
- Brasil. (1996). Conselho Nacional de Saúde. *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos* - Resolução 196/96.
- Britten, N. (2005). Entrevistas qualitativas na pesquisa em atenção à saúde. In C. Pope & N. Mays. *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde* (pp. 21-30). Porto Alegre: Artmed.
- Burr, V. (2003). *Introduction to social constructionism* (2nd ed). Nova York: Routledge.
- Cruz, H. M.; Vicente, A. T. & Pereira, M. F. (2014). Formação: um processo colaborativo entre formandos e formadores. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 305-326). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Corradi-Webster, C. M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp.73-88). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionism movement in modern psychology. *American Psychologist*, 266-275.

- Gergen, K. J., Hoffman, L., & Anderson, H. (1996). Is diagnosis a disaster? A constructionist dialogue. In F. W. Kaslow (Ed.). *Handbook of relational diagnosis and dysfunctional family patterns* (p. 102-118). New York: Wiley.
- Gergen, K. J. (1997). *Realities and relationships: soundings in social construction*. London: Harvard University Press.
- Gergen, K., & Warhuss, L. (2001). Terapia como construção social: características, reflexões e evoluções. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Orgs). *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 27-64). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- Gergen, K. J. (2007). La autonarración en la vida social. In _____. *Contruccionismo social, aportes para el debate y la práctica* (pp.153-188). Bogotá, Colômbia: Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes.
- Gergen, K. J. (2008). Therapeutic challenges of multi-being. *Journal of Family Therapy*, 30, 333-348.
- Gergen, K. J. (2009). *Relational Being: Beyond self and community*. New York: Oxford University Press.
- Goolishian, H. & Anderson, H. (1996). Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: Schnitman, D. F. (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (J. H. Rodrigues, trad.) (pp.191-203). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, I. C. & Levy, L. (2009). Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. *Aletheia*, 29, 151-161.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grandesso, M. A. (2008 janeiro/junho). Dizendo olá novamente: a presença de Michael White entre nós terapeutas familiares. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 1(1).
- Grandesso, M. A. (2009). Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L.C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs). *Manual de Terapia Familiar* (pp. 104-118). Porto Alegre: Artmed.

- Guanaes, C. (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Vetor.
- Guanaes, C. & Japur, M. (2008). Positioning theory: moral contexts of intentional action. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31, 109-112.
- Hintz, H. C. & Souza, M. O. (2009). A terapia familiar no Brasil. In L.C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs). *Manual de Terapia Familiar* (pp. 91-103). Porto Alegre: Artmed.
- Hoffman, L. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. In S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social* (pp.14-33). Porto Alegre: Artes Médicas.
- McNamee, S. (1996). Therapy and identity construction in a post modern world. In Groden, D. & Lindlof, T. R. (Eds). *Constructing the self in a mediated world*. London: Sage Publications.
- McNamee, S. (2001). Reconstruindo a terapia num mundo pós-moderno: recursos relacionais. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Orgs). *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 236-264). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- McNamee, S. (2002). The social construction of disorder: from pathology to potential. In: J. D. Raskin & S. K. Bridges. *Studies in meaning: exploring constructivist psychology*. New York: Pace University Press.
- McNamee, S. (2004a). Relational bridges between constructionism and constructivism. In J. D. Raskin & S. K. Bridges (Eds). *Studies in meaning 2: bridging the personal and the social in constructivist psychology* (pp.37-50). New York: Pace University Press.
- McNamee, S. (2004b). Therapy as social construction: back to basis and forward toward challenging issues. In T. Strong & D. Pare. *Furthering talk: advances in the discursive therapy*. Nova York: Kluwer Academic/Plenum Press.
- McNamee, S. (2004c). Promiscuity in the practice of family therapy. *Journal of Family Therapy*, 26, 224-244.
- McNamee, S. (2008). Um estudo socioconstrucionista da *expertise* terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31, 35-43.

- McNamee, S. (2010). Research as social construction: transformative inquiry. *Saúde e Transformação Social*, Florianópolis, 1(1), 09-19.
- McNamee, S. (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa (P.P.S. Martins, trad.). In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp.105-132). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- McNamee, S. & Gergen, K. J. (1998). *Terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, E. (2010). *Ciência com consciência* (M.D. Alexandre, trad.). 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1982)
- Moscheta, M. (2014). A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp.23-48). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Oliveira, Z. M. R.; Guanaes, C. & Costa, N. R. A. (2004). Discutindo o conceito de “jogo de papéis”: uma interface com a “teoria do posicionamento”. In M. C. Rossetti-Ferreira; K. S. Amorin; A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho. (Orgs). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp.69-80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pinheiro, O. (1999). Entrevista: uma prática discursiva. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 183-214), São Paulo: Cortez.
- Rapizo, R. (2002). *Terapia Sistêmica de Família* (2a ed). Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- Rasera, E. F. & Guanaes, C. (2006). O terapeuta como produtor de conhecimento. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26, 76-85.
- Rasera, E. F. & Guanaes-Lorenzi, C. (2012). *A difusão do construcionismo social no Brasil: produção do conhecimento na academia e no contexto clínico*. Projeto apresentado ao Edital de Ciências Humanas CNPq.

- Rasera, E. F. & Japur, M. (2004). Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 431-439.
- Sampson, E. (1993). *Celebrating the other: a dialogic account of human nature*. San Francisco: Westview Press.
- Schnitman, D. F. & Fuks, S. I. (1996). Metáforas da mudança: terapia e processo. In: Schnitman, D. F. (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (J. H. Rodrigues, trad.) (pp.244-253). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Selvini-Palazzoli, M.S.; Boscolo, L.; Cecchin, G. & Prata, G. (1986). *Paradoja y Contraparadoja*. Buenos Aires: Paidós.
- Shotter, J. (2000). *Conversational realities: constructing life through language*. London: Sage Publications.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39), São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P. & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-122), São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P., & Menegon, V. M. (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92), São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P. (2010). Ser fumante em um mundo antitabaco: reflexões sobre riscos e exclusão social. *Saúde e Sociedade*, 19(3), 481-496.

Vasconcellos, M. J. E. (2009). Cibernética e terapia familiar: que relação distinguimos hoje? In L.C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs). *Manual de Terapia Familiar* (pp. 150-163). Porto Alegre: Artmed.

White, M. & Epston, D. (1993). *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Buenos Aires: Paidós.

Apêndices

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades”** realizada pela Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e pela psicóloga e estudante de Mestrado Gabriela Silveira de Paula, ambas do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

O objetivo dessa pesquisa é compreender os sentidos produzidos por terapeutas familiares, que utilizam as contribuições do movimento construcionista social em sua prática clínica, acerca de sua trajetória e identidade profissional.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado(a) a dar uma entrevista, a qual será gravada em aparelho mp3 e depois será transcrita pela pesquisadora. Esta entrevista conterá questões amplas acerca de seu contato com o construcionismo social, sobre como este movimento influencia sua trajetória como terapeuta familiar, e sobre os desafios que vivencia em sua prática clínica. A duração prevista para a entrevista é de uma hora e meia a duas horas. Estas conversas serão utilizadas apenas com fins relacionados à pesquisa e sua identidade será sempre mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e você não receberá nenhuma remuneração para isso. Além disso, você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo em seu trabalho. Esta pesquisa não apresenta riscos a sua saúde e você poderá entrar em contato com os pesquisadores em qualquer situação relacionada a sua participação ou quando julgar necessário.

Esclarecido e concordando com o que foi colocado:

Eu, _____, aceito participar da pesquisa **“Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades”**.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Participante: _____

Endereço para contato: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora: Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi

Endereço para contato com os pesquisadores:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

Departamento de Psicologia

Av Bandeirantes, 3900. CEP: 14040-901

Bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto – SP.

Telefone: (16) 3602-4446

Assinatura: _____

Pesquisadora: Gabriela Silveira de Paula

APÊNDICE B -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para constituição de Banco de Dados

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades”** realizada pela Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e pela psicóloga e estudante de Mestrado Gabriela Silveira de Paula, ambas do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

O objetivo dessa pesquisa é compreender os sentidos produzidos por terapeutas familiares, que utilizam as contribuições do movimento construcionista social em sua prática clínica, acerca de sua trajetória e identidade profissional.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado(a) a dar uma entrevista, a qual será gravada em aparelho mp3 e depois será transcrita pela pesquisadora. Esta entrevista conterá questões amplas acerca de seu contato com o construcionismo social, sobre como este movimento influencia sua trajetória como terapeuta familiar, e sobre os desafios que vivencia em sua prática clínica. A duração prevista para a entrevista é de uma hora e meia a duas horas.

Os registros dessa entrevista passarão também a fazer parte de um banco de dados, para possível utilização em estudos futuros, sempre sob responsabilidade da Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e com respeito aos mesmos objetivos descritos nesse termo. O armazenamento dessas informações no banco de dados também será feito de modo a preservar sua identidade, sobretudo na publicação ou divulgação dos resultados das pesquisas.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e você não receberá nenhuma remuneração para isso. Além disso, você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo em seu trabalho. Esta pesquisa não apresenta riscos a sua saúde e você poderá entrar em contato com os pesquisadores em qualquer situação relacionada à sua participação ou quando julgar necessário.

Esclarecido e concordando com o que foi colocado:

Eu, _____, aceito participar da pesquisa **“Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades”** e autorizo que as informações por mim oferecidas na pesquisa sejam armazenadas em banco de dados para utilização em estudos posteriores.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Participante: _____

Endereço para contato: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora: Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi

Endereço para contato com os pesquisadores:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

Departamento de Psicologia

Av Bandeirantes, 3900. CEP: 14040-901

Bairro Monte Alegre - Ribeirão Preto – SP.

Telefone: (16) 3602-4446

Assinatura: _____

Pesquisadora: Gabriela Silveira de Paula

APÊNDICE C – *E-mail* solicitando que os institutos de formação enviassem o programa do curso

Prezado(a) Presidente,

Vimos, por meio deste, solicitar sua atenção e colaboração com a pesquisa que estamos realizando na área de terapia familiar, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP-RP.

A pesquisa intitulada "**Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades**" está sendo realizada pela psicóloga e terapeuta familiar Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e pela psicóloga, terapeuta familiar e estudante de mestrado Gabriela Silveira de Paula, com o objetivo de descrever como terapeutas familiares que utilizam as contribuições do movimento construcionista social em sua prática clínica significam sua trajetória e identidade profissional.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que visa investigar a difusão do construcionismo social no contexto brasileiro. Considerando especificamente o campo da terapia familiar, vemos que a difusão das ideias construcionistas sociais tem proporcionado algumas contribuições para o seu desenvolvimento. Em nossa pesquisa na literatura científica, percebemos uma escassez de estudos acadêmicos sobre a utilização das ideias construcionistas na prática clínica no Brasil. Assim, considerando a relevância acadêmica do estudo deste fenômeno e esperando contribuir para a sistematização dos conhecimentos relativos à terapia familiar no país, nossa pesquisa irá investigar como tem se dado a apropriação das contribuições do construcionismo social na prática profissional de terapeutas familiares.

A realização da pesquisa se dará a partir de entrevistas com psicólogos que sejam terapeutas familiares, e responsáveis pelo ensino das ideias construcionistas sociais em cursos de formação em terapia familiar.

Estes profissionais deverão ser indicados por institutos de formação em terapia familiar, filiados à ABRATEF, e que utilizam o construcionismo social em seus conteúdos programáticos.

Nosso contato com os institutos de formação está sendo feito a partir de uma pesquisa prévia que realizamos nas *home pages* dos mesmos, em que verificamos se há utilização do referencial teórico-prático do construcionismo social em seu conteúdo programático. Em nossa pesquisa, não conseguimos obter esta informação acerca deste instituto.

Assim sendo, nosso contato com você tem o objetivo de pedir-lhe que nos envie o conteúdo programático do curso de formação em terapia familiar oferecido em sua instituição, para que possamos avaliar se há possibilidade do instituto sob sua responsabilidade participar de nossa pesquisa.

Por fim, afirmamos que a presente pesquisa já foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP - RP, e que asseguramos absoluto sigilo em relação aos institutos de formação pesquisados, bem como de todos os profissionais com quem entraremos em contato ao longo da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e aguardamos seu retorno.

Atenciosamente,

Gabriela Silveira de Paula

Psicóloga - CRP 06/108416

Mestranda em Psicologia na Universidade de São Paulo - USP-RP

Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais - LAPEPG - USP-RP

Currículo Lattes - <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizar.do?id=K4438158D8>

Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi

Universidade de São Paulo (USP)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia

Tel: 55-16-36024446 Email: carlaguanaes@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5305070621567074>

APÊNDICE D – E-mail convidando os institutos de formação para participarem na pesquisa

Prezado(a) Presidente,

Vimos, por meio deste, solicitar sua atenção e colaboração com a pesquisa que estamos realizando na área de terapia familiar, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP-RP.

A pesquisa intitulada "**Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades**" está sendo realizada pela psicóloga e terapeuta familiar Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e pela psicóloga, terapeuta familiar e estudante de mestrado Gabriela Silveira de Paula, com o objetivo de descrever como terapeutas familiares que utilizam as contribuições do movimento construcionista social em sua prática clínica significam sua trajetória e identidade profissional.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que visa investigar a difusão do construcionismo social no contexto brasileiro. Considerando especificamente o campo da terapia familiar, vemos que a difusão das ideias construcionistas sociais tem proporcionado algumas contribuições para o seu desenvolvimento. Em nossa pesquisa na literatura científica, percebemos uma escassez de estudos acadêmicos sobre a utilização das ideias construcionistas na prática clínica no Brasil. Assim, considerando a relevância acadêmica do estudo deste fenômeno e esperando contribuir para a sistematização dos conhecimentos relativos à terapia familiar no país, nossa pesquisa irá investigar como tem se dado a apropriação das contribuições do construcionismo social na prática profissional de terapeutas familiares.

A realização da pesquisa se dará a partir de entrevistas com psicólogos que sejam terapeutas familiares, e responsáveis pelo ensino das ideias construcionistas sociais em cursos de formação em terapia familiar.

Estes profissionais deverão ser indicados por institutos de formação em terapia familiar, filiados à ABRATEF, e que utilizam o construcionismo social em seus conteúdos programáticos.

Assim sendo, nosso contato com você tem o objetivo de pedir-lhe a sua participação ou a sua indicação de um(a) terapeuta familiar que trabalhe no instituto sob sua coordenação, que se enquadra nos critérios que apresentamos, juntamente com a especificação da forma com que poderemos entrar em contato com ele/ela (telefone, *e-mail*, etc.).

Por fim, afirmamos que a presente pesquisa já foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP - RP, e que asseguramos absoluto sigilo em relação aos institutos de formação pesquisados, bem como de todos os profissionais com quem entraremos em contato ao longo da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e aguardamos seu retorno.

Atenciosamente,

Gabriela Silveira de Paula

Psicóloga - CRP 06/108416

Mestranda em Psicologia na Universidade de São Paulo - USP-RP

Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais - LAPEPG - USP-RP

Currículo Lattes - <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizarv.do?id=K4438158D8>

Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi

Universidade de São Paulo (USP)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia

Tel: 55-16-36024446 Email: carlaguanaes@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5305070621567074>

APÊNDICE E – *E-mail* convidando o/a autor/a para participar na pesquisa

Prezado(a) [nome],

Vimos, por meio deste, solicitar sua atenção e colaboração com a pesquisa que estamos realizando na área de terapia familiar, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP-RP.

A pesquisa intitulada "**Difusão do construcionismo social entre terapeutas familiares: desafios e potencialidades**" está sendo realizada pela psicóloga e terapeuta familiar Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi e pela psicóloga, terapeuta familiar e estudante de Mestrado Gabriela Silveira de Paula, com o objetivo de descrever como terapeutas familiares que utilizam as contribuições do movimento construcionista social em sua prática clínica significam sua trajetória e identidade profissional.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que visa investigar a difusão do construcionismo social no contexto brasileiro. Considerando especificamente o campo da terapia familiar, vemos que a difusão das ideias construcionistas sociais tem proporcionado algumas contribuições para o seu desenvolvimento. Em nossa pesquisa na literatura científica, percebemos uma escassez de estudos acadêmicos sobre a utilização das ideias construcionistas na prática clínica no Brasil. Assim, considerando a relevância acadêmica do estudo deste fenômeno e esperando contribuir para a sistematização dos conhecimentos relativos à terapia familiar no país, nossa pesquisa irá investigar como tem se dado a apropriação das contribuições do construcionismo social na prática profissional de terapeutas familiares.

Nosso convite para participação tem sido feito seguindo dois critérios:

- 1) Psicólogos que sejam terapeutas familiares, e responsáveis pelo ensino das ideias construcionistas sociais em cursos de formação em terapia familiar, cujos institutos sejam filiados à ABRATEF.**
- 2) Autores que, nos últimos 5 anos, tiveram um número expressivo de publicações na Revista Nova Perspectiva Sistêmica (NPS), visto que esta é um importante veículo de divulgação das ideias construcionistas sociais para a comunidade de profissionais brasileiros.**

Considerando este segundo critério, o número de publicações de sua autoria na Revista NPS nos permitiu perceber que você tem participado, de forma importante, na difusão do construcionismo social no Brasil. Assim, nosso contato tem o objetivo de pedir-lhe a sua participação em nossa pesquisa, caso seja de seu interesse contribuir com nosso estudo. Esta participação consiste em uma entrevista com a pesquisadora responsável, Gabriela, a qual será realizada pessoalmente no local de sua preferência (prevemos, assim, uma viagem até Brasília para que este encontro seja possível).

Por fim, afirmamos que a presente pesquisa já foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP - RP, e que asseguramos absoluto sigilo em relação aos institutos de formação pesquisados, bem como de todos os profissionais e autores com quem entraremos em contato ao longo da pesquisa.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e aguardamos seu retorno.
Atenciosamente,

Gabriela Silveira de Paula

Psicóloga - CRP 06/108416

Mestranda em Psicologia na Universidade de São Paulo - USP-RP

Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais - LAPEPG - USP-RP

Currículo Lattes - <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizar/doi?id=K4438158D8>

Profa. Dra. Carla Guanaes-Lorenzi

Universidade de São Paulo (USP)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia

Tel: 55-16-36024446 Email: carlaguanaes@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5305070621567074>

APÊNDICE F – Fases da pesquisa desde a pesquisa sobre os institutos de formação até o término da realização das entrevistas

	Etapa	Início	Término	Atividades realizadas
1	Pesquisa sobre os Institutos de formação	01/Nov/2012	27/Jan/2013	<ul style="list-style-type: none"> • Foram pesquisados institutos de formação em terapia familiar filiados à Associação Brasileira de Terapia (ABRATEF), nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa foi realizada na <i>home page</i> da ABRATEF. • Em São Paulo, dos 19 institutos cadastrados, 18 tinham os programas dos cursos disponíveis. Tais programas foram cuidadosamente lidos. Incluímos na pesquisa todos os cursos de formação que utilizam o construcionismo social como referencial em um de seus módulos teóricos e/ou práticos, totalizando, assim, 9 institutos. • No Rio de Janeiro, dos 11 institutos cadastrados, apenas um disponibilizava seu programa de curso, o qual utiliza o construcionismo como referencial em seus módulos de ensino. • Em todos os casos em que os programas do curso não estavam disponíveis, foi enviado um <i>e-mail</i> para o instituto. Este <i>e-mail</i> apresentava as pesquisadoras e a pesquisa realizada, e solicitava que o/a responsável pelo instituto enviasse o programa do curso para nossa apreciação, caso o instituto desejasse participar da pesquisa (Apêndice D). Em outros casos, telefonamos para o instituto, explicando a pesquisa e convidando o instituto a participar, mediante o envio do programa do curso por <i>e-mail</i>. • No Rio de Janeiro, após estes contatos, recebemos a resposta de dois institutos: um deles não quis participar da pesquisa, e o outro, após leitura do programa do curso, foi incluído na pesquisa. Em São Paulo, não obtivemos resposta. • Assim, no total, 8 institutos de São Paulo e dois do Rio de Janeiro foram selecionados para participar da nossa pesquisa.
2	Contato com institutos e indicação dos profissionais a serem entrevistados	28/Jan/2013	20/Mar/2013	<ul style="list-style-type: none"> • Cada instituto selecionado foi convidado para participação. • Nos casos em que a instituição disponibilizava, no <i>site</i> da ABRATEF, um contato de <i>e-mail</i>, o convite foi enviado por este meio (Apêndice E). Nos casos em que o instituto havia disponibilizado apenas contato telefônico, a pesquisadora telefonou e convidou a instituição para participar. • Conforme consta no convite, cada instituto indicou um profissional a ser entrevistado, conforme os critérios de participação

				<p>acima descritos. No momento desta indicação, o instituto informava à pesquisadora a melhor forma contato com o participante (as duas formas escolhidas foram <i>e-mail</i> ou telefone).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em São Paulo, dos 9 institutos convidados, 8 participaram da pesquisa. • No Rio de Janeiro, ambos os institutos convidados participaram da pesquisa.
3	Agendamento das entrevistas	28/Jan/2013	10/Abr/2013	<ul style="list-style-type: none"> • As entrevistas foram agendadas individualmente, através do meio de contato escolhido pelo participante. A pesquisadora se disponibilizou para viajar até a cidade do participante, no dia e horário de maior conveniência para ele/ela.
4	Realização das entrevistas	27/Fev/2013	25/Mai/2013	<ul style="list-style-type: none"> • Cada entrevista foi realizada individualmente, e o local foi escolhido pelo participante.
5	Agradecimento pela participação	02/Mar/2013	26/Mai/2013	<ul style="list-style-type: none"> • Após o retorno à sua cidade, a pesquisadora enviou a cada participante um <i>e-mail</i> de agradecimento pela disponibilidade em recebê-la e pela participação na pesquisa.

APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

Em nossos estudos, identificamos que você tem participado da difusão do construcionismo social no Brasil e assim gostaríamos de conversar sobre sua aproximação com o discurso construcionista social e como isto influencia sua prática profissional.

TEMA 1 – Contato com o construcionismo social

Qual sua história com o construcionismo? Como se deram os primeiros contatos? Onde e com quem você aprendeu sobre o construcionismo social? Que autores e obras? O que te motivou a estas leituras? O que te atraía naquele momento?

TEMA 2 – Construcionismo social e a trajetória como terapeuta familiar

Como o contato com as ideias construcionistas sociais alterou sua trajetória profissional?

De que forma a utilização do discurso construcionista social influencia na sua identidade enquanto um terapeuta familiar? Como a sua trajetória dentro do movimento construcionista contribui para essa identidade?

Quais relações profissionais possibilitam a continuidade do seu contato com essas ideias?

O quão importante o construcionismo é para sua prática profissional? Quais os aspectos mais significativos do construcionismo em seu trabalho? Em que o construcionismo social é útil na realização do seu trabalho? Quais os autores e ideias/conceitos/práticas associados ao construcionismo social mais presentes em seu cotidiano?

Em sua prática, o construcionismo se combina com outras perspectivas? De que modo é feita esta combinação?

Como você tem acompanhado/se atualizado em relação aos desenvolvimentos do movimento construcionista (leitura/eventos/pesquisa)?

Como você percebe a comunidade de autores/profissionais brasileiros envolvidos com o construcionismo social? Quem são eles? Qual a sua relação com eles?

Quais os maiores desafios/possibilidades trazidos pelo construcionismo à sua prática profissional?

TEMA 3 – Avaliação crítica de sua prática: desafios e possibilidades

Como você avalia a difusão do construcionismo social no Brasil?

Você tem críticas em relação aos autores construcionistas? Quais? Por quê?

Como você acha que será sua relação com o construcionismo social nos próximos anos?